



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Cadernos de
Estudos
Estratégicos



Estudos

Cadernos de

estratégicos

ISSN 1809-1180



9 771808 947002

Maio - 2006

Cadernos de Estudos Estratégicos

O “Caderno de Estudos Estratégicos” é uma publicação do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra. Com tiragem de 500 exemplares, tem circulação de caráter nacional e internacional. Edição irregular.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, salvo com autorização, por escrito, do Centro de Estudos Estratégicos - CEE

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Cadernos de Estudos Estratégicos. Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (Brasil) - N. 03 (mai 2006) - Rio de Janeiro: CEE - ESG, 2006 - p. v.; 21cm

Edição Irregular

136 p.

ISSN 1809-1180 - Cadernos de Estudos Estratégicos

1. Relações Internacionais. 2. Modernidade. 3. Axiologia. 4. Praxiologia. 5. Polemologia. 6. Cratologia. 7. Segurança.

Comandante e Diretor de Estudos
Gen Ex José Benedito de Barros Moreira

Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos
Prof. Edimar Pereira de Oliveira

Maio - 2006

Sumário

Quem somos	05
Amazônia: uma visão de preservação e desenvolvimento <i>Alm. Esq. Ernani Goulart Fortuna</i>	08
Educação no mundo globalizado <i>Alexander Zhebit</i>	26
Direitos humanos nas operações de paz <i>Maria Cristina Goiana Fedozzi</i>	49
Gasoduto Sul-Americano: dependência ou interdependência <i>Jorge Calvario dos Santos</i>	60
Nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil <i>João Paulo de Almeida Magalhães</i>	86
Religião e cultura <i>Gerardo José de Pontes Saraiva</i>	107

Quem Somos

O contrário de uma verdade profunda não é um erro, mas uma outra verdade.
Niels Bohr

O contrário de uma verdade não é um erro mas uma verdade contrária
Blaise Pascal

O "Cadernos de Estudos Estratégicos" é produto da intenção e da determinação dos integrantes do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da Escola Superior da Guerra.

Lembrando Confúcio, que nos ensinou que "Saber e não fazer, ainda é não saber", acreditamos que sem publicar nada permanece. Daí a necessidade de fazer acontecer os estudos, seminários e pesquisas que serão fontes permanentes de idéias que constituirão esta publicação.

Entendemos nós, membros do CEE, que estamos todos, virtual e realmente, submetidos ao que Ignácio Ramonet denominou de "pensamento único". Por tal razão, o pensamento de todos nós ou ao menos da maioria de nós todos decorre de matrizes exógenas que não possibilitam a reflexão, conduzem ao fazer sem pensar, e que nada tem a contribuir para o pensamento original brasileiro.

Há que fugir do "pensamento único" que remete ao pragmatismo de uma consecução. Temos pouco tempo para viver, evoluir e construir uma nova e melhor civilização, e muito para saber. Por isso não podemos viver sem saber e não podemos saber sem viver. Daí a necessidade fundamental de publicar as idéias que constam dos estudos, conferências e pesquisas sob a coordenação do Centro de Estudos Estratégicos.

Nessa linha de pensamento, o "Cadernos de Estudos Estratégicos" tem presente o ensinamento de Michel de Montaigne, quando ele nos diz que "mais vale uma cabeça bem feita do que uma cabeça cheia". Com isso, pretende a coordenação do CEE dispor aos leitores os pensamentos que fazem parte deste e d'outros

Cadernos que se seguirão, instigando-os a refletir e não apenas repetir o que outros já pensaram.

J. G. Jung, em nota preliminar do seu "Dogma da Trindade", mostra-nos que o homem que apenas crê e não procura refletir termina por esquecer que é um ser exposto à dúvida. Dúvida essa que se coloca como seu inimigo íntimo. Isto porque a dúvida está à espreita onde a fé domina. Entretanto, para aquele que pensa e que possui bons propósitos, a dúvida deve ser sempre bem aceita. Ela é um importante passo para a consolidação de um saber mais seguro. Assim pode o homem de fé, submetido à dúvida, ser abraçado por permanente reflexão, e por isso evoluir entendendo o que ocorre no processo geral da evolução humana e evoluir como ser num mundo em que o ser deixa de ser o próprio ser.

Para os homens que crêem, e dialogam com a dúvida, nenhuma explicação é necessária. E para os que não crêem, por isso não aceitam a dúvida, nenhuma explicação é possível, como nos ensinou Santo Inácio de Loyola. Por isso, faz parte do credo dos que se dedicam ao pensar, aumentar o universo dos que crêem e se submetem à dúvida, para assim poderem com os que acreditam que possam ajudar a construir um mundo melhor.

Nesse sentido não devemos construir uma nova civilização que venha a se consumir no modo de ser que seja dedicado primordialmente à proposta exclusiva de fazer o que por outros já foi pensado, ao invés de pensar para compreender, pois se tornará obsoleta ou sem sentido, vindo a tornar-se secundária e de curta existência.

Assim sendo, o "Cadernos de Estudos Estratégicos" busca mostrar o caminho da reflexão, do estudo, da pesquisa, da originalidade e do saber. Tal como Ésquilo, os membros do CEE entendem que é pelo sofrimento que se chega ao saber, sem esquecer que a aprendizagem é uma longa clausura. E por essa razão mesma, dedicam o melhor de seus esforços para produzirem o melhor de seus estudos, de suas pesquisas, como forma de contribuir para a construção de um mundo melhor, mais justo, onde todos os homens possam vir a se entender e ter a certeza que seus filhos terão um futuro melhor que o seu.

É pretensão deste "Cadernos de Estudos Estratégicos" preencher uma lacuna que pode abrigar pensamentos originais estratégicos, que pouco se encontra na literatura geral. Com essa intenção, os textos publicados nos Cadernos não conduzem ao fazer, mas possibilitam o pensar.

Por fim, rogamos ao leitor que, na reflexão sobre os textos que lhe oferece este "Cadernos de Estudos Estratégicos", busque o saber e alimente a dúvida, pois só assim poderemos trilhar o caminho da evolução como seres humanos que somos e que pretendemos continuar a ser.

Centro de Estudos Estratégicos
www.esg.br / CEE
cee@esg.br

Amazônia: Uma Visão de Preservação e Desenvolvimento

Alte. Esq. (Refº) Hernani G. Fortuna

A história da humanidade tem sido caracterizada por uma sucessão de crises. A crise generalizada que atinge o mundo neste início de século não é um fato insólito ou singular. As transformações decorrentes atingem fortemente as estruturas política, econômica e cultural dos Estados Nacionais.

O Cenário

A posição geoestratégica do Brasil no continente sul-americano resulta em uma imensa fronteira terrestre que interage com dez países e em uma fronteira marítima com mais de quatro mil milhas de extensão. Nesse contexto, visamos a focar a Amazônia e seus aspectos mais importantes no que diz respeito aos interesses brasileiros e aos desdobramentos que essa mesma Amazônia tem na esfera das relações internacionais.

Assim, influências políticas e estratégicas desdobram-se em um cenário único no mundo que interage com a maior floresta tropical do planeta, em aspectos de biodiversidade, província mineral privilegiada, vocação energética invejável e reservas de água doce não comparáveis a quaisquer outras fora das calotas polares.

Dessa forma, não é difícil distinguir os aspectos de natureza político-estratégica que essa Amazônia pode apresentar para seu desenvolvimento, segurança e definitiva integração ao restante do território nacional.

Pretendemos, assim, descortinar algumas considerações e subsídios de uma questão que desafia a nação brasileira, dona de um patrimônio valioso demais, porque, em suas peculiaridades, é único no mundo e não admite soluções que não sejam encontradas dentro das fronteiras nacionais.

Sabe-se que a maioria da chuva precipitada, anualmente, na Bacia Amazônica, não retorna ao mar, porém, é reciclada na atmosfera. Assim,

a quantidade da precipitação anual na Bacia é, aproximadamente, seis vezes maior que o volume do vapor d'água na atmosfera em dado momento. O noroeste da Amazônia e a região costeira nas proximidades do estuário do rio têm uma precipitação anual que excede os 3.000 mm de chuva. As maiores precipitações ocorrem em algumas regiões nos contrafortes andinos, na direção dos eixos dos ventos úmidos, tendo sido registrados valores que excedem os 12.000 mm. Desde os Andes até o Atlântico os rios inserem-se na floresta, invadindo-as em miríades de locais, dando lugar às terras inundadas e aos terrenos de várzea. A biodiversidade gerada nesse habitat, até hoje, não pôde ser mensurada, aceitando-se, porém, que não há menos de 25.000 espécies na flora e não menos de 5.000 espécies de vertebrados, lembrando que a floresta tropical e os rios interagem estreitamente conectados na evolução da vida na Amazônia.

Ainda que as cabeceiras dos grandes rios da Amazônia estendam-se muito além da floresta tropical, desde os vales telúricos das altitudes andinas a oeste, até as planícies de terras antigas no leste, que com a América do Sul separaram-se da África há 100 milhões de anos. O escudo brasileiro e o escudo guianense eram contíguos na superfície até há 12 milhões de anos, quando a formação do atual Amazonas e de suas planícies inundadas separaram-se desses escudos. Anteriormente a esta fase, há um consenso de que o Rio Amazonas corria de leste para oeste até que se direcionou de forma abrupta para noroeste em direção à Bacia do Orinoco. Que esplêndido espetáculo poderia ser então imaginado na imensidade de uma bacia hidrográfica que, abrangendo o Amazonas e o Orinoco, cobriria quase todo o norte do continente sul-americano.

Hoje, espécies idênticas de catfish e tartarugas de água doce lembram-nos esta antiga conexão, ao lado de outras extensas distribuições de flora e fauna que precederam a reversão do curso do Amazonas. No entanto, somente agora, esta região estranha e esplêndida está sendo motivo de discussão, debates e pesquisa, mormente, na abordagem de catorze de seus maiores rios, incluindo o maior deles, o próprio Amazonas.

Não somente o Amazonas é o maior rio do planeta, mas, também, dois de seus tributários transnacionais - o Madeira e o Negro - estão entre os dez maiores rios do mundo.

Assim, a Bacia Amazônica é um complexo gigantesco, onde os nomes de seus maiores rios são conhecidos apenas pelo povo que depende de sua interação para a vida, ou por alguns pesquisadores apaixonados pelos seus desafios. Entretanto, cada um desses grandes rios tem personalidade única, formatada pela geografia, ecologia, histórico- geológico recente e cultura autóctone.

Na verdade, ainda não foi compreendido pelos órgãos e entidades que têm pertinência e ação, no trato dos problemas relacionados com os recursos hídricos, que os rios deveriam ser considerados como ecossistemas, pela simples razão de que as alterações em suas cabeceiras podem ter efeitos expressivos em seus estuários, em termos de ciclos hidrológicos, qualidade das águas e ecologia da flora e da fauna.

Dessa forma, o desenvolvimento econômico, em escala pertinente à bacia amazônica, torna crítica a visão abrangente das características das nascentes e da foz dos rios que a integram, a fim de que equívocos e erros sejam evitados nas ações de qualquer ordem, pertinentes à condução administrativa da utilização e preservação das bacias hidrográficas, seja do grande rio , seja de seus tributários.

Assim, Amazônia tornou-se uma palavra que evoca emoções extremas e estereótipos, mesmo quando referida somente como o coração geográfico da América do Sul e, a partir daí, desdobra-se em conceitos como o maior rio do mundo, a maior floresta tropical do planeta, o pulmão da terra e, para alguns, uma tragédia ambiental que é cinicamente ignorada, por políticos ou por pseudo-desenvolvimentistas, seja no País, seja no exterior. A idéia de que a floresta amazônica possa ser considerada o "pulmão do mundo" é apenas uma falácia, já que o oxigênio da superfície terrestre foi acumulado através de centenas de milhões de anos em face da rate da foto-síntese (um produtor de oxigênio) ter sido maior que a rate de decomposição da matéria não viva (uma consumidora de oxigênio). A decomposição das folhas mortas consome tanto oxigênio quanto o que é produzido pela vegetação viva. O fitoplanton marinho tem uma participação muito maior na produção de oxigênio que a floresta tropical.

O início de um novo século lança-nos na face o desafio de preservar e desenvolver a última grande fronteira do planeta. Toda e qualquer solução unidimensional estará fadada ao fracasso, mormente, quando os governos e investidores no Brasil e no exterior continuarem a promover, em larga

escala, estradas nacionais ou transnacionais, usinas hidroelétricas de potências expressivas, projetos significativos de mineração e agroindústrias, como soluções adequadas para gerar riqueza e, talvez, resgatar o homem amazônico de seu isolamento e miséria.

Há que perseverar na demonstração de que a Amazônia é conectada ecologicamente dos Andes ao Atlântico, para preservar toda sua biodiversidade, hidrologia, recursos naturais e biológicos, integridade dos rios e terras altas ou alagadas, tudo pertencendo ao grande ecossistema do Globo, única possibilidade de ofertar o verdadeiro desenvolvimento ao amazoniense, regatando-lhe a verdadeira cidadania e o bem estar social.



A Bacia Amazônica contígua à Bacia do Tocantins.

AS VOCAÇÕES AGRÍCOLA, ENERGÉTICA E MINERAL

A vocação agrícola

Analisando as vocações da região amazônica, verifica-se num breve bosquejo que, apesar de tratar-se de um cenário que contém

33% da reserva florestal latifoliada do globo, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) classifica como floresta densa, 50% do território; como floresta aberta, 30%; e como mata de várzea, 4%, existindo, ainda, 16% de áreas não florestadas, constituídas por campos de várzea, campos de terra firme e manchas férteis. A propósito, existem manchas de terra fértil em toda a região amazônica, cabendo destacar as extensões existentes entre os rios Tapajós e Xingu, onde já se encontra expressiva atividade agrícola em terra roxa de qualidade similar às existentes no território paulista e que estão aptas à produção de cacau e de outras espécies adaptáveis àquela condição.

A vocação energética

A vocação energética é inegável quando se constata que só a margem direita do Amazonas tem um potencial estimado em 100 milhões de quilowatts. A usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, destinada a ser a maior usina hidrelétrica genuinamente nacional, e a usina de Santo Antônio, situada a montante de Porto Velho, no Rio Madeira, são exemplos vivos dessa assertiva. Os aspectos de agressão ambiental, tão levantados no passado em face de projetos como Samuel e Balbina, que inundaram áreas extensas, têm hoje soluções tecnológicas que minimizam esses efeitos pela escolha geologicamente racional do perfil dos leitos, para a construção de barragens, que reduzem dramaticamente a relação potência gerada / área inundada. Será, assim, assegurada a utilização integrada da nova hidrovia, gerando energia, possibilitando saneamento e irrigação, proporcionando através de eclusas a navegação fluvial e assegurando o ciclo reprodutivo das espécies aquáticas.

Além desse aspecto, existem as reservas não delimitadas de hidrocarbonetos, de urânio natural, estimado em 2% das reservas mundiais, e de tório, cujas reservas domésticas chegam a 30% do que existe na terra. Quanto às biomassas, combustíveis vegetais de alto custo de mão-de-obra e baixa demanda de capitais, o seu aproveitamento é apenas uma questão de tecnologia.

A vocação mineral

A vocação mineral não admite discussão porque estamos falando da maior província mineral do planeta, encerrando seis expressivas províncias minerais, de valores aproximadamente iguais, embora diferentes em suas dotações.

A mais conhecida dos brasileiros, a de Carajás, é a província de maior grau de polimerização do planeta, com 20 bilhões de toneladas de minério de ferro com teor de 60%; 1 bilhão de toneladas de cobre a 1%; 150 milhões de níquel a 1,5%; manganês, estanho, chumbo, zinco, molibdênio, tungstênio, cromo, prata, ouro, alumínio e amianto.

Os escudos amazônico e guianense, separados pelo Rio Amazonas a leste, constituem metade da Amazônia, sendo a outra metade constituída por uma gigantesca bacia sedimentar, ocupando, aproximadamente, 35% da rede de drenagem. O depósito dos sedimentos foi de tal monta que as terras baixas sedimentares afundaram sob seu próprio peso, tendo sido registrados sedimentos em até 5.000 metros de profundidade.



Principais Zonas Ecológicas da Bacia Amazônica

O TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

Em uma região onde a estrada é, normalmente, o rio, os eixos de desenvolvimento estão intimamente ligados ao transporte sobre águas. Não é sem motivo que a maioria dos projetos da região só foram viabilizados pela função logística do transporte hidroviário.

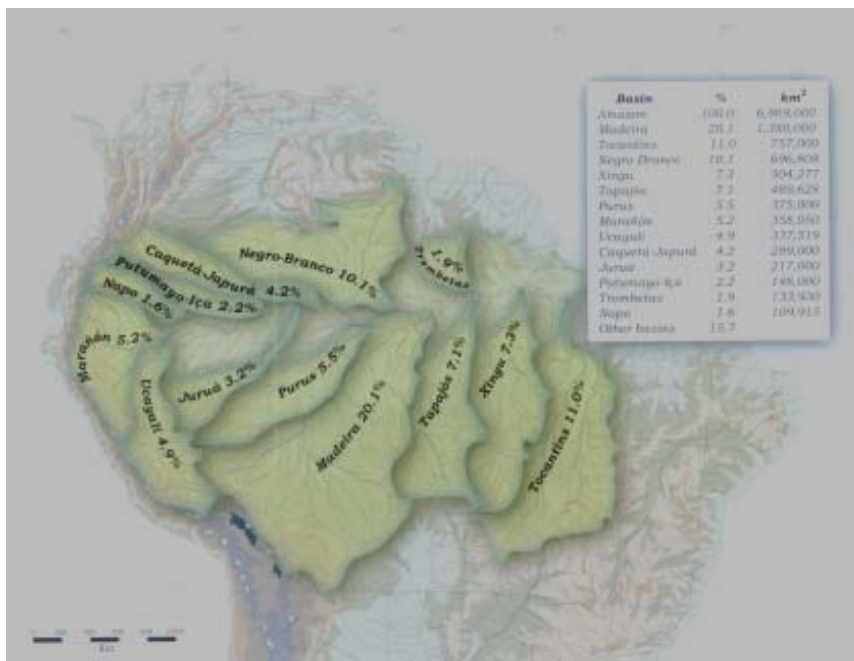
A calha principal do Solimões/Amazonas, escoando a produção dos poços da província de hidrocarbonetos, em Urucu, na confluência dos rios Tefé e Coari, é responsável pelo abastecimento completo da refinaria de Manaus e pela perspectiva de geração de energia e produção de fertilizantes, pelos excelentes níveis do gás natural existentes, sem prejuízo de novas descobertas no alto Juruá, a 3.200 milhas de Belém, por via fluvial, distância essa superior àquela que une Recife a Gibraltar.

Assim, também, o Rio Madeira proporciona hoje o escoamento anual de quase dois milhões de toneladas de grãos do Planalto Central para o Atlântico, escoamento esse crescente a cada ano.

Verifica-se, dessa forma que, na área fluvial e marítima da região amazônica, convivem a navegação de longo curso, como um instrumento do comércio exterior, a navegação de cabotagem, como uma solução para os problemas de logística nacional, e a navegação interior, aproximando os centros de consumo e de produção, reduzindo custos e contribuindo para a concretização de uma demanda que acelera os aspectos de desenvolvimento da região.

Entretanto, no contexto acima, há que haver uma preocupação com a livre navegação na Amazônia se desejarmos preservar o delicado mecanismo de sua ecologia fluvial.

Assim, um cuidadoso exame da composição da bacia amazônica, por intermédio da interação com as bacias de seus rios tributários, leva-nos a estabelecer medidas de contenção, visando a adequar o transporte fluvial às características dessas bacias, não só para minimizar agressões previsíveis, como também, para preservação da maior fonte de água doce do planeta.



Bacias Tributárias Integrantes da Bacia Amazônica

Ocupando mais de 6.8 milhões de km², a Bacia Amazônica é a mais vasta do planeta. Estamos incluindo a Bacia do Tocantins como parte da Bacia Amazônica, já que aquela está a esta conectada, geográfica e ecologicamente, posto que as águas do Tocantins vertem para o Amazonas via Baía de Marajó.

A bacia do Madeira é a maior área tributária da drenagem do Amazonas e é, aproximadamente, o dobro de qualquer outra bacia tributária. Abrangendo 1.4 milhões de km², a bacia do Madeira é maior que o Peru e, aproximadamente, três vezes o tamanho da França. A bacia do Madeira cobre 20% da bacia Amazônica e estende-se à Bolívia e ao Peru.

Dentro do conceito de área, sete dos oito maiores tributários do Amazonas estão na parte sul de sua Bacia. Assim, 90% a 100% da área de cada uma das seis maiores bacias estão no Brasil, destacando-se que 40% da Bacia do Madeira situam-se no Brasil. Somente as bacias do Negro e do Iça-Putumayo têm áreas que se espriam em quatro países Amazônicos.

Por via de consequência, em aditamento à floresta tropical e às fundações geológicas, as bacias dos rios tributários, também, formatam a face da Amazônia e, no entanto, os tributários do Amazonas não são repetições ecológicas uns dos outros. Cada tributário tem um perfil distinto, baseado na geologia de seu leito e de suas terras diversas, sujeitas à ação da atividade humana que altera a natureza até então isolada.

A GEOPOLÍTICA DA ÁGUA

A floresta tropical Amazônica é o mais rico ecossistema do planeta, já que existe uma estreita correlação entre a dimensão do ecossistema e do número de espécies, tornando a Amazônia genericamente aceita como a maior fonte de biodiversidade e o maior banco de germoplasma do mundo.



A Floresta Tropical Amazônica - Rainforest

A floresta tropical controla a maior parte do ciclo hidrológico, já que as árvores transpiram (bombeiam) água sugada de seus solos

de volta à atmosfera, reduzindo sua perda. Essa perda é decrescida, não só pelo bombeamento, como também, pelo retorno que a floresta proporciona, seja na queda das chuvas, seja na formação dos caudais de superfície.

Assim, a floresta tropical é a grande recicladora, em face das raízes de sua vegetação serem dotadas de fungos especialmente adaptados a incrementar a retenção de fósforo, potássio e outros nutrientes limitados. Por meio deste mecanismo de reciclagem, a floresta tropical está apta a fertilizar os solos pobres que são característicos da maioria da Bacia Amazônica.

Dessa forma, não poderíamos deixar de discutir um problema que afeta, sobremaneira, a Amazônia, em face de seus desdobramentos a nível internacional, que é a questão de disponibilidade de água doce no mundo.

A revista *Industry and Environment*, da ONU, trata do assunto num tom preocupante. A Terra dispõe de 1 bilhão e 400 milhões de quilômetros cúbicos de água. Desse total, 97% constituem água salgada, distribuída entre os oceanos e os mares. Os 3% restantes têm 77% congelados nas calotas polares e 22% são águas subterrâneas. O total disponível de água doce superficial é pouco mais de 1% e, segundo o relatório da ONU, essa quantidade seria suficiente para atender às necessidades humanas atuais e futuras. Ocorre que o problema existente é a desigualdade na distribuição desse potencial hídrico. Os 15 maiores rios do mundo respondem por uma terça parte do caudal total existente na superfície do planeta e, desses grandes rios, o Amazonas é responsável por 15% desse total. O problema da água é tão importante que, no dossiê da "Água da Europa", a primeira frase afirma: "A Comunidade Européia não pode desinteressar-se dos problemas da água".

O *Smithsonian Atlas of the Amazon* em sua edição 2003 estima que o débito na foz do rio é de 214.000 m³ de água por segundo e, com essa vazão, em apenas duas horas, o Rio Amazonas abasteceria uma cidade como New York, com seus 7,5 milhões de habitantes, durante todo o ano.

Podemos concluir que, no mundo, a posse de recursos hídricos traz consigo uma forte possibilidade de geração de conflitos, mormente na Amazônia, que responde pelo maior caudal existente no planeta,

traçando uma nova e explosiva geopolítica entre os que têm água e os que lutam por consegui-la.

Na Amazônia existem 19.000 km de vias navegáveis que constituem a grande malha da função logística transporte da região, atendendo às suas vocações energéticas, agrícolas e minerais, o que torna indispensável a preservação dos ecossistemas existentes.

Assim, a Bacia Amazônica deveria ser preservada, minimizando toda e qualquer agressão que possa ser causada pela existência dos eixos de transporte na região, sem que o seu desenvolvimento e integração deixem de atender às suas funções econômicas e sociais.

Não há dúvida que as navegações de longo curso e de cabotagem, singrando o Amazonas e seus tributários, representam uma ameaça constante à integridade da preservação dos ecossistemas e da qualidade das águas doces das bacias hidrográficas. O despejo de dejetos e rejeitos ao longo de derrotas de alguns milhares de milhas, sem nenhum porto ou terminal que esteja preparado para armazená-los, constitui-se num problema grave que demanda a presença indispensável da autoridade governamental, não para punir, porém, para orientar e decidir.

Há que haver um planejamento onde o sistema de transporte fluvial seja simplificado com a preocupação de apóia-lo e fiscalizá-lo, o que seria bem mais exeqüível e aceitável se a grande bacia Amazônica tivesse suas águas singradas apenas por embarcações classificadas para a navegação interior, delimitando-se um cinturão de isolamento compatível com as necessidades da função logística do transporte hidroviário e coerente com a circunscrição dessa mesma Bacia Amazônica.

Pontos limites para as navegações de cabotagem e de longo curso seriam estabelecidos nas fímbrias da Bacia, onde Barcarena, Macapá e Belém seriam marcos terminais para as embarcações de mar aberto, oriundas do Atlântico, marcos esses que estariam preparados para uma perfeita integração com a navegação interior, por intermédio de ações governamentais, sejam a nível federal, estadual ou municipal, abrangendo aspectos de apoio logístico que interajam com o embarque, desembarque, transbordo e armazenamento de cargas transportadas.

Não é somente disciplinando o modal de transporte a ser utilizado na Bacia Amazônica que suas expectativas de preservação estarão alcançadas. Urge a deflagração de uma verdadeira revolução no fornecimento de energia, no saneamento básico, na educação e na saúde das populações ribeirinhas, modificando suas vidas, renovando seus costumes, atendendo a suas esperanças e seus anseios, sempre renovados ao ouvir o silvo das chaminés, a turbulência dos hélices, o banzeiro das marolas, que as embarcações deixam atrás de si, momentaneamente, visualizadas em esteiras de esperança.

Pragmaticamente, sabemos que todas essas ações demandam recursos vultosos que não caberiam, simplesmente, no orçamento direto da União, Estados ou Municípios, partícipes da Bacia Amazônica, e, assim sendo, há que se criar um Fundo de Preservação e Desenvolvimento para a Amazônia, utilizando aquilo que tem de mais precioso para si e para toda a humanidade, que é a água dos caudais de superfície de sua imensa bacia hidrográfica.

Como fazê-lo, como formatar uma proposta inédita para preservação e desenvolvimento da Amazônia e como concretizá-la, considerando que a geopolítica da água é algo que preocupa todo o planeta, no momento atual e na incerteza de um futuro difícil de prospectar.

O PETRÓLEO NO MUNDO - Reservas e Consumo

Calcula-se que existam 1 trilhão de barris (1 barril = 159 litros) de petróleo nos subsolos do mundo. Até 1990 já haviam sido extraídos 43,4% deles. A produção mundial anual atinge a 24 bilhões de barris. Deste total, consome-se 23 bilhões, e 1 bilhão vão para os depósitos estratégicos. As reservas existentes no mundo inteiro são calculadas em 137 bilhões de toneladas. (67% delas encontram-se no Oriente Médio).

Principais consumidores de petróleo: os EUA consomem 33 barris per capita/ano; a Europa, 22; a Coréia do Sul, 16; o Brasil, 4; e a Índia e a China, menos de um barril per capita/ano.

PRODUÇÃO MUNDIAL EM 2004 - MILHÕES DE BARRIS / DIA

1. Rússia	9.1 mb/d
2. Arábia Saudita	8.8 mb/d
3. Estados Unidos	5.4 mb/d
4. Irã	3.9 mb/d
5. México	3.8 mb/d
6. China	3.3 mb/d
7. Noruega	2.9 mb/d
8. Venezuela	2.7 mb/d
9. Nigéria	2.5 mb/d
10. Emirados Árabes Unidos	2.2 mb/d
16. Brasil	1.5 mb/d

Em 1996, os Estados Unidos eram os maiores produtores de petróleo no mundo com 7.5 milhões de barris por dia.

A produção da União Soviética caiu de 1ª colocada no mundo, ao final da década de 1980, porém, estabilizou-se desde 1993 e cresceu, significativamente, em 1998, tendo como maiores co-produtores o Cazaquistão e o Azerbaijão.

Os 20 maiores produtores de petróleo no mundo produzem cerca de 57 milhões de barris / dia, o que significa 87% da produção mundial.

Os países da OPEP respondem por 24 milhões de barris / dia ou 40% da produção mundial

Dessa forma, o quadro acima pode ser resumido como se segue:

PRODUÇÃO MUNDIAL EM 2004: 72,470 milhões de barris por dia (média).

OPEP EM 2004: 29,105 milhões de barris por dia (média)

PETROBRÁS em 2004: 1,493 milhões de barris por dia (média)

Assim, a produção mundial de petróleo, em 2004, atingiu a cifra espantosa de 26 bilhões de barris que, ao valor médio de US\$ 60,00 o barril, representa um faturamento bruto de US\$ 1,56 trilhões para os países produtores.

O petróleo é um combustível fóssil, não renovável, de reservas limitadas e de grande impacto político, econômico, militar, científico-tecnológico e psicossocial em todo o mundo.

Em seu nome foram feitos bloqueios econômicos, intervenções militares, ocupações territoriais e declarações de guerras, já ao final da primeira metade do século XX. A sua utilização tem causado polêmicas nas áreas de segurança ambiental e preservação de ecossistemas, além de ter sido considerado como o maior vilão causador do efeito estufa, da degradação da camada de ozônio, dos degelos das calotas polares, da ascensão dos níveis dos oceanos e do aumento de temperatura da biosfera terrestre.

Assim, não é justo que os países que detenham os ecossistemas mais expressivos e delicados do globo, não venham a ter uma forma de compensação que permita neutralizar os efeitos devastadores da concentração de monóxido de carbono na atmosfera e da precipitação de chuvas ácidas na terra, causadas pela queima indiscriminada do petróleo. Até agora, todas as tentativas voltadas para a minimização desse problema foram conduzidas no campo político, onde o Protocolo de Kyoto encerra toda a dificuldade para ser alcançado um consenso no concerto das nações.

UM FUNDO DE PRESERVAÇÃO PARA A AMAZÔNIA

Há, portanto, que se estabelecer medidas no campo político-econômico, a fim de que possam ser asseguradas às nações detentoras de ecossistemas, que apresentam como produto mais

nobre a oferta de água doce, condições para preservar a continuidade da vida no planeta, fruto de um privilégio que a natureza lhes concedeu.

A forma menos complexa e mais eficiente, como corolário de sua aplicação, é o estabelecimento de Fundos de Preservação a nível nacional e internacional, onde os países detentores de água doce possam ter os recursos de que necessitam para proporcionar, a si e ao mundo, a certeza de que poderão preservar algo que a natureza distribuiu caprichosamente no globo, mas que é indispensável à vida no planeta.

A Bacia Amazônica, maior detentora de caudais de superfície no mundo, deveria ser alvo de ações imediatas do governo federal, a fim de que pudesse apresentar, em curto prazo, os resultados dessas ações, estimulando aqueles que, vendo a Amazônia como um patrimônio da humanidade, venham a ter comportamentos que estimulem à consecução de idênticos propósitos por parte de Países, Entidades e Organizações Não-Governamentais.

Assim, já existem dispositivos na legislação brasileira que permitem uma ação imediata na Amazônia, visando à preservação de suas vias navegáveis, mormente, se for estabelecido o escudo protetor, onde apenas a navegação interior venha a ser praticada em toda a Bacia, uma vez estabelecido o cinturão de isolamento e os pontos limites que circunscrevem a navegação de mar aberto.

Concessão à Região Amazônica da retenção da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre combustíveis, estimados anualmente em R\$800 milhões, para aplicação em programas regionais com prioridade para o setor de navegação, obtendo-se, assim, um transporte adequado e limpo.

Estabelecimento de fretes tabelados no transporte de derivados de petróleo, assegurando ao armador as condições para suportar seus custos, mantendo-se os requisitos de segurança exigidos pela Autoridade Marítima Nacional e pelos Acordos e Tratados Internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Reconhecimento de que visão ambiental para a Amazônia tem que ser diferenciada e que as sanções aplicadas à região, pelos órgãos ambientais, são desproporcionais à realidade da região, carente e subdesenvolvida.

Essas medidas em âmbito nacional estimulam ações a nível internacional como a apresentação política e diplomática do cenário e dos problemas que degradam a preservação da Amazônia e, por via de consequência, do próprio planeta, seja na OEA seja na ONU, sugerindo a minimização de suas causas e efeitos, através da criação de um Fundo de Preservação da Amazônia, a ser aplicado no desenvolvimento de programas e projetos científicos e ecológicos, sem dúvida uma proposta pioneira, porém, não inusitada, em face da complexidade e importância do tema aqui considerado.

Por outro lado, a destinação de 1% da receita anual de hidrocarbonetos, obtida dos países produtores de petróleo, para o Fundo de Preservação da Amazônia, não representará em si uma proposta esdrúxula ou demagógica, considerando que estamos tratando da maior floresta tropical do globo, da maior biodiversidade do planeta e da maior concentração de água doce em caudais de superfície da Terra.

Conclusão

Apesar de todas as peculiaridades acima discutidas, a Amazônia é uma região praticamente virgem, pois somente cerca de 8% de sua superfície foi fruto de ação antrópica, ou seja, alteração resultante da ação do homem sobre a vegetação natural.

As vocações já identificadas, como a mineral, a agrícola e a energética, bem como a piscicultura, com sua fonte de proteína animal, devem ser fruto de interações entre governo e empresas, onde a visão sistêmica dos projetos permita que eixos de desenvolvimento substituam conceitos ultrapassados de pólos de irradiação.

Dessa forma, será possível que a energia, a logística e a telemática (telecomunicações + informática) estejam presentes nesses eixos de desenvolvimento, mormente, com a contribuição dos recursos de um Fundo de Preservação da Amazônia.

Além disso, o valor do modal hidroviário para a economia da Amazônia necessita de um esforço concentrado da União e dos Estados, para que resultados concretos sejam obtidos no mais curto prazo, removendo carências, implementando infra-estruturas e acelerando o processo de desenvolvimento da região, estimulando,

assim, a criação de incentivos ou prêmios para aqueles que, em suas operações no transporte de cargas, minimizam riscos, preservando o meio ambiente e os ecossistemas regionais.

Complementando essas ações, faz-se necessário dotar a malha hidroviária da Amazônia de todos os recursos de apoio logístico, como sinalização náutica adequada e infra-estrutura portuária, terminais fluviais, núcleos de manutenção, reparos navais e estações de salvamento, não esquecendo a importância do saneamento básico para a preservação da higiene das populações ribeirinhas, elemento básico para sua inclusão social.

Trata-se na realidade de estabelecer um verdadeiro Plano Diretor, permanente, para a preservação da Amazônia, onde Planos de Ações, como capítulos e seções pertinentes a esse Plano Diretor, sejam submetidos, anualmente, em consonância com os recursos obtidos de fontes nacionais ou do Fundo de Preservação da Amazônia, para suas respectivas aprovações e execuções.

A concessão de exclusividade à navegação interior na Bacia Amazônica, mantendo a navegação de mar aberto circunscrita em seus pontos limites em Vila do Conde / Barcarena, Macapá e Belém, proporcionando a esses pontos condições de plena movimentação de cargas, inclusive seu transbordo, contribuirá de forma excepcional para aperfeiçoar a legislação e normas que incidam na navegação interior, bem como permitir a autoridades competentes, mormente, a Autoridade Marítima Nacional, o exercício pleno de suas atribuições e responsabilidades, no sentido de assegurar à Amazônia uma navegação mais segura em rios mais limpos.

Por outro lado, a destinação de 1% da receita anual de hidrocarbonetos, obtida dos países produtores de petróleo, para o Fundo de Preservação da Amazônia, não representará, em si, uma proposta absurda ou ambiciosa já que o valor anual desse Fundo, inicialmente com a dotação de US\$ 15 bilhões, apresenta um custo / benefício muito aquém daquilo que a humanidade deseja e espera, para ter uma Amazônia preservada e desenvolvida, assegurando à população do planeta uma contribuição esplêndida para um acesso permanente às fontes já escassas de água doce do planeta.

Até agora, o Rio Amazonas tem escapado de uma maior poluição industrial, embora ameaças reais estejam sempre presentes.

Depósitos e dutos na Colômbia, Equador e Peru, são vulneráveis a terremotos e outras ações telúricas. Qualquer derramamento considerável de óleo poderia ter conseqüências devastadoras nos rios e suas planícies inundadas.

Navios transportadores de granéis, sólidos ou líquidos, representam, também, uma ameaça considerável, embora o Amazonas tenha escapado, até agora, de sérias conseqüências ecológicas, em face de seu imenso volume de água e da diluição expressiva de sedimentos contaminados.

Cabe a todos os homens pensar no amanhã e não permitir que o ecossistema maior, mais sofisticado e complexo do planeta venha a ser ameaçado de destruição por omissão ou egoísmos daqueles que não conseguem prospectar o futuro nem contribuir para que o bem comum seja a aspiração maior das nações que cultuam a democracia e a liberdade.

Bibliografia

CAPRILE, René. "A Guerra das Águas"; Jornal do Brasil; Idéias/Ensaio. 22/3/92; Rio de Janeiro; RJ.

CLUBE NAVAL. "Simpósio Amazônia Brasileira". Revista do Clube Naval. Ano 109, no 309. Rio de Janeiro, RJ.

GAMA E SILVA, Roberto. "Os Recursos Naturais do Brasil". Questões Importantes Referentes ao Mar. São Paulo, SP. Sociedade dos Amigos da Marinha, SOAMAR. Coordenadora: Georgette Nacarato Nazo, 1996.

"THE SMITHSONIAN ATLAS OF THE AMAZON." Smithsonian Institution. .Smithsonian Books, 2003

A Educação no Mundo Globalizado

Alexander Zhebit¹

Cada país tem o seu sistema nacional de educação. Quantos sistemas de educação concorrem entre países e dentro de países! Quantas filosofias e conceitos de educação diferentes competem e se digladiam: educação fundamental, educação profissional, educação à distância, educação continuada, educação tecnológica! Não deveria existir, em princípio, uma meta única na educação, se a educação fosse extensão de uma política nacional estatal. Quantos estados nacionais, tantas políticas de educação. No entanto, todos os países, ao enfrentar o problema de educação na política nacional, respondem às mesmas perguntas: para quê educar? quem deve ser educado? qual será o grau prioritário da educação? quem deve e pode desfrutar da educação? como organizar a educação? quanto custará a educação ao estado? à custa de quem se educa?

Podemos resumir a noção tradicional de educação através dos três principais eixos:

1. para o indivíduo, a educação é um instrumento, com a ajuda do qual ele pode solucionar seus problemas vitais, é uma herança que ele adquiriu e que poderá desfrutar a seu critério;

2. para o educador, a educação é um processo de transmissão de conhecimento e do acompanhamento da evolução do indivíduo;

3. para o administrador, a educação é um sistema social, complexo e relativamente autônomo, que existe para educar e contribuir para o desenvolvimento nacional.

Devido à competição de diferentes sistemas e conceitos da educação, formulados a partir de variados embasamentos

¹ Doutor e Livre-Docente em História de Política Externa e Relações Internacionais, Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Professor do Centro Universitário Metodista Bennett - UNIBENNETT.

filosóficos e ideológicos, formaram-se dicotomias profundas entre:

a) a abordagem tecnocrática utilitarista de treinamento para enfrentar o mercado de trabalho e a necessidade da sociedade democrática de fornecer oportunidades de desenvolvimento individual;

b) o imperativo de transmissão de conhecimento e a necessidade de aperfeiçoamento individual, no âmbito do sistema de educação;

c) as normas rígidas de um sistema de educação nacional e o direito da liberdade de educação;

d) as necessidades econômicas, políticas e sociais de educação e a preservação da continuidade da existência humana.

As atividades educacionais atingiram um certo grau de absurdo, em parte semelhante ao estado da sociedade, descrito por George Orwell em “1984”, quando “A GUERRA É PAZ, A LIBERDADE É ESCRAVIDÃO, A IGNORÂNCIA É PODER”. No mundo do absurdo totalitário orwelliano, existiam o Ministério da Verdade, que cuidava da falsificação da informação e da reescrita da história, o Ministério da Paz, que cuidava da guerra, o Ministério do Amor, que recorria à tortura a fim de manter a segurança e ordem, e o Ministério da Cornucópia, cuja função consistia em esconder a fome. Não havia nesse mundo nada ilegal, porque não havia leis. Em uma analogia distanciada com esse mundo, podemos imaginar que estamos mergulhados em algumas vivências do absurdo. Estamos formando com celeridade frenética os engenheiros, tecnólogos e técnicos na área de petróleo e outros fósseis, apesar de sabermos que é uma fonte energética muito poluente, não-renovável, cuja utilização contribui para o “efeito estufa” e aproxima o apocalipse da natureza planetária. Estamos treinando profissionais na área de armamentos e de guerra, pudicamente chamada de defesa, que elaboram estratégias militares e aperfeiçoam os artefatos letais de aniquilação, apesar de sabermos que um dia eles poderão ser usados contra nós próprios. Estamos educando exércitos de profissionais de propaganda e de administração que apenas saibam reproduzir os esquemas de dominação política, econômica e cultural. Estamos aperfeiçoando o ensino das técnicas

de computação, sem qualquer preocupação com a ética de privacidade, deixando os computadores e sistemas de redes serem invadidos e violados por vírus, cavalos de Tróia, *backdoors*, *spam* etc. Estamos usando o processo de educação a fim de replicar o conhecimento obsoleto, embora tenhamos a clara compreensão de que matamos uma criatividade de pensamento individual. Estamos nos atendo às normas rígidas, postuladas pelos órgãos centralizadores de educação, sabendo que algumas delas são entraves ao processo de aperfeiçoamento individual e coletivo. Achamos, ingenuamente, que o progresso tecnológico é uma solução mágica para todos os nossos problemas, embora reconheçamos que o mesmo progresso leva à catástrofe global.

O absurdo refere-se à nossa convicção de que podemos resolver de maneira segura todos os problemas, se seguirmos os princípios como: a felicidade é dinheiro, a prosperidade é posse de bens, a sociedade é mercado de trabalho, o progresso é tecnologia. Esse absurdo procede de: a) a perda do instinto natural, provocado pelo nosso desligamento do cosmos; b) a perda de tradição, ou seja, a extinção de nossa identidade; c) a perda da fé, ou a aniquilação da nossa cultura. Ele favorece o cultivo de uma tradição de fundamentalismo educacional, que rejeita o conhecimento e propaga a tecnicidade, confunde a escravidão com liberdade, a guerra com a paz, replica a cultura de dominação, geração após geração. Uma das inscrições sobre o grupo escultural “Os Pecados Humanos”, criado por Ivan Chemiákin em Moscou, diz: “Crianças são vítimas dos pecados dos adultos”. Nós somos filhos dessas crianças e educamos nossos filhos da mesma maneira como fomos educados. A educação contemporânea não é uma educação, um cultivo de espírito, mas é um treinamento, uma tiragem de tecnocratas, uma perpetuação da “servidão voluntária”.²

O absurdo educacional pode, em princípio, ser ultrapassado pela união do racionalismo e do humanismo, da inteligência e da consciência. Só que esta união é inatingível, porque o maior inimigo do homem é o próprio homem e celebrar uma união tão utópica seria impossível, devido a conflitos de interesses humanos. Porém,

² Discurso da servidão voluntária. Etienne la Boetie. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

a única força, capaz de unir a humanidade perante o absurdo, é o medo da perdição, o medo da morte. Esse medo vem vindo da conscientização de que os humanos destroem impiedosamente tudo que conseguiram criar, travam lutas incessantes intra-espécie, provocando guerras e genocídios, vivem na insegurança individual e coletiva constante, enfrentam o desequilíbrio ambiental, as catástrofes naturais terríveis e epidemias humanas e animais arrasantes. Nenhuma vitória no caminho de combate à miséria e à iniqüidade resultou em felicidade geral, nenhuma dominação material resultou em bem-estar universal. O medo vem crescendo, a partir daquele conhecimento, que cultiva o espírito e que ajuda a enxergar uma avalanche da catástrofe global em aproximação. Estamos frente a frente com o problema da **existencialidade global**.

Diante do globalismo dos problemas acima colocados fala-se já há algum tempo das crises não apenas nacionais, mas também de uma crise global da educação. Os paradoxos globais do ensino superior, que aparecem em quase todos os países do mundo, reforçam esta percepção crítica:

1. diminuem orçamentos para educação e cresce o número dos educandos, portanto a qualidade do ensino piora;
2. a universalidade universitária vem sendo perdida e a tecnocratização aumenta;
3. o Estado, ao diminuir recursos, procura fiscalizar, padronizar e controlar a educação, criando o esquema seguinte: onde o Estado é necessário, ele é insuficiente, onde se pode passar sem o Estado, ele é exagerado;
4. o sistema de educação nivela indivíduos e forma profissionais medíocres, mal educados, ignorantes e oportunistas, que agem segundo o princípio: melhor estar mais ou menos certo, na hora certa, do que estar absolutamente certo, mas atrasado.

Em que direção deve evoluir a educação, frente a essa crise? Como formar um espírito humano e construir as competências e habilidades individuais de um cidadão da época da globalização?

Há um exemplo bem-sucedido de uma reforma na área de educação que, apesar de ser antigo, não perde a sua atualidade. É

o Renascimento Carolíngio nas artes e na educação, que projetou o império ocidental de Carlos Magno para um lugar de poder e prestígio na Europa medieval. Desejando unificar o Império e consolidar a cristandade, Carlos Magno identificou o instrumento que lhe permitiria atingir estes objetivos - a educação. Reformando a educação e criando, através dela, uma elite pensante e dominadora dos conhecimentos da época, ele conseguiu edificar um Império potente e duradouro na Europa Ocidental, se considerarmos o Sacro Império Romano-Germânico, como a sua continuidade. A reforma da educação, que se tornou conhecida como Renascimento Carolíngio, evoluiu de acordo com as três diretrizes dele: reparar (*reparatio*), renovar (*renovatio*), reformar (*reformatio*). A sua idéia da renascença (*renovatio*) tinha a ver com a reformulação das ciências religiosas e seculares (*renovatio saeculares et sacrae litterae*). Os três objetivos, que deveriam ser prioritariamente atingidos mediante a educação, foram: a) corrigir o errado (*errata corrigere*), b) eliminar o supérfluo (*superflua abscindere*), c) incrementar o correto (*recta cohartare*). O sinal mais significativo de como a reforma deveria começar foi a alusão à correção do errado (confira o “corrigir palavras” confuciano). As suas reformas visaram à educação através do aperfeiçoamento moral e espiritual da igreja e do povo.

Carlos Magno convidou para a escola imperial, criada junto à corte em 782, estudiosos italianos, franceses, bem como anglo-saxões e irlandeses, estes últimos muito mais precoces em estudo das ciências, do que outros europeus. A escola de Carlos Magno, que se tornou a instituição educativa máxima do Império, reuniu as melhores cabeças da Europa: Pedro de Pisa, Paulinho de Aquiléia, Paulo Diácono, Teodulfo de Orleães, Alcuíno (Albinus Flaccus) da Bretanha. Todos eram professores da corte, todos eram obrigados a escrever obras científicas, entre estas cursos e manuais, que foram considerados livros-modelo de ensino do Império carolíngio. Os textos dos autores da Antiguidade (Grécia, Roma, Constantinopla, Antióquia, Alexandria) foram recuperados, reescritos, traduzidos e conservados em cópias da época carolíngia.

Por exemplo, Alcuíno, pela ordem de Carlos Magno, foi incumbido de criar um texto padrão do Antigo Testamento. Alcuíno

e Paulo Diácono reuniram os sermões numa coletânea que se tornou uma referência imperial. Uma reforma da língua e da escrita, que produziu um latim vulgar e famosos minúsculos carolíngios, em vez de laboriosas letras iniciais, resultou na criação de um fundamento lingüístico e orto- caligráfico medieval, chamado “latim neoclássico” da época carolíngia e baseado no princípio de *norma rectitudines*, ou uma norma correta. Os monges das ordens monásticas foram transformados em escribas, o que se repercutiu na proliferação de bibliotecas e de escolas monásticas e paroquiais. A rede de escolas, catedráticas e monásticas, não apenas deu origem a uma elite clerical muito bem formada, mas também intensificou a instrução na aristocracia.

A própria corte levava uma vida cultural intensa. “Carlos Magno convidava os estudiosos à mesa. Um secretário estava ao lado dele, com uma tábua, coberta de cera, para fazer apontamentos rápidos de suas ordens. Depois do almoço, costumava-se declamar poesias. Os presentes interrompiam a declamação com suas observações, os poetas retorquiam com piadas e observações sarcásticas ... os presentes se dirigiam com mensagens sofisticadas e tentavam adivinhar enigmas científicos”, escreve o historiador.³

Carlos Magno, pela sua contribuição para atas do Concílio da Igreja franca, que se reuniu em 794 em Frankfurt, mereceu uma outorga a ele do título de *rector Christiani populi* (guia do povo cristão). Os esforços de Carlos Magno e de seus conselheiros para elevar o nível de educação formaram uma base da posterior evolução intelectual e cultural da Europa Ocidental, tendo a sua reforma de educação um objetivo maior e mais ambicioso – reformar a sociedade cristã. A reforma carolíngia da educação visava a superação da decadência e da desintegração do Império. O objetivo do renascimento carolíngio não teve como

³ Fleckenstein, Josef. Karl der Grosse. Muster-Schmidt Verlag, 1962; Vipper, R.Iu. Istorija Sriednikh Viekov (História da Idade Média). Moscou: Editora Baluiev, 2002; Werner, Karl Ferdinando. A formação do Império. História Viva, Ano II, N° 22; Angold, Michael. Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

meta a renovação do antigo, do velho, do obsoleto, mas a afirmação e a sedimentação daquilo que foi o correto. Dentro daquele contexto medieval de “*rectitudines*” a reforma carolíngia da educação foi uma ação política de abrangência européia, que permitiu que o Império atingisse seus objetivos – o da unificação e o da formulação de um programa íntegro e coeso da manutenção do *status* imperial, com base na integração científica dos conhecimentos e no domínio do saber da época. Como resultado, esta aquisição equiparou o Império Carolíngio ao Império Romano Oriental, ou Bizantino, obrigando o Papa Leão III a coroar Carlos Magno como Imperador e a *basileus* bizantina (no caso, a Imperatriz Irene) reconhecê-lo, posteriormente, como igual. O Império Ocidental atingiu a sua globalidade através da tentativa renascentista de educar e espalhar a educação.

A reforma educacional, que transformou a Império carolíngio em uma potência forte e competitiva, deu origem às Universidades. Em 1088, a primeira universidade (*universitas*, ou conjunto), que se originou da escola de direito na cidade italiana de Bologna, recebeu este status. A nova instituição agregou tais características como a integração de ensino, a geração do conhecimento, a formação da elite governante, a concentração da pesquisa, a replicação da civilização ocidental.

O exemplo do renascimento carolíngio, baseado na reforma de educação, nos ensina que o papel da educação não pode ser superestimado e não depende do período histórico em que está situado. Sabemos do marasmo intelectual das sociedades na Idade Média, devido ao obscurantismo religioso, que impedia a evolução das ciências e da educação. Somos cientes do atraso colossal soviético em biologia, genética e informática em razão da rejeição das ciências “burguesas”. Nos dias de hoje, como antigamente, a distinção em nível da educação indica a diferenciação nos padrões do desenvolvimento dos países, nas diferenças entre a riqueza e a pobreza. O crescimento da proporção do número dos graduados, em relação aos que possuem o ensino médio dentro de um país está associado ao aumento do PIB e da prosperidade econômica deste. O nível educacional baixo de uma sociedade provoca insucessos em

políticas sociais, aumento da criminalidade, pobreza, desencantamento social com políticas públicas, protestos sociais.⁴

A época pós-industrial apresenta demandas qualitativamente novas ao indivíduo, devido à instalação da sociedade de informação, alicerçada sobre a tecnologia inteligente. O principal recurso da sociedade de informação é conhecimento, que se torna mais importante que o dinheiro. O dinheiro vem e vai, enquanto o conhecimento é um bem indestrutível e reutilizável, não importa quantas vezes alguém o usar. O conhecimento não é um recurso não-renovável. Pelo contrário, conhecimento gera e agrega conhecimento. São cotados no mercado os indivíduos que não apenas sabem utilizar o conhecimento adquirido, mas que sabem gerar um novo conhecimento.

A transformação da ordem internacional numa ordem *global*, no decorrer dos últimos 60 anos do pós-guerra, tornou-se um dos maiores desafios da pós-modernidade. Uma educação pós-moderna começou a ser moldada pelos fatores como o uso de tecnologia, a intensificação do ensino, a interdisciplinaridade na educação, as suas descentralização e privatização. Ela começou a basear-se em novas tecnologias, tanto na área de computação, quanto nos campos da mecânica, biologia molecular, genética, nanotecnologia, física óptica, engenharia aeroespacial, ecologia e outras. O ensino à distância, mercê da Internet, não é apenas possível, mas já faz parte do cotidiano da educação. A intensificação de ensino possibilitou, por um lado, a compactação do tempo da educação, por outro, a sua racionalização, em termos da sua organização mediante a informática. A interdisciplinaridade na educação contribuiu para a geração do conhecimento integral, testado por hipóteses de diversas disciplinas.

A globalização, junto com vários benefícios, pôs em evidência muitos problemas: elitismo da educação, atraso dos países em desenvolvimento em termos da formação de uma classe de profissionais em prol de desenvolvimento, graves falhas no sistema

⁴ Parada, Miguel B. Educación y pobreza: una relación conflictiva. In: Pobreza, desigualdade social y ciudadanía. Los límites de las políticas sociales em América Latina. Buenos Aires: Clasco, 2002, p. 65-81.

de ensino básico e médio, inacessibilidade à educação para significativos segmentos de jovens, nos países em desenvolvimento. No mundo desenvolvido a globalização resultou em paradoxos de ordem diferente. Universidades vêm perdendo a capacidade de formar pensadores e generalistas com conhecimentos fundamentais, sem os quais o mundo externo não pode ser compreendido, e vão formando especialistas de perfil estreito, que não vislumbram uma crise global vindoura em aproximação, nem percebem ameaças e desafios gravíssimos que nos cercam (proliferação nuclear, miséria catastrófica, declínio ambiental, degradação intelectual, fundamentalismos religiosos, violência endêmica, intolerância cultural e étnica, existencialidade global posta em cheque), nem sabem dar explicações adequadas aos fatos inéditos, como, por exemplo, a onda da violência nos subúrbios de Paris, em novembro de 2005, que pegou as autoridades francesas de total surpresa.

Costumamos dizer que a educação costuma copiar a sociedade. Tal sociedade, tal educação. Muda a sociedade, mudará a educação. Mas o inverso também está correto. Se quisermos mudar a sociedade, precisamos mudar, ou seja, reformar o sistema de educação. Nos tempos da globalização, quando os sistemas de educação nacional dos diversos países estão ligados tão estreitamente quanto nunca, devido à mobilidade de mercadorias, pessoas, capitais, à integração política, econômica e informacional, uma reforma de educação deve ser geral e abrangente, porque a própria crise educacional também é geral. Em conformidade com este pensamento construtivista, aponta-se para a necessidade e recorre-se à prática de uma reforma de sistemas de educação, em diversos países, mas observando as tendências gerais da evolução educacional global, **numa tentativa da unificação histórica mundial de toda a humanidade, através da educação**. Portanto, observam-se tentativas e ações de reforma dos sistemas de educação, não apenas em nível local e regional, mas também no âmbito universal e global, tendo cooperado duas vias da reforma: nacional (mediante a ação dos governos) e internacional (por meio da atuação das organizações intergovernamentais e não-governamentais). Muitos países têm passado pelas modificações

dos sistemas educacionais, umas com antecipação (Coréia do Sul e outros “tigres asiáticos”), outras com atraso (Rússia e estados pós-soviéticos), conseguindo resultados diferenciados em função dos objetivos, que foram colocados para atingir metas pretendidas.

A necessidade da reforma da educação leva à formulação algumas sugestões de competências e habilidades que ainda não fazem parte, ou fazem uma parte mínima, das diretrizes pedagógicas curriculares, que, a meu ver, são indispensáveis para a formação de um cidadão de um mundo de futuro mais seguro, justo, pacífico e sustentável:

- a) uma visão global do mundo;
- b) a capacidade de supercientista;
- c) a polivalência de aplicação do saber;
- d) o entendimento da limitação dos conhecimentos construídos e da necessidade de uma formação continuada;
- e) o desenvolvimento da identidade;
- f) a formação de uma Nova Ética, baseada na Liberdade, Justiça, Solidariedade e Desenvolvimento Sustentável.

Num mundo globalizado, a globalização manifesta-se por meio através das crescentes transparência e porosidade das fronteiras, em relação aos objetos físicos, e na sua inexistência, quanto aos objetos imateriais, produzidos pelo intelecto humano, como informações, conhecimento, idéias, entretenimento, etc. Na educação, incluída no domínio imaterial, a globalização resulta na busca de um ensino de melhor qualidade do que no país de origem, com melhores perspectivas de emprego, o que provoca movimentos transfronteiriços, a partir dos países em desenvolvimento, em direção aos centros de ensino nos países desenvolvidos. As instituições de ensino receptoras estão interessadas em influxos de finanças complementares que lhes permita expandir e se aperfeiçoar à custa dos estudantes estrangeiros. Formar um estudante de outro país significa também poder influenciar futuramente o entorno do graduado em seu país de origem, por um lado e, por outro, melhorar programas pedagógicos da Instituição de Ensino Superior receptora com base no intercâmbio cultural e profissional.

Uma outra característica globalizante da educação está ligada à integração política e econômica, que se estende ao campo da educação, sobretudo na área de ensino superior. É o processo de cooperação entre países dentro de uma região, que implica o intercâmbio estudantil, troca de docentes, a universalização e a equiparação de diplomas e de programas de ensino. Em 1997, 45 países assinaram em Lisboa a Convenção de Reconhecimento das Qualificações referentes ao Ensino Superior e, em 2005, ela foi ratificada por 36 signatários. Esta Convenção lançou bases de equivalência dos títulos acadêmicos discente e docente, abrindo portas a intercâmbios acadêmicos estudantis e a pesquisas comuns e integradas.⁵ Na Europa, uma integração intensa na área de educação observa-se no âmbito do Processo de Bologna, destinado a criar um espaço comum europeu de ensino superior. Seus proponentes, ministros de educação dos estados-membros da União Européia, liderados pelos da França, do Reino Unido e da Alemanha, nas Declarações de Sorbonne, em 25 de maio de 1998, e de Bologna, em 19 de junho de 1999, resolveram criar a “Europa de conhecimento”, como fator de crescimento social e humano para a construção da Europa unida, reafirmando o apoio à Carta Magna Universitatum, adotada em 1988, em Bologna. Ao desejarem implantar um espaço comum de educação e projetar, posteriormente, a experiência européia para o mundo, eles se acordaram sobre os seguintes princípios a serem seguidos no ensino superior:

- equivalência de títulos acadêmicos, obtidos em diversos países;
- adoção do sistema de ensino superior baseado em dois ciclos: graduação (bacharelado) e mestrado. Quanto o primeiro ciclo durar, no mínimo, três anos, ele deve ser suficiente para qualificar o indivíduo para o mercado europeu de trabalho. O segundo ciclo deverá levar o indivíduo aos títulos de mestre e/ou doutor;
- estabelecimento de um único sistema de créditos, que podem ser contabilizados em qualquer instituição de ensino superior européia;

⁵ European Treaty Series - No. 165. CONVENTION ON THE RECOGNITION OF QUALIFICATIONS CONCERNING HIGHER EDUCATION IN THE EUROPEAN REGION. Lisbon, 11.IV.1997.

- promoção da mobilidade de discentes e docentes entre instituições de ensino, a fim de estudar, ensinar e pesquisar;
- promoção do sistema único de avaliação de qualidade de ensino, com base numa metodologia e critérios comuns;
- promoção da dimensão educacional europeia, com relação a currículos, programas integrados de ensino, treinamento e pesquisa.⁶

O prazo, estabelecido pelos proponentes do Processo de Bologna, a fim de criar um espaço europeu de educação, é 2010. Para isto os Estados-membros da EU devem adotar reformas convergentes dos sistemas de educação, estudar implicações destas reformas nos diferentes países, universidades e campos de saber. Ao mesmo tempo, o Processo de Bologna não visa uma uniformização da educação, uma diminuição da autonomia universitária ou a renúncia à identidade cultural, lingüística ou educacional, mas busca uma diversidade acadêmica e cultural maior, um aumento geral da excelência do ensino superior. Em 19 de setembro de 2003, ao se reunirem em Berlim os ministros de Educação da EU enfatizaram que a qualidade do ensino superior foi o cerne do estabelecimento do espaço europeu de ensino superior, que devia ser aperfeiçoada em todos os níveis: local, nacional e europeu. Foi acordado que, até o ano de 2005, os sistemas nacionais de avaliação deveriam incluir a definição das responsabilidades das instituições, a obrigatoriedade de avaliações interna e externa dos programas de educação e de instituições, com a participação de discentes e a publicação de resultados, o sistema de certificação e de credenciamento das instituições, a participação e a cooperação internacional. Em Berlim foi acordado acrescentar a formação continuada à Dimensão Europeia de Ensino Superior, bem como incluir no Processo um terceiro ciclo de ensino de pós-graduação, o doutorado. Os ministros aprovaram a adesão ao Processo dos países de fora da EU: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Rússia, Santa Sé, Sérvia e Montenegro.⁷

⁶ Sorbonne Joint Declaration. Joint declaration on harmonisation of the architecture of the European higher education system, by the four Ministers in charge for France, Germany, Italy and the United Kingdom. Paris, the Sorbonne, May 25 1998; Joint Declaration of the European Ministers of Education (The Bologna Declaration of 19 June 1999).

⁷ Realising the European Higher Education Area. Communiqué of the European Ministers of Education, Berlin, 19 September 2003

Já em Bergen, Noruega, em maio de 2005, o número de estados que aderiram ao Processo cresceu mais ainda. A Armênia, o Azerbaijão, a Geórgia, a Moldávia e a Ucrânia foram admitidos. Foi reconhecido o papel central das instituições de ensino superior, dos seus funcionários e estudantes como parceiros no Processo. Os ministros de Educação reunidos em Bergen, ressaltaram o valor da transparência e da qualidade, que seriam marcos do futuro espaço europeu de educação, acrescentando que o Processo está aberto a outros países, e possui a atratividade necessária para que haja uma adesão mundial crescente à reforma empreendida pelos países da EU.⁸ Uma coordenação europeia internacional de educação realiza-se por meio dos programas europeus educacionais: COMET, ERASMUS, TEMPUS.

A integração na área de educação é um processo complexo e não sem dificuldades. Novos problemas, em que se refere às tradições e padrões nacionais e culturais, legalização de documentos de educação, adoção de legislações nacionais respectivas, adaptação social e psicológica dos educandos, são os mínimos que surgem e precisam de soluções comuns. Um dos sérios desafios ao Processo é lançado pelos defensores do nível de excelência em várias instituições de ensino superior do continente, que temem que a implantação do espaço comum de educação europeia possa repercutir negativamente na qualidade da educação nas instituições de ensino superior de reconhecida qualidade, e que os critérios de avaliação não atendam ao nível altíssimo de competências e habilidades. Entre estas a Universidade de Moscou (Rússia), que ainda não aderiu ao Processo de Bologna.

Progressos na globalização da educação, semelhantes aos de Bologna, acontecem no âmbito de outros grupos regionais dos países, entre estes o Mercosul, onde a cooperação na área de educação se intensifica e se concretiza na medida do aprofundamento do processo de integração, refletindo, aliás, os altos e baixos da integração do Mercosul, bem como o nível de uma intensidade de integração educacional ainda modesto, em

⁸ The European Higher Education Area - Achieving the Goals. Communiqué of the European Ministers of Education, Berlin, 19 - 20 May 2005.

comparação com os avanços europeus. O Decreto nº 3.196, de 05 de outubro de 1999, reconhece a vigência de títulos de graduação para o efeito dos estudos de pós-graduação, embora recuse a sua pertinência para o exercício da profissão, em um determinado país-membro do Mercosul. O Art. 2 do Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Estados-Membros do Mercosul, de 16 de dezembro de 1996, aprovado pelo Decreto acima referido, estabelece que se considera título de graduação aquele obtido com duração mínima de quatro anos, ou de 2.700 horas cursadas.⁹ Existem, ainda, o Projeto Educar na Diversidade no MERCOSUL, e um Programa de Intercâmbio Regional MERCOSUL – União Européia na área de Educação.

A XXVII Reunião dos Ministros de Educação do Mercosul, Bolívia e Chile, que ocorreu em 19 de novembro de 2004, em Porto Alegre, reconheceu aos estudantes que concluíam o 8º e o 9º anos do Brasil, direito à matrícula no primeiro e segundo ano do Ensino Médio não técnico dos demais países do Mercosul.

Vários problemas na integração da educação, entre estes os decorrentes da globalização, foram diagnosticados no seminário “MERCOSUL Educacional e os Desafios do Século XXI”, que foi realizado paralelamente à Reunião, caracterizam o pensamento e estado da educação nos Estados-Membros:

1. as forças do mercado neoliberal e os arcaísmos reificam a técnica como solução para os problemas sociais do mundo;
2. os fundamentalismos difundem a crença na impossibilidade da comunicação intercultural;
3. a supremacia das tecnologias da informação e da comunicação são consideradas, como código exclusivo de acesso aos saberes e à cultura;
4. a excessiva padronização do ensino desconhece as experiências culturais e de aprendizagens locais, suas demandas e dinâmicas;
5. a transmissão não problematizada do conhecimento e dos

⁹ Decreto n. 3.196 de 05 de outubro de 1999. D.O. 192 de 06 de outubro de 1999, p. 12

saberes impulsiona práticas pedagógicas, nas quais a autoria e a autonomia são minimizadas ou desconhecidas;

6. as experiências educacionais descentralizadas e colegiadas, paradoxalmente, acabaram por confundir participação com desregulamentação, deixando à mercê do mercado sementes importantes da auto-organização dos processos de produção e transmissão do conhecimento;

7. entraves estruturais e históricos da universalização da educação básica integrada à educação geral e técnico-profissional;

8. a dissociação da formação docente do contexto das práticas e da profissionalização.

O documento ressaltou que uma parte desses problemas deveu-se à privatização do ensino e à crescente desigualdade no seu acesso, permanência e qualidade. O Estado vinha perdendo a capacidade de definir suas políticas, cada vez mais entregues ao arbítrio do mercado, enquanto que não houve garantia de justiça sem a presença do Estado, sobretudo no financiamento das políticas sociais.

Diante desse quadro, os educadores mercosulistas reafirmaram os seguintes princípios e propostas para serem levados em conta no Plano Estratégico 2006-2010 no Setor Educacional do Mercosul:

1. estender o conceito de Estado, pensando o Mercosul como região integrada de povos e nações, com o objetivo de fortalecer nossas democracias;

2. operar a unidade com base no diálogo entre as diversidade e alteridades, promovendo uma educação intercultural;

3. sublinhar a necessidade da intersetorialidade como critério de definição das políticas públicas;

4. valorizar o lugar social da docência e da sua formação como garantia de melhoria da qualidade da educação e introduzir na sua formação o componente Mercosul, para desenvolver uma identidade regional e comunitária;

5. incentivar bolsas e intercâmbio em todas as modalidades possíveis, privilegiando alunos e professores;

6. sublinhar a importância da criação de redes virtuais de aprendizado, pesquisa, troca de experiências, de publicações, de banco de dados e de grupos de estudo temáticos inter-regionais;

7. incentivar políticas de equidade, com a finalidade de superar discriminações históricas no interior de nossos povos e nações;

8. reforçar os vínculos e as relações entre a sociedade e o sistema educativo;

9. promover a mobilidade entre estudantes, professores, pesquisadores, inclusive na educação básica, simplificando ou eliminando todas as barreiras que impedem professores de ensinar em outros países do Mercosul durante períodos limitados de tempo;

10. reafirmar a importância de conteúdos mínimos para o estudo da história e da geografia da integração regional nos países membros e associados, assim como o ensino e a aprendizagem dos direitos humanos e da ética, como pressupostos à adesão voluntária ao projeto integracionista;

11. promover, de fato, o ensino do espanhol e do português introduzindo-os como disciplinas obrigatórias do currículo;

12. democratizar o Mercosul fazendo que todos os habitantes da região conheçam o projeto e tenham consciência da necessidade de fortalecer os laços de integração, como uma forma de dinamizar a economia, a tecnologia e as condições de vida nos Estados membros e associados. Desse modo, garantir a diversidade como um valor fundamental das trocas culturais; encontrar os elos comuns que possam fazer dialogar as experiências culturais dos países da região; prover mecanismos educacionais de compreensão, capazes de articular a unidade na diversidade e a diversidade na unidade, são as metas maiores desta proposta de integração regional.

Munidos de força criativa, proporcionada pela multiplicidade de aprendizagens da vida e de histórias distintas, os países do Mercosul viriam a configurar uma reserva de civilização e de humanidade, capaz de inspirar outros modelos de sociedade para todo o planeta.

No Anexo VI o “MEMORANDO DE ENTENDIMENTO PARA A COOPERAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE

MOBILIDADE MERCOSUL PARA EDUCAÇÃO SUPERIOR”, da XXVII Reunião dos Ministros de Educação do Mercosul, Bolívia e Chile, os ministros comprometeram-se a promover os “objetivos de criação e consolidação do espaço ibero-americano de educação superior, ... (valorizar) ... o interesse estratégico de tais objetivos para os processos de integração regional.¹⁰

O fato de o Estado nacional estar com a capacidade cada vez mais diminuta de definir as suas políticas sociais, inclusive na educação, comentado no documento do Mercosul acima citado, confirmou uma tendência internacional de uma descentralização da educação crescente, que se vem manifestando na transferência da gestão da educação do Estado para municípios e autarquias locais. A descentralização é uma corrente do processo da globalização que corresponde às demandas de atores múltiplos e à autonomização da educação. A descentralização permite flexibilizar a educação, criar novos padrões educacionais que atendam às demandas locais e regionais do mercado de trabalho, elaborar novos currículos, abrir perspectivas para a criatividade pedagógica, enfim dar maior autonomia ao processo de formação de profissionais. Ao mesmo tempo ela possui seu lado inverso: a transferência da gestão educacional nem sempre está acompanhada pela manutenção e aperfeiçoamento da qualidade e da excelência de ensino, programas de disciplinas e currículos dificultam o reconhecimento da equivalência entre instituições de ensino, as IES orientam seus educandos para áreas aplicadas ou aplicáveis, ignorando as exigências educacionais da época de globalização.

A descentralização da educação está ligada a uma comercialização ascendente de ensino básico, médio e superior, de maneira que as instituições de ensino se norteiam pelo mercado e são motivados pelos estímulos financeiros, em detrimento aos propósitos humanísticos e sociais da educação. Uma das conseqüências da descentralização que se tem manifestado recentemente é a expansão do ensino corporativo, quando grandes companhias nacionais e transnacionais, com base em parcerias com universidades, estabelecem faculdades, cursos e ciclos de

¹⁰ MERCOSUL/CMC/RME/ATA N° 02/04

treinamento corporativos, orientados para o público-alvo das próprias empresas. Positivo em si, como um ensino profissionalizante das empresas e um treinamento técnico no âmbito do mercado, a falta de ensino de conhecimentos básicos e gerais, que são reduzidos para favorecer conhecimentos práticos e estritamente profissionais, dificulta posteriormente o processo da reinserção posterior em outros campos profissionais, fora do contexto das empresas em questão.

Apesar de todas as mudanças globalizantes, o papel de Estado na educação continua sendo primordial. Mas a modificação deste papel no contexto do cruzamento e, amiúde, do conflito das tendências globais na educação acima descritas exige dos órgãos públicos, responsáveis pela educação, uma adaptação e uma interface com elas, mediante a elaboração de padrões e critérios nacionais e internacionais, gerais e específicos, credenciamento das instituições e sua renovação regular, avaliação e certificação de currículos e projetos pedagógicos, avaliação das instituições, implantação e desenvolvimento de novos métodos de ensino, como o à distância. O objetivo principal do Estado consiste em fortalecer as tendências benéficas provindas da globalização e cercear os processos negativos e prejudiciais. As prioridades nacionais na política de educação são diferentes em diferentes países. No mundo desenvolvido o ensino superior e a pós-graduação, ou formação continuada tornam-se prioritárias, nos países em desenvolvimento o foco é outro: desenvolver o ensino básico e alfabetizar aquela parcela da população que não foi escolarizada. No limiar dos milênios quase um bilhão de pessoas, ou seja, uma sobre cada seis, não podia ler ou escrever, ou eram funcionalmente analfabetos.

Entre as Metas do Milênio das Nações Unidas, adotadas em 2000, a de que todas as crianças devem ser abrangidas pela educação básica até 2015, com a igualdade de acesso à educação entre os gêneros, configura-se como uma tarefa fundamental para a evolução mundial e, sobretudo, para o desenvolvimento.¹¹

Para diminuir o caráter elitista da educação os sistemas nacionais de educação precisam passar por reformas, uma das propostas da qual é a criação da sociedade baseada no conhecimento. Na Cúpula Mundial sobre a Sociedade de Informação

¹¹ A/RES/55/2. United Nations Millennium Declaration

em Tunis (Tunísia), em 16 – 18 de novembro de 2005, o Relatório da UNESCO “Em direção à sociedade do conhecimento” aí apresentado ressaltou a importância da construção de sociedades de conhecimento que, ao contrário das sociedades de informação, contribuiriam para o bem-estar das comunidades e indivíduos e abrangeriam dimensões sociais, éticas e políticas, enquanto sociedades de informação oferecem ferramentas tecnológicas e informações desconexas que não favorecem comunidades ou países, mas apenas indivíduos qualificados.¹² A sociedade de conhecimento basear-se-ia, conforme o relatório da UNESCO, em quatro pilares: liberdade de expressão, educação de qualidade para todos, acesso universal à informação e ao conhecimento e respeito pela diversidade cultural e lingüística. A sociedade de conhecimento e não apenas a de informação afastaria a possibilidade de manipulação e de dominação das sociedades menos desenvolvidas, através do controle da informação. Os estados-membros da UNESCO tinham aprovado o mandato para a organização agir como facilitadora da implementação das diretrizes de ação, entre as quais o acesso à informação e ao conhecimento, a construção de competências, e-ensino e e-ciência, a diversidade cultural, a identidade e o conteúdo local, dimensão da sociedade de informação.

Uma discussão abrangente desenrolou-se na reunião preparatória do Grupo de Trabalho sobre a Governança da Internet em, 15 de novembro de 2005, e depois na própria Cúpula, a respeito do domínio e da democratização da Internet. A UNESCO tem sempre defendido o princípio de que a abertura, o fluxo aberto da informação e a liberdade de expressão deveriam ser as regras da Internet. Os argumentos a favor da democratização da Internet foram ouvidos para questionar a prerrogativa dos Estados Unidos da América de ser registrador e gestor dos endereços e dos domínios na Internet, cerceando a liberdade de domínios através redes regionais ou nacionais autônomas, não governados pelas redes norteamericanas. A percepção dos participantes resumiu-se em que o domínio das redes pode resultar na manipulação da informação,

¹² Knowledge versus information societies: UNESCO report takes stock of the difference. <http://portal.unesco.org/ci/wsis/tunis/stand/index.php?Action=showNewsArchive&id=1>, acessado em 16 de novembro de 2005

ou no uso indevido e inadequado das informações e das ferramentas da Internet, podendo causar prejuízo à diversidade do modo de pensar, à identidade cultural, bem como a estabilidade de modelos sociais, econômicos ou educativos dos países.

A eventualidade de que algum tipo de controle pode ser estabelecido sobre os países e as sociedades menos desenvolvidos na área de tecnologias de informação e de conhecimento, junto com as preocupações do aprofundamento da privatização da educação, despertaram uma conscientização no contexto local, nacional, regional e internacional de que a educação é um patrimônio da sociedade, e ela não pode ser vítima de interesses econômicos, políticos imediatos e oportunistas, portanto, não pode ser dissociada dos interesses de longo prazo no contexto das reformas que seriam destinadas a projetar países para o futuro, criando a base para o desenvolvimento sustentável, a equidade e a justiça. A correlação do progresso da educação entre países transformou-se num dos principais indicadores do Índice do Desenvolvimento Humano, colocando a educação no patamar de uma referência global de qualidade, do nível do desenvolvimento e da perspectiva de evolução estatal. Previsões orçamentárias e despesas para a educação nos países, devendo ser, no século XXI, iguais ao mínimo de 6% do PIB, nível, recomendado pela Comissão Internacional de Educação da UNESCO, demonstram o (in)sucesso dos países na economia, finanças, comércio, obras sociais, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, manifestando, e de certo modo, determinando a futura projeção de estados ou regiões integradas.

Segundo a última previsão do banco de investimentos americano Goldman Sachs, os países chamados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) daqui a 40 anos substituirão, no que respeita ao nível dos PIB, sete dos atuais titulares do G-8 (Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália). No entanto, esta profecia talvez não vá se realizar para o Brasil pela seguinte razão: o Brasil, em comparação com os três “parceiros” do BRIC é o menos bem sucedido na área de educação.¹³ Mais uma vez chegamos à conclusão de que a educação é uma chave de ouro para o futuro, e sem a dedicação a ela, nenhum progresso será possível.

¹³ Global Economics Paper No. 99: Dreaming with BRICs: The Path to 2050. <http://www.gs.com/> acessado em 19 de novembro de 2005.

Uma primeira via para concretizar o vaticínio para os BRIC é a modernização da educação, dentro dos padrões da época da tecnologia de informação e da pós-modernidade. Uma reforma pós-moderna não apenas da universidade, mas de todo o ciclo educacional é indispensável. Outra via é a humanização da educação, orientada para o futuro da sociedade, do porvir do indivíduo, da geração contemporânea e das gerações futuras, que deve ser traçada e enveredada, quebrando as tradições mercadológicas e egoístas da dominação e da violência. Uma terceira via é a democratização da educação, segundo a qual o acesso a ela deve ser o mais amplo possível. Esta via deverá ser seguida mediante o financiamento adequado da instrução pública, a inclusão social e digital dos segmentos sociais diversos, dos indígenas, dos deficientes, das mulheres, das crianças, dos idosos, inclusive, por intermédio das tecnologias novas, adequadas para este fim. Uma quarta via, que já tem sido explorada, é a integração internacional dos sistemas nacionais de educação, dentro da perspectiva da globalização humanizadora da educação e da construção da globalização por meio da educação global. *The last but not the least*, o papel primordial nestes processos caberá ao Estado, que deverá desenvolver práticas de cooperação, tanto ao longo da diretriz de financiamento público – privado, quanto em conformidade com a inserção internacional do Brasil e de sua participação em organizações universais e regionais de integração política, econômica e educacional.

Entre os objetivos educacionais gerais, dois merecem uma atenção especial: a propagação da cultura da paz, através da educação, e a inclusão digital. Os resultados do referendo nacional de outubro de 2005 sobre a proibição da venda de armas de fogo à população mostraram com toda a evidência que a sociedade, que acusa altíssimos níveis de violência contra pessoas em termos mundiais, precisa desesperadamente de um ensino baseado na disseminação da cultura da paz e na erradicação da cultura de violência. O outro aspecto é o acesso dos excluídos à Internet, mediante a democratização da informática.

Educação como fator de globalização é uma alavanca graças a qual o mundo deve ser “revirado” para se tornar mais equitativo, mais próspero, mais justo e mais pacífico.

Bibliografia

ALONSO, Paulo César Martinez y. Educação e Cultura. Niterói, RJ, 2000

ANGOLD, Michael. Bizâncio: a ponte da antiguidade para a Idade Média. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

BOCLIN, Roberto. Conversando sobre Educação ... Rio de Janeiro: ABE, 2001.

Cadernos Adenauer 6: Universidade: panorama e perspectivas. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2000.

Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Wolfgang Sachs (ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Discurso da servidão voluntária. Etienne la Boetie. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

FLECKENSTEIN, Josef. Karl der Grosse. Muster-Schmidt Verlag, 1962

Escritos sobre história e educação – Homenagem à Maria Yedda Linhares/ Francisco Carlos Teixeira da Silva, Hebe Maria Mattos, João Fragoso (orgs.) Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

ILLYNSKI, I.M. Obrazovatelnaia revolutsia (Revolução educacional). Moskva: Izd-vo Mosk. Gumanit.-sotsialn. Akademii, 2002.

ILLYNSKI, I.M. O kulture voiny i kulture mira (Sobre a cultura da guerra e a cultura da paz). 2 izd. Moskva: Izd-vo Moskovskogo gumanitarnogo universiteta, 2003.

LEBEDEVA, M.M. Mirovaia Politika (Política Internacional). Moskva: Aspekt Press, 2004

ORWELL, George. 1984. Tradução. Moscou: Progresso, 1989, p. 24 -25.

PARADA, Miguel B. Educación y pobreza: uma relación conflitiva. In: Pobreza, desigualdade social y ciudadanía. Los límites de las políticas sociales em América Latina. Buenos Aires: Clasco, 2002, p. 65-81.

Política Social Internacional: conseqüências sociais da globalização. Wilhelm Hofmeister (org.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 2005.

TOFFLER, Alwin. Powershift: as mudanças do poder. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VIPPER, R.Iu. Istoría Sriednikh Viekov (História da Idade Média). Moscou: Editora Baluiev, 2002

WERNER, Karl Ferdinando. A formação do Império. História Viva, Ano II, N° 22.

Folha de São Paulo
Folha On-Line

Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário

Profa. Maria Cristina Goiana Fedozzi¹

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

Art.2º da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Em relação ao tema Direitos Humanos (DDHH), nos dias de hoje, algumas questões são levantadas e ganham relevância diante da rotina de violência que sacode as sociedades modernas. Sem dúvida ao falar em direitos do Homem as violações praticadas contra eles contribuem para gerar conflitos, para agravar os já existentes e também impedem a resolução pacífica dos mesmos.

Poderíamos citar Norberto Bobbio que em “A Era dos Direitos” afirma que o “problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos humanos, qual é sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados.”

Após o fim da 1ª. Guerra Mundial foi criada a Sociedade das Nações, também conhecida como a Liga das Nações e que pode

¹ Advogada, professora, ex-membro da Junta Interamericana de Defesa, Assessora do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra

ser definida como o primeiro passo para a criação formal da comunidade internacional. O quadro mundial revelava uma Europa devastada, a Rússia sob uma sangrenta guerra civil e os perseguidos, vítimas da fome e desabrigados chegavam às centenas de milhares. O representante da Noruega no organismo, Dr. Fridtjof Nansen, sensibilizado com o sofrimento dos sobreviventes que vagavam pelo continente pediu que a Sociedade das Nações rodeasse o mundo “com uma cadeia de irmandade” e ajudasse milhares de russos (e mais tarde armenios) não queriam, ou não podiam retornar a sua pátria. Esses indivíduos não possuíam qualquer documento que autorizasse sua entrada em outros países, tendo nascido aí o chamado Passaporte Nansen, utilizado por 26 países e que identificava seu portador e permitia seu retorno ao local de expedição do passaporte.

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem atuado no campo dos direitos humanos buscando criar uma consciência mundial sobre o tema, sobre os legisladores, agindo como vigilante e verificador das ações praticadas, como um verdadeiro centro de controle e foro de apelações. Algumas vezes negocia como um diplomata, embora exerça uma discreta pressão sobre entidades e governos e mantém-se diretamente responsável pelas ações.

Os DDHH constituem tema central nas esferas da paz, da segurança, do desenvolvimento e da assistência humanitária. Dentro do Sistema Nações Unidas diversas agências e escritórios tratam do assunto, com seus enfoques específicos. A Comissão de Direitos Humanos da ONU é o órgão principal e dedica-se a proteger e promover os direitos dos homens em todo o mundo, investigando casos de abusos praticados contra o Homem. Integrada por 53 Estados-membros, reúne-se, todos os anos, em sessão regular, nos meses de março/abril, durante seis semanas, na cidade de Genebra (Suíça). Os países-membros são eleitos por votação direta, e há um número determinado de vagas para as diferentes regiões geográficas.

Outro órgão importante é o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que foi criado pela Assembléia Geral, em 1993. Tem por atribuições a coordenação dos programas das Nações Unidas em temas ligados aos Direitos Humanos e promove seu respeito universal. No âmbito regional do Sistema

Interamericano, organismos como a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos podem ser citadas por também atuar na proteção aos direitos fundamentais do Homem.

Para que a atuação dos organismos possa se mostrar efetiva, devem existir instrumentos jurídicos que fundamentem suas ações. A Carta Internacional que protege os Direitos Humanos é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reúne o Pacto de Direitos Cíveis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e que dão fundamentação legal para que os Estados-partes implementem ações concretas que permitam alcançar os objetivos, em âmbito interno e externo.

O Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos foi aprovado pela Resolução nº 2.200 da Assembléia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1966 e entrou em vigor cerca de dez anos depois, quando foram alcançadas as 35 adesões necessárias. No Brasil, foi aprovado por meio do Decreto-Legislativo nº 226, de 12 de dezembro de 1991 e entrou em vigor em abril de 1992.

Em seu texto assegura aos cidadãos o direito à igualdade de direitos entre os homens, à vida, proíbe a prática de tortura e a aplicação de penas cruéis, assegura o direito à liberdade, o acesso à Justiça, prevê garantias para as pessoas presas, proíbe a pena de prisão por não cumprimento de obrigação contratual, resguarda a liberdade de pensamento, de consciência, de religião e de expressão e os direitos políticos e de associação. Na busca da implementação de seus preceitos, assegurando que os Estados pusessem em práticas os dispositivos do Pacto, foi estabelecido em seu texto que deveriam ser encaminhados relatórios periódicos que apresentassem as providências tomadas e as condições gerais de respeito aos direitos humanos em cada um dos países, um ano após a ratificação do Pacto.

Em caso de denúncia de atos praticados por Estados que atentem contra os DDHH, o denunciante deverá, inicialmente, comunicar diretamente ao violador sobre os fatos narrados, dando-lhe um prazo de três meses para que apresente esclarecimentos. Passado esse período se o contencioso não houver sido resolvido, a denúncia será formalizada perante o Comitê que, primeiramente, tentará uma solução negociada e, em caso de insucesso, será composta uma Comissão *Ad Hoc*, com a mesma finalidade.

Importante salientar que o Pacto não prevê nenhuma forma de sanção para a hipótese de descumprimento de seus preceitos, apenas o constrangimento gerado pelas acusações.

O Pacto também inovou, no âmbito do Direito Internacional, ao prever a possibilidade de conhecer denúncias individuais, apresentadas por vítimas de violações aos direitos humanos. As denúncias deverão ser assinadas e conter informações sobre o denunciante e agressor, o fato, provas de que foram esgotados os recursos judiciais cabíveis e que o tema não está sendo examinado por outra instância internacional e encaminhado ao Comitê de Direitos Humanos, em Genebra.

O Comitê informará ao Estado denunciado e dará um prazo para que apresente informações sobre o ocorrido e as providências que tenham sido tomadas. Recebidas as informações e ouvido, mais uma vez, o denunciante, o Comitê submeterá a matéria à votação de seus membros, com decisão da maioria (ou unanimidade) dos votantes. A decisão será divulgada por meio de Relatório, encaminhado à Assembléia Geral das Nações Unidas.

As conseqüências da decisão, ou o descumprimento de qualquer recomendação feita, se encerram no constrangimento causado pela citação no Relatório, sem qualquer outra sanção imposta ao Estado denunciado.

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais foi criado em dezembro de 1966, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, e ratificado pelo governo brasileiro em janeiro de 1992. Buscou a responsabilização, de forma gradual, dos Estados que violassem os direitos nele protegidos.

Ao proteger os Direitos Econômicos trata das relações trabalhistas, da liberdade de escolha da atividade, da obrigatoriedade de proporcionar condições justas e favoráveis ao trabalhador e do pagamento de uma remuneração que permita o atendimento das necessidades básicas do homem e de sua família. Ressalta, ainda, a proibição de qualquer forma de distinção salarial entre homens e mulheres, bem como igualdade de oportunidades para promoção.

Na proteção à família, revela preocupação especial para com mães e gestantes, e a proibição expressa ao trabalho infantil, garantindo direitos que são inalienáveis como a alimentação, moradia, vestuário e educação.

Entre os direitos sociais e culturais o Pacto cuidou de assegurar a participação do cidadão na vida cultural de sua comunidade e em seu direito a desfrutar de um nível adequado de vida e do progresso científico e tecnológico.

No que refere à proteção dos DDHH, durante os conflitos armados, há, principalmente, a preocupação com as condições de vida e integridade física dos civis e dos feridos e com as ações que são desenvolvidas durante as missões, como ocorreu no caso de El Salvador, na Guatemala e em Kosovo.

Neste momento, surge o Direito Internacional Humanitário (DIH), também chamado de Direito do Conflito Armado, ramo da ciência jurídica que protege civis e ex-combatentes e todos aqueles que não estão diretamente envolvidos no conflito. Podemos afirmar que o DIH chega a restringir os métodos e os meios empregados pelas partes em conflito para fazer a guerra.

Baseando-se em normas convencionais e consuetudinárias, o DIH fundamenta-se, essencialmente em institutos como:

- as Convenções de Genebra, de 1949 e seus protocolos adicionais de 1977, para proteção da pessoa humana – civis e militares que estejam fora de combate, durante os conflitos armados;
- as Convenções de Haia, que regem a conduta das próprias operações militares, chegando a limitar o combate e as formas de ferir o inimigo, tendo em conta sempre os princípios básicos do Direito Humanitário;
- as chamadas regras de Nova Iorque para proteção aos direitos humanos. Trata-se do resultado do trabalho das Nações Unidas que, em 1968, aprovou a Resolução 2.444 que tratou do “Respeito aos direitos humanos em período de conflito armado”, e que serviu de referencial para a preocupação da ONU quanto à proteção aos DDHH.

Esta proteção será proporcionada à pessoa em situações de desastres naturais, em situações de conflito armado e quando ocorrem as chamadas emergências complexas.

Fica a pergunta: quem é responsável por atender às necessidades das populações nesses momentos mais difíceis? Em primeiro lugar, as autoridades nacionais. Se estas não puderem (ou não quiserem) serão convocadas Organizações Internacionais, ONG's e agências que atuam na construção da paz.

A assistência humanitária prestada por essas organizações se constitui em verdadeiro instrumento para garantir a Segurança Humana e, desta forma, contribuir para a construção da paz. É instrumento fundamental para a proteção dos civis e ex-combatentes, durante o período crise e mesmo durante a transição para a paz.

Parece-nos oportuno distinguir os dois ramos do Direito, traçando os limites de um e outros, de modo a facilitar a compreensão de seus campos de atuação:

Direito Internacional Humanitário – tem sua aplicação restrita ao período de guerra, e protege os que sofrem com a situação como civis, feridos, prisioneiros, pessoal médico e religioso, civil ou militar, permitindo que atuem durante o conflito. Protege os indivíduos contra violência praticada por sujeitos ou instituições de seu Estado nacional, ou por Estado estrangeiro. Não pode ser suspenso ou derogado em nenhuma hipótese ou tempo, mesmo durante situações de emergência. Obriga os Estados a responderem por excessos praticados por seus agentes, como ocorreu no caso específico dos tribunais na ex-Iugoslávia e Ruanda.

Direitos Humanos – tem aplicação ampla, durante todo o tempo, pois protege os valores mais caros ao Homem, como vida, liberdade e integridade física. Sua proteção alcança os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Protege os indivíduos de atos praticados por agentes de seu próprio Estado que atentem contra valores inerentes à pessoa humana. Em situações excepcionais, alguns direitos podem vir a sofrer restrições, como o caso da liberdade de imprensa e o direito de ir e vir das pessoas, porém outros não podem ser suspensos ou sofrer qualquer restrição, como a garantia de um julgamento justo e imparcial. Da mesma forma como

ocorre com o DIH, também sofre algum tipo, de supervisão internacional, embora limitada, como no Pacto de Direitos Civis e Políticos.

A proteção aos que sofrem violência ou agressões aos direitos humanos permanece como uma preocupação muito atual para a comunidade internacional. Em 2002, havia aproximadamente 22 milhões de refugiados espalhados em todo o planeta. Os números são expressivos e somente na Europa eram cerca 5.571.700 refugiados, na Ásia e área do Pacífico 8.526.000, na África 6.072.900 e nas Américas 2.622.700.

De acordo com o artigo 6º do Estatuto dos Refugiados das Nações Unidas pode ser considerada refugiada a “pessoa que, como resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1º de abril de 1951, e devido a fundados temores de ser perseguido por motivos de raça, religião e nacionalidade ou opinião política, se encontra fora do país de sua nacionalidade e não possa ou, em razão de temores ou em razões que não sejam de mera conveniência pessoal, não queira, receber a proteção desse país, ou que, por carecer de nacionalidade e estar fora do país onde antes possuía residência habitual não possa ou, por causa de tais temores ou de razões que não sejam de mera conveniência pessoal, não queira regressar a ele”. É importante destacar que não podem ser incluídos nessa categoria os condenados pela prática de crimes comuns, de guerra e os ex-combatentes, porém alcança os responsáveis por crimes políticos. Também deve ser ressaltado que, diante da limitação temporal que o texto estabelecia (a data de 01/04/1951), o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, aprovado em Nova York, em janeiro de 1967 corrigiu e ampliou a cobertura conferida àqueles que viviam a mesma situação, porém em outros tempos. O Estatuto foi, com certeza, um marco na comunidade internacional, pois definiu quem deve ou não ser reconhecido como refugiado e quais são seus direitos e deveres.

Em 1969, a Organização da Unidade Africana criou convenção própria para estabelecer aspectos específicos para o problema dos refugiados no continente.

No âmbito interamericano, em 1984, a Declaração de Cartagena ampliou a definição incluindo aqueles que fugiram de seus países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, pela agressão estrangeira, pelos conflitos internos, pela violação maciça dos direitos humanos ou por circunstâncias que hajam perturbado gravemente a ordem pública. A Declaração de San José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas, de 1994, reconhece que a violação dos direitos humanos é a causa mais freqüente dos deslocamentos humanos e de refúgio, e, por conseqüência, a proteção a estes direitos seria a melhor medida para a prevenção dos conflitos, êxodos de refugiados e crises humanitárias.

São obrigações do estado que outorga o Asilo ao refugiado: prestar segurança e garantia de condições mínimas de vida, garantir os direitos políticos e sociais e econômicos, aí incluída a documentação, o direito ao trabalho, o acesso a justiça e as liberdades básicas de pensamento e religião. É também importante ressaltar que o refugiado também tem obrigações para com o país que o acolheu como a de cumprir suas leis.

Podemos afirmar que a linha mestra da proteção aos refugiados pode ser definida como o 'Princípio de Não Devolução', previsto no artigo 33 do Estatuto que determina que "Nenhum Estado Contratante poderá, por expulsão ou devolução, colocar de modo algum um refugiado nas fronteiras de territórios onde sua vida ou liberdade esteja em perigo por causa de raça, religião, nacionalidade, pertencer a determinado grupo social, ou de suas opiniões políticas".

Os institutos de refúgio e asilo aos refugiados, embora semelhantes, não se confundem. Asilo é a proteção, de cunho eminentemente político e que alcança a prática dos delitos de nacionalidade, de grupo social e políticos em que há a necessidade de proteção, em face de uma efetiva perseguição. Quanto ao refúgio, trata-se de medida humanitária, de caráter universal em que existe um fundado temor de sofrer algum tipo de violência, de qualquer natureza.

Em razão do crescimento das atividades que vem sendo desenvolvidas pelas Nações Unidas para proteção aos refugiados, vamos aprofundar um pouco os órgãos que tratam do tema.

Em novembro de 1943 foi criada a Agência das Nações Unidas para o Auxílio e Reabilitação (UNRRA), substituída, em julho de 1947, pela Organização Internacional para os Refugiados (OIR), que surgiu com um mandato provisório de 1 ano e meio. Em dezembro de 1950 foi criado o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) que entrou em funcionamento, em janeiro de 1951. AACNUR tem como mandato: liderar e coordenar as ações internacionais para a proteção dos refugiados, e para tentar resolver seus problemas em todo o mundo. Suas tarefas podem ser exercidas de duas maneiras: na proteção, assistência e busca de solução para os homens e mulheres que são forçados a deixar seus lares. Nesta última hipótese 3 alternativas são consideradas: o apoio para retorno ao país de origem, a integração no país de refúgio ou o reassentamento em um terceiro país, com todas as dificuldades decorrentes da mudança.

Atualmente a comunidade internacional voltou-se para uma questão que tem crescido muito nos últimos tempos, o problema dos refugiados internos. Estes não possuem um *status* legal especial e, embora vivendo dentro de seu país, enfrentam problemas práticos próprios da condição de refugiado.

Com o crescimento do problema dos grandes deslocamentos internos, em face de lutas violentas dentro de seus territórios, cresceu a atenção das agências internacionais para os refugiados internos e proporcionou a criação de normas mais claras para proteção destes cidadãos. A ACNUR estabeleceu, em 1998, os “Princípios Orientadores sobre Deslocamentos Internos”. Em seu primeiro dispositivo determina que “os refugiados internos desfrutam, em condições de igualdade, dos mesmos direitos e liberdades que o direito internacional e o direito interno reconhecem aos demais habitantes do país. Não serão objeto de discriminação alguma no exercício de seus direitos e liberdades pelo simples fato de serem refugiados internos”. Além disso, o refugiado tem direito a: ser protegido, enquanto permanece nesta condição, a receber assistência humanitária e também a retornar a seu local de origem, a ser reassentado e a reintegração, após o fim das razões que o levaram a se deslocar.

Durante a realização das Operações de Paz promovidas pelas Nações Unidas, os refugiados e deslocados internos acabam por afetar a implantação de um Plano de Paz. Os militares e as organizações policiais da missão estão diretamente envolvidos nas ações de segurança, mas devem conhecer as agências que estão atuando no território e seus mandatos, cooperando com suas atividades. Contudo, devem respeitar a identidade independente e neutra das agências, respeitando as sensibilidades dos cidadãos locais e que, muitas vezes, podem estar traumatizadas com a presença dos militares. As ações militares da missão podem, contudo, ser planejadas em coordenação com as agências, compartilhando informações julgadas de interesse. E, muito importante: deverá sempre manter uma clara separação entre as atividades militares e as de assistência humanitária, mantendo-se autônoma, isenta e imparcial.

Existem algumas características próprias da atividade militar e que podem ser de grande ajuda para a prestação de assistência humanitária: a força numérica, a organização modular, a auto-suficiência, a mobilidade, o serviço de comunicações e a inteligência, a vasta gama de conhecimentos técnicos e um mandato implícito de “arriscar a própria vida”, se necessário for.

Desta forma, o apoio militar poderá ser prestado de diversas formas para a ajuda humanitária como: proteção dos acampamentos de refugiados (que devem estar localizados o mais distante possível do teatro de operações e das fronteiras), proteção das testemunhas que devem ser escondidas em suas próprias comunidades, proteção dos grupos vulneráveis (de crianças e idosos), proteção das áreas ocupadas pelos refugiados, apoio logístico, quando aumentam as emergências, emprego no processo de retorno dos refugiados a seus lugares de origem e também na escolta de comboios.

A atuação das forças armadas e policiais nas operações de paz vem sendo mais e mais requerida pela comunidade internacional. Ao longo de sua existência a ONU atuou em 60 missões de observação e de manutenção de paz, em diferentes pontos do planeta e permanece trabalhando na proteção e apoio aos refugiados e aos direitos humanos por meio de diferentes

programas. Neste período, mais de 50 milhões de refugiados de guerras, vítimas da fome e exilados políticos receberam ajuda da Organização e, sem dúvida, a presença dos capacetes azuis em áreas em conflito serve de referência e representa um verdadeiro símbolo de esperança em tempos melhores de um mundo mais justo.

Gasoduto Sul-Americano: Dependência ou Inter-Dependência

Jorge Calvario dos Santos¹

Na atual conjuntura, o Brasil é um país acochado por numerosos e complexos problemas. Um dos mais relevantes, sem dúvida, é a dependência econômica, que tem como ponto extremamente importante a conta do petróleo importado. Surge agora a questão da energia como necessária e fundamental ao desenvolvimento, à vida e a sobrevivência da nação.

A disponibilidade de energia tem sido, através da história da humanidade, a base principal das civilizações. Essa base evoluiu do braço escravo até o petróleo e a energia nuclear. Todo o progresso material do mundo moderno se fundamentou no uso do petróleo. As sociedades modernas e mais industrializadas se baseiam, fundamentalmente, na energia fóssil que, inicialmente abundante e barata, encontra-se hoje em fase de esgotamento. A quantidade de petróleo existente e inferido, mantendo os atuais níveis de consumo, talvez seja suficiente para cerca de 30 (trinta) anos. Essas sociedades não podem ser mantidas. Elas dependem, fundamentalmente, do petróleo existente no Oriente Médio, no México, Venezuela, Rússia e outros poucos países. Por isso, as reservas de porte serão por elas tuteladas. Esse fato ficou claro na crise do Golfo Pérsico e na participação do México no NAFTA (*North American Free Trade Agreement*).

Durante décadas, os países mais industrializados acreditaram que a era do petróleo seria sucedida pela era nuclear. Essa era começa a chegar, entretanto, com muita lentidão e, sérias restrições aos países sem significativo poder nacional. Existe também a possibilidade de que a energia nuclear venha, a curto prazo, a se firmar como principal fonte energética para manter a estrutura industrial, comercial, de transportes, e, principalmente, militar das nações. Assim sendo, o mundo está chegando ao início de uma

¹ Coronel Aviador, Doutor em Ciências em Engenharia pela COPPE/UFRJ e Assessor do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra

descontinuidade, na produção e no uso de energia. Está a beira também de uma dramática mudança de toda a estrutura produtiva de energia, industrial, comercial, militar, econômica e social. Tudo isso acarreta sérias preocupações, quanto a segurança das principais nações.

A adequada disponibilidade de energia é fator essencial para que o relacionamento entre as nações possa se desenvolver em benefício da humanidade, e para que os seres humanos possam viver com dignidade. Energia não é apenas um fator de produção e de promoção da qualidade de vida, mas o componente estratégico básico de qualquer modelo de desenvolvimento e de manutenção da vida em todas as nações. Assim, a energia foi e continuará sempre como elemento vital nos assuntos humanos, e prioritariamente estratégico das nações. Por isso, ela assume cada vez mais um papel decisivo nas relações internacionais.

A energia é o recurso material mais estratégico para o desenvolvimento e segurança das nações. A segurança é preocupação fundamental na política internacional de energia. Isso é devido ao papel vital desempenhado por ela nas nações, bem como pela localização das fontes de energia fóssil. Uma nação importadora preocupa-se, principalmente, com a segurança de suas fontes de fornecimento de energia. Todos sabemos as conseqüências de uma interrupção no suprimento de petróleo. Essa interrupção se torna extremamente grave à medida que os países dependam de sua importação.

As nações mais poderosas do planeta são extremamente carentes do petróleo de que tanto necessitam para sua sobrevivência como tal. Esta carência, aliada à outros fatores também da maior importância, faz com que a energia seja fator determinante da política externa desses países, principalmente com relação aos que possuem valiosos recursos energéticos, como é o caso do Brasil, Arábia Saudita, Iraque, Venezuela, Rússia, Irã e Kuwait, dentre os principais. Podemos constatar as manobras políticas, econômicas e militares em andamento por parte dos países mais ricos e desenvolvidos, que visam o controle e a posse das reservas de combustíveis fósseis, bem como de minerais estratégicos, que estão em território de nações menos desenvolvidas.

No XIV Congresso da Conferência Mundial de Energia, realizado em Montreal, Canadá, em 1989, a proposição unilateral dos países mais desenvolvidos, foi tornada pública. Foi previsto que na década de 90 seriam investidos no hemisfério Sul, no setor energético, cerca de 100 bilhões de dólares por ano, com o objetivo de resolver os gravíssimos problemas energéticos do Norte. Como o Sul significa, principalmente, as regiões tropicais úmidas do continente brasileiro, e como esses recursos não estão disponíveis no país, começam a ficar bem mais claras as razões das intensas campanhas de privatização das principais empresas estatais de energia e de internacionalização ainda maior, do que ainda resta de áreas estratégicas em poder do Estado brasileiro e outros países sul-americanos. Essa previsão foi confirmada pelo então presidente norte-americano, Bill Clinton.²

A definição de uma estratégia energética nacional tende a orientar o desenvolvimento do modelo econômico, por sua influência na expansão de múltiplos setores industriais e na própria organização do espaço e da vida social. O momento histórico em que vivemos, considerando a conjuntura internacional e a nacional, nos impõe responsabilidades de relevante e crucial importância, pois as decisões que a nossa sociedade vier a tomar definirão, certamente, o futuro do Brasil como Nação. Todos os países, brevemente, deverão procurar sua opção energética.

O Brasil, como maior país dos trópicos, é o mais favorecido pela natureza que, graças ao sol, lhe proporciona ótimas opções de fontes de energia. Allen L. Hammond, um dos maiores estudiosos das questões energéticas, autor do livro “O Futuro Energético do Mundo”, previu que o Brasil, por possuir várias fontes de energia, estava destinado a ser a potência energética mundial, “se o povo brasileiro assumir a atitude para tanto”, acrescentou prudentemente. Evidentemente, essa previsão contraria diretamente poderosos interesses externos neo-colonialistas.³

Surge a opção pelo uso do gás. Do gás associado ao petróleo, ou do gás *in natura* na natureza. O Brasil possui reservas de gás no mar e em terra. As mais significativas estão na bacia de Campos e na Amazônia, em Surucucu. Entretanto, suas reservas não estão entre as de maior potencial, dentre as conhecidas. A América do

² Biomassa: a opção energética. in A Defesa Nacional, nº 771, 1º Trim de 1996

³ Biomassa: a opção energética. in A Defesa Nacional, nº 771, 1º Trim de 1996

Sul possui campos de gás de porte no Peru, na Colômbia, na Bolívia e na Venezuela, sendo que esta possui um dos maiores do mundo.

O gás oferece vantagens substanciais sobre as outras opções existentes. Além de não ser tão poluente quanto o petróleo, se presta ao uso em usinas descentralizadas e autônomas, com suas decorrentes vantagens econômicas, sociais, militares e políticas.

A mudança para a conversão da indústria para uso do gás possibilitará a redução do custo do controle da poluição do ar, uma vez que é menos poluente do que muitos outros combustíveis.

O gás, mais que uma simples alternativa energética, pode constituir o núcleo da base de um adequado modelo de desenvolvimento tecnológico e industrial, porque é baseado em dados concretos da realidade nacional e sul-americana.

A opção pelo gás como item da matriz de energia brasileira, possibilitará a reversão do efeito centralizador e dependente do atual modelo econômico, e viabilizará uma distribuição mais uniforme de pólos de desenvolvimento no território nacional. Isso permitirá, uma nova e, possivelmente, melhor organização econômica, social e política do país.

A utilização do gás insere-se em um contexto de descentralização de poder, de descentralização do desenvolvimento, de ocupação estratégica do território, de aumento da oferta de empregos, de valorização dos recursos disponíveis no espaço geo-econômico do continente brasileiro, de incentivo às iniciativas locais, de abertura de novas perspectivas econômicas para o auto-desenvolvimento, de promoção social, de redução de dependências externas, de democratização e de preservação da soberania nacional. Tudo isso contribuirá, significativamente, para a redução, da influência econômica devido ao uso intensivo e extensivo do petróleo como energia e como instrumento de poder.

A energia está se tornando, rapidamente, a variável mais crítica no sistema alimentar do mundo. O uso de gás pela agroindústria, aumentaria a produtividade e contribuiria para reduzir o custo de produção. Isso traria, como consequência imediata, uma redução dos custos e o aumento da produtividade.

O uso do gás, na matriz de energia brasileira é, essencialmente, uma opção estratégica. Opção que, inserindo-se

em um contexto de dinamização e reorientação da política industrial brasileira, permitiria por meio desta, a reformulação a longo prazo do próprio modelo nacional de desenvolvimento.

A opção pelo uso do gás como fonte de energia, é uma das soluções para as nossas necessidades. Deve ter como alicerces essenciais de mudança: a busca de maior autonomia energética, a redução da dependência tecnológica externa, a ocupação do território nacional pelo povo brasileiro, a descentralização econômica, social e política, a integração nacional pela distribuição regional e social da riqueza e a alteração do modelo de crescimento econômico dependente e perverso para um modelo de desenvolvimento que garanta a autonomia e a soberania nacional.

No momento em que é viabilizado o uso do gás da Bolívia, do Peru e da Venezuela. Constrói-se, lentamente, o anel do gás sul-americano. A Venezuela propõe vender seu gás, ainda não devidamente explorado. Para tanto indica a construção de um gasoduto denominado gasoduto sul-americano ou como parecem preferir gasoduto bolivariano. Esta é a questão a ser analisada e que está em discussão pelos governos do Brasil, Argentina e Venezuela.

Ambiente Político Inseguro

A nova conformação política assumida pelos países andinos, assim como os demais da América do Sul, mostra que vivenciam uma fase de instabilidade democrática, ainda que democraticamente tenham sido eleitos seus presidentes. Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela são exemplos que inquietam.

Para Ricardo Antunes⁴, uma vez desenhada a arquitetura eleitoral, os povos indígenas passam a cumprir o ritual. Tudo funciona como se a democracia se resumisse a eleição e, como consequência, aceitar as “mazelas, embustes e estelionatos que tem sido freqüentes nos processos eleitorais latino-americanos”.

As culturas indígenas, cujo modo de vida construído ao longo de muitos séculos, se caracteriza pela paciência, pela espera e persistência. A velocidade do mundo da ciência e da economia capitalista os afronta. Entretanto, sabem se rebelar. Dão sinais claros

⁴ Ricardo Antunes in América Latina, em Jornal do Brasil, 12.05.2005

de que estão cansados da rejeição, da humilhação e da discriminação que os têm levado à miséria e ao flagelo.

No Peru, substituindo Fujimori, o índio Toledo manteve o sistema e acumula profunda rejeição popular. No Equador, Gutierrez, ex-militar, elegeu-se pelo voto e manteve o sistema com um governo corrupto⁵. Foi deposto pelo povo asilando-se no Brasil, retorna ao Equador sendo preso e recém libertado. Na Bolívia, onde tudo parece pertencer às multinacionais, o presidente demitiu-se, sendo substituído pelo índio Evo Morales, que adquire os mesmos problemas tendo o gás a questão maior.

Hugo Chávez, presidente da Venezuela, sofreu tentativas de golpe sendo recolocado no poder pela maioria da população menos favorecida. A forte organização popular, estimulada por Chávez, é risco que pode virar contra as pretensões chavistas, colocando o país na direção da barbárie. Na Colômbia, o conflito interno não mostra sinais de desfecho, comprometendo o futuro do país. Na Argentina, trabalhadores desempregados, conhecidos como “piqueteiros”, se organizam e em conjunto com a classe média, em dezembro de 2001, afastaram alguns pretensos “usurpadores-presidentes”⁶.

Todas essas manifestações podem colocar em risco a institucionalidade vigente e dificultar o processo democrático pretendido e fazer retroceder o progresso, o desenvolvimento e a segurança tão pretendida, propiciando a instalação da barbárie. Isso por que nenhum dos países possui base tecnológica e econômica que lhes permita o desenvolvimento pretendido. Instalada a barbárie, as conseqüências em termos de segurança e de futuro seriam imprevisíveis e atingiriam os demais países.

Futuro Incerto para a América do Sul

Em encontro anual, de pensadores de esquerda e ativistas socialistas, o Foro de São Paulo, realizado em 5 de Julho de 2005, foi discutida uma agenda para promover a visão socialista para a América do Sul⁷.

⁵ Ricardo Antunes in América Latina, em Jornal do Brasil, 12.05.2005

⁶ Ricardo Antunes in América Latina, em Jornal do Brasil, 12.05.2005

⁷ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

Para Logan & Cirino, mais que um sinal de início de uma nova era socialista na América do Sul, a reunião do Foro de São Paulo, registrou uma elevada admiração por Hugo Chávez por clamar por uma integração regional, sob a liderança da Venezuela e seu poder financeiro, como resposta à liberdade da economia de mercado⁸. Ainda que os dirigentes sul-americanos concordem com a economia de mercado em benefício da revolução bolivariana de Chávez, eles deveriam estar alerta para um presidente que tem sérios problemas internos, e com a produção de óleo, que está se tornando difícil e nebulosa⁹.

Caso a economia sul-americana venha a ser viabilizada pelo poder econômico venezuelano, os dirigentes poderiam pensar na possibilidade de Chávez não ter condições de cumprir suas promessas. O não cumprimento delas afetaria a integração, por ele pretendida, bem como também da construção do gasoduto¹⁰.

Em sua declaração final, aplaudida por todos, o presidente Hugo Chávez tentou unir a América do Sul sob a legenda da sua revolução bolivariana, sendo aclamada a rejeição do neoliberalismo como paradigma para o crescimento da economia regional. A proposta chavista, bem como as dos governos de esquerda, impõe risco aos países e à região por distorcer as funções das forças armadas o que leva, a longo prazo, a sua transformação numa instituição com missão de apenas garantir o regime.

Logan & Cirino¹¹ entendem que enquanto a rejeição à globalização devido ao empobrecimento, a realidade é que os vínculos e dependência existentes na economia global definem a integração regional. Se essa integração for construída sob o petróleo venezuelano, pode ocasionar outra onda de desconforto e aumentar a pobreza, que irá conduzir a forte ameaça a segurança dos países e da região. Isso fará retroagir qualquer avanço conquistado, e poderá ser difícil e sofrida a recuperação. Reações populares poderão surgir

⁸ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

⁹ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

¹⁰ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

¹¹ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

e os quadros, político, econômico e social virem a degradar, com sérias conseqüências para a segurança pública interna.

Hugo Chávez parece ter se colocado como líder do descontentamento crescente de que o sistema capitalista não é adequado par a América do Sul. O atual sistema econômico não é adequado aos países pobres que constituem a região. A insatisfação parece ter sido um dos fatores que teriam influenciado a instalação de governos de esquerda, e que tem se unido em torno de Chávez.

Alguns desses governos entendem que confiar no baixos preços do petróleo e gás gerará bons subsídios para manter a produção, que não é eficiente, e garantir emprego para trabalhadores que não contribuem para o PIB. Isso fará com que a capacidade de competição internacional possa levar a América do Sul a perder, paulatinamente, a condição de competir no mercado.

Ricardo Lopez Murphy, ex-Ministro das finanças da Argentina, em entrevista, disse para o ISN Security Wath que: “Nós temos tantos subsídios [na Argentina] que ninguém saberia dizer se somos realmente competitivos, em termos de economia de mercado, ou se somos competitivos porque nós recebemos muitos subsídios”. Nenhum país, na região, tem condições de manter um alto nível de despesas governamentais, enquanto existir débito com serviço da dívida interna e externa. Isso pode levar a uma situação em que se instale um ambiente de instabilidade e incerteza política e social, por conseqüência¹².

Para que a Bolívia inicie seu desenvolvimento é necessário que o gás venha a ser exportado. Entretanto, isso só poderá ser possível com uma unidade política. Como a Bolívia não tem tecnologia própria para a atividade torna-se necessária a participação de empresas estrangeiras na exploração do gás. Caso continue preponderando a intenção de nacionalizar o gás, os fatos como os ocorridos em El Alto poderão ressurgir, porém com maior gravidade e conseqüências mais sérias podendo chegar ao descontentamento popular por verem perdidas as possibilidades de saírem da miséria.

O presidente Hugo Chávez mostra pretensões de recuperar os objetivos originais de Simon Bolívar. Tem atuado com

¹² Sam Logan e Julio Cirino in Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

desenvoltura para construir o sonho de Bolívar para a América do Sul. Com seu discurso contra os Estados Unidos e a favor da integração sul-americana, busca tornar-se o líder da esquerda, que surge na maioria dos países sul-americanos. Para essa intenção alia-se a Cuba. Mostra clara intenção e pretensão de promover e liderar a integração da América do Sul. Essa intenção seria sustentada pela receita obtida pelo comércio do petróleo e também pelo gás venezuelano. O petróleo e o gás, são seus únicos instrumentos, de que possui. Com as reservas e recursos financeiros oriundos da venda de petróleo, atua no sentido de agregar junto a si, os governantes sul-americanos.

O elevado preço do petróleo tem permitido a Chávez manter alta média de gastos na região. No Equador, Chávez confirmou que compraria até 500 milhões da dívida externa equatoriana, auxiliaria no orçamento de 2006 e ajudaria na reestruturação da Petro Equador.

Por ter assumido a presidência da Comunidade Andina, Chávez passa a ser seu presidente “pró-tempore”, pretendendo estimular sua visão de uma iniciativa andina denominada Petro Andina. Essa iniciativa permite aos compradores o financiamento de até 50% do óleo adquirido, para até 15 anos, a 2% de juros anuais¹³. Em termos de integração de comércio regional, Hugo Chávez promove sua Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) sem a participação privada, e com pretensões a confrontar com a ALCA, promovida pelos Estados Unidos.

ALBA, Petro Andina e o Gasoduto Sul-Americano, são instrumentos de aproximação dos governos andinos, Brasil e Argentina, com Chávez. Com a Venezuela no Mercosul, Hugo Chávez adquire melhores condições para expandir sua revolução bolivariana para os demais países da América do Sul, e assim viver o passado pretendido de Bolívar, ainda que no século XXI.

Algumas dificuldades surgem. Os presidentes do Uruguai e Chile criticaram a liderança do Mercosul pela falta de progresso. O presidente do Paraguai anunciou que a economia do país vai mal. Kirchner, presidente da Argentina, criticou a tendência do Brasil de abandonar os parceiros regionais e dedicar-se mais ao mundo

¹³ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

como participante global. A instabilidade se aprofunda com as incertezas que se mostram nos países sul-americanos.

Logan & Cirino, lembram que a partir do encontro do Foro de São Paulo, Chávez entende que tem a América do Sul para seguir sua liderança. Assim, a Venezuela teria condições de aumentar sua produção de petróleo, finanças e subsídios. Entretanto, talvez não seja suficiente, para conduzir a região, para sua pretendida integração bolivariana¹⁴.

Ainda Logan & Cirino, afirmam que Chávez tem declarado que a produção de petróleo venezuelano atinge, em média, cerca de 3,3 milhões de barris por dia. Entretanto, Jose Guerra, ex-economista chefe do banco central venezuelano, afirma que a produção de petróleo da Venezuela foi reduzida em cerca de 60%, reduziu-se em 1,35 milhões de barris por dia¹⁵. A isso acrescenta-se que foram suspensos 32 contratos com petroleiras multinacionais. Isso significa reduzir a participação de companhias estrangeiras em operação na Venezuela.

A secretária adjunta do Departamento de Energia para Assuntos Políticos e Internacionais, disse que a produção de petróleo da Venezuela “está baixando de forma significativa” e se situa em 2.5 milhões de barris diários, abaixo de sua cota de 3,223 na Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). “Sem novos investimentos, se prevê que a futura produção seguirá baixando”, prognosticou Harbert, perante o sub-comitê para as Relações com a América Latina e Canadá¹⁶. Visualiza-se que a receita que se perde seria necessária para atender ao financiamento das aspirações de Chávez para a América do Sul.

Gasoduto Sul Americano

Uma das idéias de Chávez é a construção de um longo gasoduto para a América do Sul. Entende que com o gasoduto, a Venezuela poderia suprir as necessidades de energia dos países da região. A idéia parece ser interessante e ter perfeito sentido.

¹⁴ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

¹⁵ Sam Logan e Julio Cirino, Buenos Aires para ISN Security Watch em 27/07/05

¹⁶ El Universal de 03-03-06

Cumpra analisá-la em profundidade e em função dos interesses brasileiros.

Em 09 de dezembro de 2005, foi assinado um Memorando de Entendimento em Matéria de Interconexão Gasífera. Em 12 de janeiro de 2006, realizou-se a I reunião do Comitê Multilateral de Trabalho, em Caracas. Entre 30 de janeiro e 01 de fevereiro, ocorreu a II reunião do Comitê Multilateral de Trabalho, em Buenos Aires. Entre 15 e 17 de fevereiro de 2006 ocorreu a III reunião do Comitê Multilateral de Trabalho, no Rio de Janeiro. Em 01 e 02 de março de 2006, foi realizada a IV reunião do Comitê Multilateral de Trabalho, Caracas.

Vários grupos de trabalho estão constituídos. A função deles é de analisar, em profundidade, os pontos-chaves de decisão, bem como a magnitude dos riscos associados aos mesmos, a fim de que o Comitê Coordenador conte com os critérios necessários para avaliar os assuntos que serão apresentados ao Comitê Ministerial de Coordenação e Decisão.

Os subgrupos se dedicarão a certificação das reservas venezuelanas, desenho de tarifas, planejamento de engenharia, modelo de negócio e financiamento, licenciamento de aspectos ambientais e sociais e, aspectos regulatórios, fiscais, legais e institucionais,

O gasoduto sul-americano, que pretende ligar Puerto Ordaz na Venezuela, seu ponto de origem, até Buenos Aires na Argentina, possui extensão de cerca de 9 000 quilômetros, com custo inicial estimado, em mais de 20 bilhões de dólares. Visa constituir, com os gasodutos já existentes e os que se pretende construir, uma rede integrada de abastecimento de gás na América do Sul. A oferta de gás é importante, pois pode viabilizar combustíveis, a preços menores que o do petróleo, e assim contribuir para o desenvolvimento dos países da região e a necessária integração da infra-estrutura sul-americana.

A construção do gasoduto tem uma grande extensão, um elevado custo, e previsão inicial de cerca de 7 a 10 anos de obras. Os custos reais poderão ser bem mais elevados, pois existem obstáculos a serem superados, na floresta amazônica, projetos para utilização do gás ao longo do percurso do gasoduto,

vulnerabilidade e manutenção de dutos, instalação de dutos na selva desconhecida, cruzamento do rio Amazonas e diante das características ambientais e de orografia pouco conhecidas, a construção e manutenção de instalações em regiões desabitadas e sem infra-estrutura, dentre outros que devem estar identificados, sem ainda terem seus custos realmente dimensionados.

A questão ambiental está presente em todo o percurso do gasoduto especialmente no trecho amazônico. Nesse trecho o projeto, sofrerá, certamente, forte reação quanto aos problemas relativos à preservação do meio ambiente. A esse respeito, já se manifestou a organização ambientalista venezuelana Rede Alerta Petroleira-Orenoco-Oilwatch. Certamente outras a seguirão. Os interesses ambientalistas, pertinentes ou não, poderão acarretar sérios problemas ao projeto. Não se pode esquecer o gasoduto de Camisea, no Peru, “uma tubulação para levar gás amazônico ao oceano Pacífico peruano e que em poucos anos de vida já protagonizou importantes vazamentos de gás liquefeito, com danos ao meio ambiente e às populações”¹⁷.

O projeto prevê que o gasoduto (vide fig. 1) atravesse o maciço das Guianas e a Amazônia onde deverá ter um percurso de cerca de 2 mil Km de dutos. O projeto necessita do aprofundamento de estudos para superar a estação de chuvas de oito meses na Amazônia, o cruzamento de grandes e caudalosos rios, bem como pântanos. A inundação sazonal pode atingir até 12 metros de altura. A manutenção de estradas em condição de uso é difícil, o que dificulta a penetração de equipes para a manutenção necessária. Essa etapa bem como grande parte do percurso, é vista pelos especialistas que entendem que o suprimento de gás natural liquefeito, transportado por navios, seria tecnicamente mais favorável e mais econômico. Os riscos ambientais que envolvem o gasoduto, não podem ser ignorados, pois a ocorrência de um acidente seria de dimensões e conseqüências muito graves. O uso de navios para o transporte do gás, descarregando-o em vários dutos, distribuídos ao longo do litoral, em regiões estrategicamente definidas, poderia ser uma opção eficiente, sem os elevados custos, com menos riscos ambientais e de tecnologia já dominada.

¹⁷ www.envolverde.com.br/materia.php?cod=14150



Fig. 1 - The Economist 11 de fevereiro 2006

As ofertas do gás boliviano, peruano e de outros países sul-americanos, os elevados custos do projeto, as condições econômicas, bem como o endividamento dos países sul-americanos, o tempo de execução do projeto e a relação custo benefício, nesse período, podem vir a afetar o projeto. Dependendo de como se desenvolver a comercialização do gás boliviano e peruano, o projeto do gasoduto pode vir a ter sua proposta alterada, na forma inicialmente pretendida.

A Argentina não possui recursos para financiar parte do projeto. Como a Argentina assumiria o risco de garantir sua participação financeira quando o projeto ainda não tenha atingido seu território? Teria a Argentina a convicção de que o gás boliviano seria, geopoliticamente, mais adequado do que o venezuelano?

Por anos a Argentina teria que utilizar gás de outra fonte, o que poderia lhe modificar a intenção de participar do projeto. Isso poderia agregar novos fatos que podem vir a determinar mudança de rumo.

Existem estudos que mostram que o uso de gasodutos é adequado para distâncias de até 3 800 km. Isso significa que para percursos maiores, o transporte marítimo, com o uso de navios especiais, seria o mais adequado. Quando utilizado o gasoduto, são necessárias várias estações de compressão de gás para que seja possível o transporte. Francisco Mezzadri¹⁸, consultor, em “Escenário energético”, cita que o custo de transporte é, em linhas gerais, em todo o mundo, de um dólar por cada 1 000 Km de gasoduto. “Porém suponhamos que neste caso fora a metade, que o subsidiaram, e que Chávez decidira vender o gás na origem, no poço a 2,50 dólares, o milhão de BTU, o preço que no momento tem a Bolívia com a Argentina, um valor que Evo Morales quer subir, porque é muito baixo em relação com o resto do mundo. Bem, se fora esse valor, que é muito baixo, insisto, os industriais argentinos pagariam 6,50 dólares por milhão de BTU. O Japão pagou o ano passado, em média, 4 dólares pelo gás liquefeito que compra da Indonésia, Malásia, Quatar e Austrália.” Cálculos internos das empresas de petróleo coincidem: afirmam que o valor oscilaria entre os 5 e os 6,50 dólares. Isso nos conduz a duas questões: qual seria o preço final do gás venezuelano? o preço do gás boliviano e peruano seria mais atrativo?

Mezzadri questiona diretamente Hugo Chávez. “Fala que a obra custa entre 12 bilhões e 20 bilhões de dólares, como se estivéssemos falando de um pacote de chicletes. A Argentina e o Brasil estão bailando ao compasso das loucuras desse senhor. Se querem fazer o estudo, façamo-lo, porém necessitamos de maior transparência”¹⁹. O mesmo artigo afirma, que os empresários argentinos de petróleo, suspeitam que o apoio do Brasil a Chávez, é apenas um instrumento para a negociação com a Bolívia, para o novo preço do gás. Querem os brasileiros mostrar que não pretendem se converter em refém do gás. Na mesma especulação incluem a Argentina.

¹⁸ La nacion, 29 de janeiro de 2006

¹⁹ La nacion, 29 de janeiro de 2006

Inserido em sua revolução bolivariana, teria Chávez razões político-ideológicas para a construção do gasoduto? Com o compromisso dos países sul-americanos, a partir do Brasil, Argentina e Uruguai, teria Chávez a intenção de substituir sua exportação de óleo para os Estados Unidos, sem perder a receita? Teria Chávez a intenção de suprimir petróleo e gás venezuelano aos Estados Unidos, mantendo a receita em nome da integração a ajuda aos países sul-americanos?

Considerando que os recursos do governo venezuelano são oriundos, em sua maioria, do petróleo exportado e comercializado pela PDVSA, que poderia ser, em sentido figurado, como uma empresa que se confunde com o Estado, teria a Venezuela condições financeiras necessárias para garantir sua participação no projeto? Possui a Venezuela a capacidade de manter o fornecimento prometido? Ao Brasil, que por possuir fontes diversificadas de energia pode não interessar a pressa na conclusão do gasoduto, pretender nova configuração para o projeto, diferente modo de participação ou seu financiamento.

A descoberta de novas jazidas de gás poderia afetar a participação brasileira no projeto? Caso positivo, como afetaria? As despesas necessárias à construção do gasoduto seriam divididas entre os países de modo a que a Venezuela possa vender seu gás. Que compensação pode haver para os que financiam o projeto? É de interesse dos países envolvidos no projeto, contrair novas dívidas para que possam implantar o gasoduto, ao menos, nas condições conhecidas? Que garantias existiriam para a conclusão do projeto em um período tão longo e com o quadro de instabilidade política e social em todos os países? Os problemas políticos e econômicos no Brasil e Argentina poderiam afetar a construção do gasoduto? Caso o Brasil consuma toda a demanda, o gasoduto seguiria até a Argentina? Como reagiria a Argentina nesse caso? Haveria garantias para o fornecimento, por parte de empresas não sul-americanas, de equipamentos necessários ao projeto? Teria a PDVSA, que perdeu quadros importantes, capacidade técnica para atender às necessidades necessárias a desenvolvimento e manutenção do projeto? Se não tiver a capacidade necessária, a política de Chávez enfrentará sérios problemas, que poderão ser explicitados a longo prazo.

Sabe-se que a Venezuela possui a maior reserva de gás da América do Sul, e que sua atividade principal se concentra no petróleo. Em muitos momentos, a Venezuela importa gás colombiano para consumo interno. A construção do gasoduto implicaria, então, em desenvolver a exploração do gás nas jazidas, para o que seriam necessários elevados investimentos. Na Bolívia, o gás é atividade principal, não residual, e também o centro de seu comércio internacional. A viabilização da participação do Brasil no projeto, a curto prazo, merece e determina estudos e análises aprofundados.

Poderá a Venezuela garantir a oferta de gás após a saída de Hugo Chávez? Ao se referir ao assunto, o especialista Elie Habalián, que foi governador da Venezuela junto à Organização de Países Exportadores de Petróleo, explica que para que a Venezuela possa fornecer gás, seriam necessários investimentos elevados para sua extração do petróleo, e também reinjetar gás nos poços de onde se extrai petróleo. Isso porque, “grande parte desse gás não é livre, e sim associado ao petróleo”²⁰. Tal declaração conduz à busca de certeza de que a Venezuela possui os recursos necessários à esse elevado investimento.

Cláudia Shüffner, em “Governo acelera estudo sobre gasoduto”, mostra que é questionada a condição financeira da PDVSA para o financiamento da exploração do gás venezuelano. Marco Aurélio Tavares, diretor da empresa de consultoria Gás Energy, “estima que seriam necessários pelo menos US\$ 15 bilhões em investimentos para que a Venezuela possa produzir os 150 milhões de metros cúbicos de gás/dia. Com a obra, a conta subiria para US\$ 38 bilhões, no mínimo”²¹. Como se desenvolveria o projeto sendo necessários investimentos tão elevados por parte da Venezuela? Como estão as finanças da PDVSA? Como estão os quadros técnicos da PDVSA? Se existe qual a intenção que há por trás do projeto, e porque tanta pressa?

Continuando, Cláudia Schüffner informa que Tavares e Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, acham que a PDVSA pode vir a ter problemas para conseguir os recursos necessários.

²⁰ www.envolverde.com.br/materia.php?cod=14150

²¹ www.defesanet.com.br/energia

“Como Chávez está usando a renda do petróleo para suas políticas sociais na Venezuela e América do Sul, falta explicar de onde virá o dinheiro para todos esses investimentos”, afirma Pires²².

Vagner Victer, secretário de Estado do Rio de Janeiro, afirma que “O projeto não tem coerência econômica, financeira, ecológica nem estratégica”. “Nunca vi em minha vida um projeto com tantas incertezas”, nem tanto sensacionalismo apresentado como algo certo. O economista Sebastião do Rego Barros, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, considerou o gasoduto como “muito ambicioso”. “Não sei se haverá demanda no futuro para justificar um investimento elevado”, afirmou Rego Barros²³

É fundamental que o projeto passe por longa fase de análise, de maturação, de identificação de vulnerabilidades, de requisitos técnicos, do percurso do gasoduto, de potencial para integração, de adequação para industrialização e consumo diário, etc. Tavares questiona quando afirma que: “Será que é interessante para o Brasil desenvolver mercados consumidores com base em um preço de gás subsidiado por outro país? Quem vai garantir que a Argentina, que hoje tem preços de gás congelados, esteja disposta a pagar pelo gás importado, que dera duplo subsídio, no gás e no transporte?”²⁴. Além dessas questões constrói-se uma vulnerabilidade que pode vir a ser um calcanhar de Aquilles para o país. Qualquer país depende profundamente de energia. A história nos mostra que, quando um país busca energia, a guerra passa a ser uma necessidade. Sem independência de energia não há independência da economia, da indústria, e naturalmente do país.

Sabe-se que o apoio popular à Hugo Chávez tem decrescido. Em janeiro de 2006, pesquisas indicaram que os que confiavam em Chávez caíram ao menor nível em 5 anos. Outro fator a ser considerado é que Hugo Chávez tem provocado a ira da Igreja Católica, que tem significativa presença e aceitação na América do Sul e que pode influenciar sua aceitação²⁵. Tratados são

²² www.defesanet.com.br/energia

²³ El Universal de 21-03-06

²⁴ www.defesanet.com.br/energia

²⁵ Stratfor Morning Intelligence Brief. 2 fev 2006

importantes, mas seu cumprimento depende, de fato, de poder, para garantir o que foi acordado entre as partes. Teriam os países partícipes do projeto poder suficiente e determinação política para fazer valer o que foi acordado pelas partes, através do tratado?

The Economist²⁶ em “The explosive nature of gás”, alerta quando diz que “the pipeline looks like a pipedream”. Novamente faz alerta ao lembrar que, há alguns anos, houve uma intenção de construir um gasoduto entre a Venezuela e o México e nada aconteceu. Jorge Lapeña, ex-secretário de energia argentino, afirma que “Há seis ou sete anos que se fala de um gasoduto entre Venezuela e México e todavia nada existe”²⁷. Hugo Chávez anunciou a instalação, em associação com a empresa argentina Enarsa, para a abertura de 600 postos de serviço na Argentina. Nada de real aconteceu, até agora. Francisco Oliveira, articulista, de La Nacion,²⁸ afirmou que seria conveniente a cautela com os planos chavistas. Nada existe de concreto senão dois postos de serviço abertos ao público, em locais privilegiados. Cabe analisar a credibilidade, a segurança e a garantia de construção do gigantesco gasoduto. É possível confiar na proposta de Chávez quando o governo venezuelano vive em crise política interna?

Podemos supor que a preocupação com a necessidade de energia pode levar ao início da construção do gasoduto sem que sua conclusão possa ser garantida. Apesar das supostas dificuldades, em várias dimensões, em termos de estratégia de longo prazo, o gás sul-americano é importante para o desenvolvimento dos países da região. Assim sendo é conveniente que o projeto venha a ser muito bem analisado, inclusive os possíveis aspectos de uso ou do controle do gasoduto por razões políticas ou ideológicas.

Cabe lembrar o caso protagonizado pelo gasoduto russo, que supre a Europa de gás. Os europeus se tornaram dependentes do gás russo. Recentemente a Rússia cortou parte do fornecimento de gás, aumentou o preço e utilizou-o como instrumento político. Esse exemplo mostra a possibilidade de a Venezuela vir a ter o

²⁶ The Economist, february, 11th, 2006

²⁷ La nacion, 29 de janeiro de 2006

²⁸ La nacion, 29 de janeiro de 2006

mesmo procedimento russo, tornando Brasil e Argentina, os maiores países da América do Sul, dependentes e possibilitando o uso do gás como instrumento para seus interesses políticos²⁹.

É conhecido o forte interesse dos Estados Unidos por energia. Temos o exemplo do Irã, do Iraque, e a atuação de suas empresas petrolíferas por todo o mundo. Sabemos também que os recursos naturais existentes na América do Sul são cobiçados pelos Estados Unidos. No que se refere ao gasoduto, várias instituições dedicadas a estudos estratégicos, apresentam alguns artigos sobre o tema, o que mostra o interesse. A construção do gasoduto sul-americano mostrou a preocupação e reação norte-americana.

A alta instabilidade no Oriente Médio cria a possibilidade de desabastecimento de petróleo. Os Estados Unidos buscam novas fontes produtoras. Dentre elas estão as regiões do Atlântico Sul e costa ocidental da África. Nelas estão incluídas a Venezuela, México, Brasil, Colômbia, Nigéria, e outros países africanos. Assim, poderiam substituir o óleo do Oriente Médio pelo da bacia do Atlântico.

Os Estados Unidos expressaram sua preocupação quanto a possíveis obstáculos a investimentos estrangeiros no setor energético da Venezuela e Bolívia. A secretária adjunta do Departamento de Energia para Assuntos Políticos e Internacionais assim se expressou: “Estamos preocupados de que alguns países do nosso continente estejam tomando decisões que não vão otimizar o desenvolvimento dos recursos energéticos”³⁰. Os movimentos para restringir, os investimentos e implementar o alcance de indústrias energéticas estatais, limitam seu acesso a capital para investimentos, reduzindo o desenvolvimento e o acesso a equipamento e infra-estrutura”, acrescentou em uma audiência na Câmara de Representantes³¹.

“É um modelo que pode ter um impacto patriótico, porém oferece menos prosperidade aos cidadãos, agregou a funcionária, em uma alusão implícita a Venezuela e ao novo presidente boliviano, Evo Morales, que prometeu em sua campanha eleitoral nacionalizar o gás”³². No caso da Bolívia, que dispõe da segunda reserva gasífera

²⁹ Stratfor Morning Intelligence Brief. 2 fev 2006

³⁰ El Universal de 03-03-06

³¹ El Universal de 03-03-06

³² El Universal de 03-03-06

da América do Sul, seu novo presidente “dispõe de uma tremenda oportunidade para tomar a decisão correta para seu país”, explicou. “O governo tem a opção entre utilizar esses recursos (naturais) em benefício de seu povo ou seguir enredado no debate político e na pobreza. Alentamos a Bolívia a associar-se com empresas energéticas”³³.

Suas empresas de energia poderão atuar, com respaldo do governo norte-americano de modo a garantir-lhes o gás venezuelano e de outros países. Assim sendo, há a necessidade de pensar e construir uma estratégia de contingência, para garantir a construção do gasoduto e o uso do gás pelos países sul-americanos. Urge pensar sobre como e quais seriam os interesses das empresas não sul-americanas em participarem do projeto. A empresa russa Gazprom já efetuou contatos com autoridades brasileiras e venezuelanas, manifestando seu interesse em participar do projeto. Como experiência lhe sobra a adquirida na gestão do gás russo. Teriam as empresas estrangeiras, algum objetivo, não declarado ou identificado que possa vir a afetar o andamento do projeto? Qual o compromisso das empresas estrangeiras com o objetivo do projeto e com a tecnologia a ser empregada?

A participação da Petrobrás no projeto seria um passo inicial para transformá-la na maior companhia petrolífera da América Latina e uma das maiores do mundo, em termos de capacidade de produção e de refino com reservas elevadas.

Ildo Sauer, diretor de gás e de energia da Petrobrás, afirmou que o Brasil poderá economizar cerca de 11 bilhões de dólares por ano em importações de gás, ao comprar o produto a preços equivalentes a 26 dólares o barril. Para tanto, a Petrobrás contaria com uma oferta venezuelana para lhe vender gás a preço subsidiado a fim de garantir sua adesão ao projeto, aproximadamente 1 dólar para cada milhão de BTU. No momento, o Brasil paga à Bolívia 3,23 dólares por milhão de BTU³⁴. Sauer, também afirma que o projeto tem a capacidade de criar cerca de 250 mil novos empregos no Brasil. Declara ainda que o gasoduto, por seu porte, possibilita a viabilização de muitos projetos estruturantes para o país.

³³ El Universal de 03-03-06

³⁴ www.envolverde.com.br/materia.php?cod=14150

Em La Paz, o deputado da ala governista, Gustavo Torrico, afirmou que o anúncio foi considerado “um balão de ensaio das multinacionais, quando nos dirigimos à nacionalização dos hidrocarbonos”. O opositor Oscar Ortiz entende que se trata de uma afronta, uma competição desleal da Venezuela em relação à Bolívia, e pediu ao governo de Evo Morales que se afaste de Caracas. O ministro venezuelano de energia, Rafael Ramirez, respondeu a essa afirmação dizendo que “um dólar não paga nem mesmo os custos de produção na costa da Venezuela, que é de 1,6 por milhão de BTU”. O preço será anunciado quando definirmos a rota, mas nunca será inferior a 5 dólares por unidade, afirmou³⁵. Com a afirmação do ministro venezuelano, a economia pretendida pela Petrobrás, ainda não se faz devida e é incerta.

Norman Gall, em artigo intitulado “Desordem venezuelana afeta o projeto³⁶”, reafirma o que é comentado pelos que se interessam pelo gasoduto e pela Venezuela, de que o impacto do declínio da indústria venezuelana do petróleo tem sido mascarado pelos altos preços do momento e por gestos políticos de Hugo Chávez. A PDVSA já teve seis diretores-presidentes nos sete anos desde que Chávez foi eleito, em 1998, depois do que a produção teve uma queda de 22%.

Gall, em seu artigo, afirma que “Chávez demitiu 18 mil funcionários da empresa, incluindo a maior parte da equipe técnica de geólogos, geofísicos e engenheiros de reservatórios e de refinarias. Centros de treinamento e pesquisa de PDVSA foram desmantelados. ‘Chávez achou que poderia usar a greve para destruir a oposição, disse um veterano observador’³⁷ .

Cita ainda o articulista, que: “Ele dá ordens que não são cumpridas. Pensa que funcionários corruptos são fiéis a ele. Há muita inquietação por causa da corrupção entre os militares de nível médio. Foi um erro demitir todos os geólogos e engenheiros da PDVSA. Dessa forma, a empresa perdeu grande parte de sua bagagem de conhecimentos e capital humano. Teria sido mais inteligente despedir os líderes da greve e manter os técnicos”³⁸ .

³⁵ www.envolverde.com.br/materia.php?cod=14150

³⁶ O Estado de São Paulo, 05 janeiro 2006

³⁷ O Estado de São Paulo, 05 janeiro 2006

³⁸ O Estado de São Paulo, 05 janeiro 2006

Além de demitir os técnicos, Hugo Chávez proibiu que outras empresas de petróleo, que operam na Venezuela, os contratassem, obrigando que deixassem o país em busca de trabalho, gerando uma diáspora de técnicos, fundamentais e necessários à produção de petróleo e de gás. As conseqüências são por demais graves e de difícil e longa solução.

Um economista sênior especializado em petróleo, tendo ocupado cargos importantes no Ministério do Petróleo e na OPEP, em Viena, afirma que “Sem novos investimentos, a produção de petróleo cairá cerca de 20% ao ano”. “Para manter a produção em seu atual nível, a Venezuela precisaria investir US\$ 2 bilhões de dólares por ano. Para aumentar a produção, precisa investir US\$ 4 bilhões de dólares por ano”³⁹. Entretanto, a PDVSA está gastando mais em programas sociais do que em suas próprias necessidades de investimento. Assim, a empresa fica aquém das metas de investimento.

A PDVSA parece ter-se politizado e perdeu sua capacidade administrativa e técnica, necessárias para suas atividades, em especial para o projeto do gasoduto. Diego González, engenheiro da PDVSA aposentado e atual dirigente do Instituto do Petróleo e Mineração – IPEMIN, assim se manifestou: “Os contratos são concedidos sem critério, sem licitação. Como a maioria dos engenheiros de reservatórios foi despedida depois da greve, faltam à PDVSA técnicos para fazer reparos nos poços. Se os poços não são reparados periodicamente, os problemas mecânicos se multiplicam. ... Hoje 21 mil poços da PDVSA estão fechados por falta de reparos, um número que está aumentando continuamente enquanto há 14 mil em produção”⁴⁰.

Em meio a tanta deficiência, a PDVSA patrocinando programas sociais de custo elevado, a falta de técnicos qualificados, de todos os níveis, o declínio e a desorganização da indústria petrolífera venezuelana, como explicar o projeto do gasoduto sul-americano? A diminuição do volume de produção de petróleo venezuelano deverá acarretar alta nos preços e incerteza no mercado. Nesse contexto, procura-se entender a razão que leva

³⁹ O Estado de São Paulo, 05 janeiro 2006

⁴⁰ Pois gasta cerca de US\$ 4 bilhões de dólares em projetos sociais

Hugo Chávez a insistir na construção do gasoduto. Sua confrontação com os Estados Unidos ou sua extemporânea ideologia de esquerda, parecem estar unidas e no centro do processo, que pode terminar em tragédia para toda a América do Sul. Urge pensar como ter o benefício do gás venezuelano sem nos oferecermos a participar de uma aventura.

Em todo o contexto político venezuelano do projeto gasoduto sul-americano, de integração sul-americana é fundamental que haja uma produtiva discussão sobre o pretenso papel da inteligência cubana na Venezuela. Muitas dúvidas, muitas perguntas e muitas respostas poderão surgir a partir de uma profunda e longa discussão

Gasoduto Sul-Americano e a Integração

Desde Bolívar se conhece a necessidade de integração sul-americana. Entretanto, os países sul-americanos têm vivido de costas uns para os outros. Nada tem sido feito. A constituição brasileira prega essa integração. Entretanto integração significa integrar os meios físicos de infra-estrutura básica. Transporte, energia, comunicações, adequação e compatibilidade de legislações, são essenciais.

Os investimentos em infra-estrutura têm retorno lento e a longo prazo. Não é o investimento favorável a empresas privadas. É, antes de tudo, uma atribuição do Estado. É o investimento que possibilita outros investimentos, e condições para o desenvolvimento. Uma malha de transportes possibilita o escoamento de produção, barateia o custo, aumenta a eficiência, e a produtividade, favorece a criação de novos mercados, possibilita a criação de novos pólos populacionais, e muito mais.

O Brasil e a América do Sul necessitam, para seu desenvolvimento e integração, de pesados investimentos em infra-estrutura. Uma rede de infra-estrutura que deve ligar regiões onde se situam as atuais bases físicas e econômicas, e que viabilizem a criação de novos pólos de desenvolvimento.

A Área de Livre Comércio da América do Sul, para ter sua consolidação viabilizada, depende, necessariamente, da integração de infra-estrutura sul-americana.

Brasil e Venezuela firmaram, em 2005, uma aliança estratégica como instrumento para a integração sul-americana. Por essa aliança estratégica os dois governos emitiram declaração conjunta para sua execução. Essa declaração define atividades conjuntas entre os dois países e, em especial, entre a PETROBRÁS, a PDVSA e estando envolvidos os Ministérios de Minas e Energia dentre outros. A aliança mostra-se ambiciosa por abranger quase todas as áreas do governo brasileiro. A proposta do gasoduto é mais contundente e atinge o núcleo das necessidades de energia de todos os países e os da América do Sul não são exceção. A integração física de infra-estrutura é algo difícil, lento, de custo elevado e que requer empresas de comprovada experiência e técnicos qualificados. Ao que se sabe apenas o Brasil possui tais credenciais. Parceria em termos de igualdade seria difícil, pois a Venezuela não dispõe de empresas de porte e qualidade técnica como as tem o Brasil.

A integração brasileira em função do gasoduto é algo que precisa ser muito bem analisado pois, ainda que necessário, é uma vulnerabilidade. Nada há que garanta o fornecimento do gás. Tratados e acordos internacionais são rompidos ao longo do tempo. Os exemplos existem. Cumprir um tratado ou fazer cumpri-lo exige expressivo poder nacional. Os próximos cinco ou dez anos, por exemplo, serão contemplados com a mesma política, o mesmo interesse e manutenção de fornecimento do gás tal como previsto atualmente? Não se pode garantir pois um país instável, uma região instável que passa por transformações profundas, que repete intenções e propostas já condenadas, repete erros antigos é apenas lugar de incerteza e insegurança quanto ao futuro.

O Gasoduto sul-americano é um importante recurso de infra-estrutura. É o mais importante projeto dos últimos 20 anos. O projeto do gasoduto prevê sua passagem por Araguatins no estado de Tocantins, Pecém no Ceará, Araguatins no Pará, Ribeirão Preto e Ibitinga em São Paulo, Santa Maria no Rio Grande do Sul, Durazno no Uruguai e Buenos Aires na Argentina. Existirão ramais para o Amapá, Maranhão, Goiás, Distrito Federal e Coari no Amazonas.

A primeira etapa do gasoduto sul-americano tem a previsão de ligar Puerto Ordaz, na Venezuela e a região de Carajás, no Pará.

A partir de Carajás o gasoduto alcançaria São Luiz, no Maranhão. A partir daí o gasoduto se integraria à rede de gás do nordeste. Seguirá para o sul chegando a Uberaba, em Minas Gerais. Nesse local o gasoduto se integraria à rede de gás do sudeste e ao gasoduto Bolívia-Brasil. A partir daí, seguiria para Montevidéu e, em seguida, para Buenos Aires.

O processo de integração regional seria beneficiado com o anel energético do Cone Sul. O gás de Camisea no Peru, acrescido do gás boliviano e do gás venezuelano, constituiriam uma rede de gasodutos que proporcionariam energia para promover o desenvolvimento, e a industrialização dos países sul-americanos. Os países que mais consomem, Brasil e Argentina e os que mais produzem gás, Venezuela, Bolívia e Peru localizam-se nos extremos da América do Sul. Isso obriga a existência de um sistema de transporte do gás de um extremo ao outro.

Machado e Pinheiro⁴¹ indicam três desafios a serem enfrentados: a insuficiência de Camisea, a questão regulatória e a instabilidade política regional. Esses desafios precisam ser superados para que o potencial sul-americano possa ser transformado em realidade e assim integrar-se e desenvolver-se. Cabe lembrar que o anel energético pode ser um instrumento para a construir a unidade da região. Países com dificuldades de relacionamento ou com problemas históricos, podem vir a aproximar-se em função da oferta de gás, tão necessária a todos.

Para Ildo Sauer, da Petrobrás, com o gás será possível “industrializar e agregar valor à produção de minério de ferro, bauxita, manganês, níquel e cobre, principalmente no Pará e Amapá, onde estão as maiores reservas da Companhia Vale do Rio Doce. O gás também permitirá estabilizar o fornecimento de energia para o Nordeste, que sofre escassez crônica de água – o que afeta a produção de energia hidrelétrica – e gás”⁴².

“A região de maior desenvolvimento e impacto no Brasil tem sido a fronteira agrícola do Centro-Oeste, notadamente em Goiás, Tocantins e no cerrado baiano”, diz Sauer. “E esse gasoduto rasga exatamente o coração brasileiro em expansão. Toda a agroindústria

⁴¹ www.defesanet.com.br/energia

⁴² www.defesanet.com.br/energia

está lá. E essa região, com acesso a energia combustível, vai poder agregar muito valor a sua produção agrícola, podendo exportar com valor agregado”.

“Depois de irrigar o norte e o nordeste, o gás vai chegar até a região de maior desenvolvimento do Brasil, o Sudeste, seguindo em direção ao centro-oeste gaúcho, paranaense e catarinense”, continua Sauer⁴³.

Energia é fundamental para o desenvolvimento e integração. Entretanto, não só os custos do gasoduto são elevados e comprometedores. É notório que a falta de investimentos em infraestrutura nacional acarretou enormes prejuízos. Urge aplicar elevados investimentos para recuperação do que foi danificado ou perdido. Como alocar vastos recursos ao gasoduto e não financiar a recuperação da infra-estrutura nacional? Como integrar a rede de gás com uma infra-estrutura deficiente e, em certas regiões, inexistente? Qual seria a fonte dos recursos para a recuperação da infra-estrutura, quando o governo afirma que não possui recursos para tanto? Não podemos esquecer do exemplo do projeto de transposição do rio São Francisco que tem sido objeto de muitos questionamentos.

Cabe lembrar que desenvolvimento, e integração dependente do uso de energia de outro país, acarreta, necessariamente, uma dependência direta, sem opções. Como é possível, optar por fonte de energia externa, de modo dependente, sem que haja qualquer opção alternativa? Entregar o desenvolvimento à decisão de outro governo é inaceitável, o exemplo da Europa e agora da Bolívia são determinantes. Isso pode vir a impedir o desenvolvimento autônomo e, no extremo, levar a uma grave crise com possibilidades de conflito. O gasoduto pode se constituir em fator de independência sul-americana ou em dependência brasileira da Venezuela.

Uma nação dependente em seu próprio território, naquilo que lhe é mais estratégico, não tem condições de manter a sua soberania. Tende sim, a ser colonizada ou controlada pela nação de que depende. Integrar sem depender é o caminho adequado ao Brasil no uso do gasoduto sul-americano.

⁴³ www.defesanet.com.br/energia

Nova Estratégia de Desenvolvimento Para o Brasil

Um enfoque de longo prazo – Editora Paz e Terra

Prof. João Paulo de Almeida Magalhães.

Teses Básicas

O livro Nova Estratégia de Desenvolvimento para o Brasil (daqui por diante NED) contém essencialmente propostas de política econômica para o país. A necessidade de justificar as teses defendidas tornou, todavia, necessárias explanações que, sem apelar para o ‘economês’, de maneira simples e direta, as propostas de política econômica do livro, apontando, concomitantemente, as páginas em que se acham detalhadas e justificadas. Deseja-se, com isso, facilitar a leitura, estimulando o debate das políticas sugeridas, debate este de fundamental importância diante da necessidade de romper o ciclo de semi-estagnação que vem marcando os últimos vinte e cinco anos da economia brasileira.

Pressupostos da Análise

1 – A análise se desenvolve a partir de quatro pressupostos básicos: necessidade de visão estratégica na economia, papel fundamental do Estado na definição e implementação dessa estratégia, resistência dos países desenvolvidos a instrumentos importantes das políticas de desenvolvimento e aceitação da capacidade das economias retardatárias eliminarem seu atraso econômico, através de programas isolados ou conjuntos de desenvolvimento.

Diante da evidência, não só no Brasil como na América Latina, do fracasso da fórmula neoliberal patrocinada pelo Consenso de Washington, existe hoje opinião generalizada (pelo menos fora dos

círculos oficiais) de que a política econômica em curso no país deve ser substituída. Neste sentido, sucessivos manifestos assinados por número grande e crescente de especialistas têm apontado erros e sugerido mudanças. Nenhum desses documentos propôs, no entanto, estratégia alternativa e neoliberal.

O NED sustenta que, uma política ou estratégia econômica, mesmo quando evidentemente errada só é substituída quando outra melhor é oferecida. Isso porque somente em função de estratégia previamente definida é que medidas econômicas específicas podem ser propostas e avaliadas. O Brasil cresceu, historicamente, com base em estratégias primário-exportadoras e de substituição de importações. Tenta agora, sem qualquer sucesso, modelo de integração competitiva no mercado mundial. A pergunta é então a seguinte: o que críticos propõem em seu lugar? Como não o dizem, o Governo se sente à vontade para declarar que seus detratores não oferecem alternativa à atual política econômica (pg 21 a 24).

Aspecto central do NED é, assim, oferecer essa alternativa.

2 – Com respeito ao papel do Estado, é importante esclarecer que o NED não propõe a estatização da economia ou mesmo volta à abrangente ação do Estado no setor produtivo, que persistiu até o lançamento do programa de privatização. Este foi, sem dúvida, implementado prematura e açodadamente, o que fez depender seu sucesso de medidas artificiais como a moeda podre, títulos de privatização e grandes empréstimos a compradores de empresas governamentais. Nem por isso, todavia, o programa pode ser liminarmente condenado. O comando da economia pela iniciativa privada constitui, de fato, aspecto focal da opção pelo capitalismo, ponto pacífico na presente sociedade brasileira. A tese do NED é que se o mercado (no sentido de livre funcionamento do mecanismo de preços) operasse eficazmente não existiriam países subdesenvolvidos. E como tal não é o caso, o atraso econômico deve ser corrigido através de ação ampla e sistemática do Poder Público. Esta, para ser eficiente, deve aceitar o comando da economia pela iniciativa privada e dirigi-la preferencialmente através do mercado (pg 194).

3 – Com o fim da Segunda Guerra Mundial tomou-se conhecimento da extrema gravidade do problema do subdesenvolvimento econômico. A primeira reação foi de otimismo, no sentido de se acreditar na possibilidade de eliminação do atraso econômico em escala planetária. Foram, assim, lançadas as Décadas do Desenvolvimento das Nações Unidas nas quais se definia, inclusive, o montante de poupanças que os países ricos deveriam transferir para os pobres, a fim de eliminar o atraso econômico em nível mundial.

Os maus resultados obtidos levaram os países desenvolvidos a acreditarem que o problema do atraso econômico era mais complexo do que supunham. Concluíram, além disso, que o desenvolvimento econômico em escala planetária, ou era inviável ou só poderia ser levado adiante através de grandes sacrifícios para eles. Como não estavam dispostos a aceitá-los, passaram a propor, diretamente, ou através dos organismos internacionais que controlam, regras do jogo econômico que tornam mais difícil a eliminação do atraso econômico dos atuais subdesenvolvidos.

No NED se sustenta que regras como as da Organização Mundial de Comércio (OMC) e da proposta Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) têm como resultado prático evitar que a industrialização dos subdesenvolvidos vá além do setor de “*commodities*”. (pg 19/20)

4 – A atual grande diferença entre países em termos de produto por habitante e padrão de vida, surgiu com a Revolução Industrial do século XIX. A diferença em termos de produto por habitante que, até então, era de 1 para 2 multiplicou-se muitas vezes. O que ocorreu na Revolução Industrial foi o ininterrupto progresso técnico que, ao permitir a constante acumulação do capital por trabalhador, viabilizou a rápida elevação dos padrões de vida. O NED sustenta que tal mecanismo permanece à disposição dos subdesenvolvidos que podem, assim, por esforço próprio sob o comando do Estado, atingir, seja o pleno desenvolvimento, seja o desenvolvimento em sentido restrito (pg 54). E nas políticas destinadas a alcançar esse resultado o mercado interno, de cada país isoladamente ou ampliado por integrações econômicas regionais, é de fundamental importância.

Linhas Básicas de Novas Estratégias de Desenvolvimento para o Brasil

1 – Na definição de estratégias para economias retardatárias é importante levar em conta a evolução recente da Economia do Desenvolvimento. Até pouco tempo atrás, políticas de desenvolvimento eram enfocadas, essencialmente, da perspectiva da oferta. Ou seja, considerava-se suficiente garantir certa percentagem de poupanças sobre o Produto Interno Bruto (PIB) para que existisse a condição fundamental para eficácia da política de desenvolvimento. Essa visão sofreu radical mudança quando estudos sobre a bem sucedida experiência dos países do Leste da Ásia mostraram não ser preciso a criação prévia de poupança para garantir taxas aceleradas de crescimento. Pelo contrário, era a existência destas que determinava a elevação das poupanças. (pg 192 a 200).

Verificou-se que, na existência de oportunidades de investimento (ou de desenvolvimento) as poupanças cresciam espontaneamente. Ora, segundo o NED, oportunidades de investimento significam existência de mercado. Diante disso, pode-se afirmar que a existência de mercado de dimensões e dinamismo adequados substituiu a poupança como pré-requisito principal das políticas de desenvolvimento (pg 32 a 38). Semelhante tese é amplamente confirmada pela experiência histórica brasileira (pg 69 a 87).

2 – Estabelecido esse ponto, o NED indaga quais as propostas de novas estratégias de desenvolvimento existentes no Brasil. Duas podem ser identificadas. A primeira baseada no mercado interno de preferência das correntes de esquerda, e a segunda, de origem mais acadêmica apoiada no mercado externo.

Segundo o NED, nenhuma das duas é plenamente satisfatória. A primeira propõe, através de medidas distributivas de largo espectro, transformar o país em “sociedade de consumo de massas”. Como é pequeno o conteúdo importado dos grupos de menor renda, isso significaria importante alargamento do mercado interno, com a conseqüente retomada do desenvolvimento.

As medidas redistributivas nessa estratégia podem tomar a forma, quer de elevação da renda das categorias menos favorecidas (maior salário mínimo, aumento das aposentadorias, menos regressividade da carga fiscal, etc), quer da melhoria dos serviços à sua disposição (saúde, educação, moradia, infra-estrutura urbana, etc). O objetivo deve ser transferir para esse segmento da comunidade todo PIB adicional decorrente da retomada do desenvolvimento.

A segunda estratégia é de integração **ativa** da economia brasileira no mercado mundial. Nesta, contrariamente da estratégia da integração **passiva** em curso no país, inspirada na visão neoliberal, o Estado desempenharia papel fundamental na criação de competitividade para o país, através de apoio à pesquisa tecnológica, criação de infra-estrutura especializada, formação de mão-de-obra especializada e estímulos específicos à empresas voltadas para a exportação (pg 194/195).

Aspecto importante dessa estratégia é que sua ponta de lança deveria ser a empresa nacional, dado que as multinacionais instaladas no Brasil têm restrições à penetração nos grandes mercados mundiais já atendidos por suas matrizes. Outro ponto relevante é que as exportações devem ter como base produtos de alto valor adicionado por trabalhador, tecnologia avançada e mercado em rápido crescimento. Segundo o NED, o aumento da venda externa de “commodities” agrícolas e industriais, tal como observado hoje no Brasil, não tem, da perspectiva de prazos médio e longo, condições de recolocar o Brasil na trilha do crescimento acelerado.

A objeção ao primeiro modelo é que em condições de semi-estagnação, como a que há vinte cinco anos afeta a economia brasileira, torna-se difícil, se não impossível, implementar uma política de redistribuição de renda de grande amplitude.

Quanto à estratégia de crescimento para fora, o problema decorre de que, em um país de dimensões continentais como o Brasil, as exportações (que medem a dimensão do mercado externo disponível para o país) dificilmente vão além de 10% a 15% do PIB. Mercado dessa dimensão não é suficiente para dinamizar PIB algumas vezes superior. O eventual sucesso desse modelo depende do efeito multiplicador das exportações sobre o mercado interno.

Acontece que o alto nível de concentração de renda existente no Brasil, combinado com o alto conteúdo importado no consumo dos grupos de maior renda, reduz substancialmente esse efeito.

A solução oferecida pelo NED é a combinação das duas propostas. Isto é, política de crescimento para fora que dinamize a economia, viabilizando a criação de uma sociedade de consumo de massas. Esta, por sua vez, elevará o efeito multiplicador das exportações sobre o mercado interno, relançando o país em processo rápido e sustentado de desenvolvimento.

Ponto importante nessa estratégia é que, contrariamente à receita inspirada na visão neoliberal, ela deve ter como base o estímulo a atividades diretamente produtivas, e não investimentos em infra-estrutura. Estes são, de fato, somente permissivos e não, como as atividades diretamente produtivas, determinantes do desenvolvimento.

3 – A noção de que, em políticas de desenvolvimento, o mercado (no sentido de demanda real e não de mecanismo de preços) tem papel central, implica em reavaliação do atual processo de globalização, no que se refere ao seu impacto sobre as políticas de desenvolvimento. Um dos aspectos centrais da globalização é a ampla e livre circulação mundial de capitais. Cria-se, dessa forma, clima favorável à transferência de poupanças para as chamadas economias emergentes. Enquanto a disponibilidade de poupança foi considerada ponto central das políticas de desenvolvimento, o presente modelo de globalização não podia senão ser considerado altamente favorável.

Se, no entanto, o sucesso das políticas de desenvolvimento depende da existência de mercado de dimensão e dinamismo adequados, o panorama se modifica totalmente. Nos termos do atual processo de globalização, o atraso econômico dos países subdesenvolvidos deve ser eliminado através da penetração de seus produtos nos grandes mercados mundiais ou, na prática, no mercado dos países desenvolvidos.

Acontece que tais mercados, nascidos a partir do século XIX com a Revolução Industrial, já se acham atendidos por empresas dos próprios países que participaram do processo. Através de

modelo aritmético simples (pg 156) o NED mostra que, dentro do atual modelo de globalização, a eliminação do atraso econômico dos países subdesenvolvidos exigiria, dos países ricos, ampla abertura às importações, com os inevitáveis grandes 'desinvestimentos'. O que estes não se acham dispostos a aceitar. (pg 149 a 155)

O NED propõe, em função disso, novo modelo de globalização levado adiante por meio de abertura recíproca de mercado entre os países em desenvolvimento. Como no caso haveria, basicamente, a troca de mercados potenciais, ainda não atendidos por qualquer oferta, não haveria risco de desinvestimentos. A par disso, os mercados de países em desenvolvimento cujo PIB cresce em ritmo acelerado, aumentam rapidamente. O que não acontece no caso dos desenvolvidos.

Sem negar a dificuldade de implementar esse novo modelo de globalização, o NED o considera viável, principalmente se comandado por países de dimensão continental, como China, Índia Brasil e Rússia.

O Mercado Interno nas Políticas de Desenvolvimento

1 - A Nova Economia do Desenvolvimento sublinha a importância do mercado interno nas políticas de eliminação do atraso econômico, mesmo no caso de países de pequeno porte, que adotam estratégias de crescimento para fora. (pg 40 –41 e pg 65)

Dentro dessa linha, o NED sublinha que carecem de fundamento as críticas ao modelo de substituição de importações, sobretudo quando alegam ter como objetivo a auto-suficiência econômica. O verdadeiro erro do modelo resultou de que seus propugnadores supunham que, esgotadas as oportunidades de substituir importações, o país ingressaria em um período de crescimento auto-sustentado (com base no incremento vegetativo do mercado interno) que o levaria ao pleno desenvolvimento. Deixaram, assim, de aproveitar a fase de substituição de importações para criar, no Brasil, atividades internacionalmente competitivas. Estas nos teriam permitido, uma vez esgotadas as potencialidades do crescimento para dentro, ingressar eficazmente em estratégia de crescimento para fora. (pg 84)

Se o mercado interno é importante, dois instrumentos capazes de alargá-lo, protecionismo e integrações econômicas regionais, devem ser examinados com atenção.

O protecionismo defendido por List, e no caso da América Latina por Prebisch, não foi propriamente excluído das teses da “*mainstream economics*”. Ele apenas passou a ser considerado “*second best*” em relativamente à eliminação do custo-país (em nosso caso custo-Brasil) O NED mostra que o custo-país nas economias retardatárias se acha umbilicalmente ligado à própria condição de subdesenvolvimento, e só desaparecerá com ela. Como, para chegar ao desenvolvimento, certa dose de protecionismo se faz necessária, a proposta de eliminar o custo-país, com exclusão de medidas protecionistas, constitui forma de manter o subdesenvolvimento. E, portanto, o custo-país. (pg 95 –96)

O NED aponta os limites dentro dos quais o protecionismo é aceitável. O ideal, segundo ele, seria a abstenção de qualquer forma de protecionismo o que, inclusive, garantiria ao país o resultado máximo em termos de produto por habitante. Se, porém, em condições de completa abertura os mercados interno e externo à disposição do país não se revelarem suficientes para viabilizar o alcance do pleno desenvolvimento, a reserva do mercado interno para empresas locais, constitui o instrumento a ser utilizado. (pg 100 a 102)

2 – O NED denuncia, outrossim, o sofisma contido na afirmação de que o protecionismo constitui uma forma de viabilizar produção de altos custos. Para tanto, retoma a distinção clássica na teoria do comércio internacional entre custos reais e custos de oportunidade. O primeiro é medido pela quantidade de insumos necessária para produzir dado bem. O custo de oportunidade do bem A é medido pela quantidade de outros bens a que se renuncia para obtê-lo. Assim, a indústria brasileira nos seus primórdios tinha custos reais elevados (isto é, superiores aos de seus concorrentes externos), mas seu custo de oportunidade se achava perto de zero. Isso porque a industrialização brasileira, diferentemente do que alegavam seus críticos, não determinou a redução de qualquer outra atividade econômica (à época predominantemente agrícola) no país. (pg 101 a 103)

Ou seja, o protecionismo pode ser importante na eliminação do atraso econômico, mas só se justifica se for baixo o custo de oportunidade dos setores que viabiliza.

3 – Se o mercado interno tem grande peso nas políticas de desenvolvimento, o mesmo vale para as integrações econômicas regionais, que constituem forma de ampliá-lo. Essa modalidade de política econômica, no entanto, só beneficia a todos os participantes caso estes registrem nível relativamente próximo de desenvolvimento. O que, aliás, não chega a ser surpreendente.

A essência do argumento protecionista de List é a inaceitabilidade da abertura econômica entre países em níveis diferentes de industrialização (ou, na prática, de desenvolvimento). Ora, o que é certo na abertura comercial de um país para o resto do mundo vale, igualmente, para a abertura entre número limitado de países, do tipo integração econômica regional. Diante disso, a ALCA, abrangendo Estados Unidos, Canadá e países da América Latina, é absolutamente inaceitável para estes últimos. A ALCA teria como resultado especializar a América Latina em “*commodities*” agrícolas e industriais, setor de baixo valor adicionado por trabalhador e lento crescimento. Ou seja, a região ficaria condenada, numa boa hipótese, ao semidesenvolvimento.

O Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e a ALCSA (Área de Livre Comércio Sul Americana), reunindo países de nível não muito diferente de desenvolvimento, apresentam as condições necessárias para se tornarem iniciativas altamente benéficas para todos participantes. Mesmo no caso delas, todavia, será necessário dar aos associados de menor peso econômico a garantia de que as atividades mais dinâmicas e de maior valor adicionado por trabalhador, não se concentrarão em apenas alguns participantes.(pg 103 a 107)

O Papel do Capital Estrangeiro

1 – Se a Nova Economia do Desenvolvimento valoriza o mercado e não a poupança, esta última parece ter perdido relevância nas políticas de eliminação do atraso econômico. Isso não é verdade

por dois motivos. Em primeiro lugar, porque a essência do crescimento econômico continua a ser o aumento do capital (físico e humano) por trabalhador, o que depende da formação de poupança. Em segundo lugar, porque se existindo mercado (e portanto crescimento) as poupanças sobem espontaneamente. Muitas vezes a disponibilidade de mercado depende de esforço prévio de criação de competitividade, o que, por sua vez, depende de investimentos e, portanto, de poupanças. Ou seja, as poupanças têm, freqüentemente, papel decisivo na criação do mercado do qual depende a partida do processo de desenvolvimento. É nesse contexto que se deve examinar a contribuição do capital estrangeiro. (pg 37)

Mesmo antes de se reconhecer a espontaneidade do incremento da poupança em condições favoráveis de mercado, já não se aceitava a tese da absoluta necessidade do capital estrangeiro. Os defensores dessa posição alegavam que os países subdesenvolvidos registravam baixíssimos níveis de consumo. Para elevarem as poupanças necessárias ao desenvolvimento deveriam baixar, ainda mais, os níveis de consumo, o que era inaceitável. A única solução seria, portanto, o recurso ao capital estrangeiro. A literatura especializada mostrou, em sentido oposto que em qualquer país subdesenvolvido com PIB crescendo ligeiramente mais rápido do que a população, era possível aumentar poupança sem reduzir o consumo "*per capita*".

Dentro da atual visão da Economia do Desenvolvimento, o apoio das nações ricas às subdesenvolvidas deveria tomar mais a forma da abertura de mercado do que do fornecimento de poupanças. O relevante em políticas de desenvolvimento é, todavia, somente o reconhecimento de que, em termos de suplementação de poupanças, o capital estrangeiro não tem a vital importância que se lhe pretendeu atribuir. Não tendo, portanto, sentido as economias retardatárias para obtê-lo se sujeitarem a regras do jogo que não lhes são favoráveis.

2 – Se a contribuição do capital estrangeiro em termos de poupança complementar deixou de ter o peso que se supunha, alega-se, como prova de sua alta relevância, o fato de ele

proporcionar tecnologia para os setores produtivos e divisas para importações. Sem negar a existência dessas contribuições permanece verdadeiro, segundo o NED, o fato de que o sucesso de políticas de desenvolvimento independe das entradas de capital estrangeiro.

Quanto à contribuição em divisas, o NED mostra que, nos dois modelos básicos de desenvolvimento, crescimento para fora e substituição de importações, resolvida a questão do mercado, a disponibilidade de poupanças deixa de ser problema. No sentido de que as divisas crescem em ritmo igual ao do PIB. Assim, no crescimento para fora, uma vez garantido mercado, a obtenção de divisas é automática e proporcional à taxa de incremento do PIB. Este cresce em ritmo igual ao das exportações, e o mesmo acontece com as divisas proporcionadas por elas. Isso vale também para o modelo de substituição de importações. Enquanto houver estoque de importações substituíveis, a disponibilidade de divisas (resultante da produção interna de bens antes importados) crescerá na proporção do investimento e, portanto, do incremento do PIB.

A tecnologia necessária às políticas de desenvolvimento é a tecnologia madura que pode ser facilmente conseguida mediante pagamento de "*royalties*". No caso do fornecimento ser, arbitrariamente, recusado a experiência demonstra que elas podem simplesmente ser copiadas, sem que nada possam fazer os titulares de patentes. Se isso não fosse verdade, os países desenvolvidos não estariam pressionando constantemente os Governos dos países subdesenvolvidos para fazerem valer as regras de proteção da propriedade intelectual (pg 179 –180).

3–A análise do NED não pretende, com isso, negar o relevante papel que pode desempenhar o capital estrangeiro nas políticas de desenvolvimento. Afirma apenas que esse não é tão grande que para obtê-lo devamos aceitar quaisquer injunções dos países desenvolvidos e organismos internacionais.

Assim, o NED reconhece a contribuição altamente positiva das multinacionais no modelo de substituição de importações. Elas foram responsáveis por parcela considerável do crescimento do PIB de 7% ao ano, obtido durante o período. Se, no modelo acima

apresentado, o papel principal cabe à empresa brasileira, isso se deve apenas ao fato de que as filiais de empresas estrangeiras instaladas no Brasil se defrontam com restrições à penetração, nos grandes mercados mundiais, já atendidos por suas matrizes. No modelo proposto, espera-se delas importante contribuição no atendimento do mercado interno em rápido crescimento, além de alargamento dos nichos que hoje já nos oferecem no mercado dos países desenvolvidos. (pg 87)

Desenvolvimento Econômico e os Equilíbrios Fundamentais: o Problema Cambial

1 – Postulado fundamental da “*mainstream economics*” é que, em termos de economia, a obrigação do Poder Público é garantir os equilíbrios fundamentais, cambial, fiscal e monetário. Dado que, feito isso, o crescimento econômico se seguiria automaticamente. O NED não nega ser essa regra válida para as economias maduras, que não têm atraso econômico a eliminar, e onde a simples ação do mecanismo de preços garante, usualmente, os melhores resultados.

Em economias subdesenvolvidas, contudo, o papel do Estado é fundamental dado que a simples ação do mecanismo de preços (conforme defluiu de toda experiência passada dos países do Terceiro Mundo) não é suficiente para lançar processo de eliminação do atraso econômico. Na medida em que esse processo tenha início, o PIB começará a crescer aceleradamente, o que torna normal e inevitável o surgimento de tensões nos setores cambial, fiscal e monetário. Se em economias maduras o objetivo é evitar o surgimento dessas tensões, nas atrasadas onde elas são inevitáveis, a função do Estado é apenas mantê-las sob controle. Ter como objetivo básico evitar seu aparecimento significa adotar políticas extremamente conservadoras, em conflito direto com o objetivo de eliminação do atraso econômico.

Possivelmente mais grave é o fato, hoje registrado no país, de formadores de opinião declararem que o país “vai bem” porque os equilíbrios fundamentais, cambial, fiscal e monetário, estão sendo mantidos. Ora, em economias retardatárias o critério fundamental

para avaliar os resultados obtidos é a taxa de incremento do PIB. Os equilíbrios fundamentais só devem ser considerados em função de sua capacidade de ajudar ou prejudicar o crescimento acelerado. Segundo o NED, no caso brasileiro, para que a economia “ vá bem” a taxa anual de expansão do PIB não pode ser inferior a 7%. (pg 185 a 189).

Os desequilíbrios cambial e monetário nos programas de desenvolvimento são os que tem gerado a maior controvérsia, pelo que mereceram especial atenção no NED.

2 – As tensões de tipo cambial devem ser controladas por medidas emergenciais, como o controle de câmbio e a moratória, ou por instrumentos de caráter permanente, como a regulação da entrada e saída do capital estrangeiro.

O controle de câmbio se torna necessário em casos de grave escassez cambial nos quais importações de alta essencialidade podem ser comprometidas. No controle de câmbio o Governo monopoliza as receitas em divisas do país, utilizando-as para importações prioritárias. A adoção do controle de câmbio, quando realmente necessária, deveria ser considerada medida correta e responsável de Governo preocupado com o desenvolvimento do país. A principal objeção apresentada é de que ela interfere no mecanismo de preços. Objeção apenas válida se o controle de câmbio for usado como instrumento normal de política econômica e não para contornar surtos de escassez cambial.

O controle de capitais se refere, essencialmente, a fundos especulativos de curto prazo, cuja errática movimentação tem sido responsável por sucessivas crises cambiais de impacto mundial. Esse tipo de capital pode atender às necessidades de curto prazo do país submetendo-o, porém, ao risco de grave crise cambial, no caso de sua súbita e maciça retirada. A repetição dessas crises no período recente tem determinado o reconhecimento generalizado de que o estabelecimento de regras para a movimentação se tornou necessária e urgente. Essa é a posição do NED.

Outro aspecto potencialmente negativo de grandes entradas de capital estrangeiro é a valorização da moeda nacional, com prejuízo para os exportadores e para os produtores locais de bens

importáveis. Para neutralizar esse efeito, o Governo deve adquirir moeda estrangeira ou, em caso extremo, limitar seu ingresso o país.

3 - A moratória, definida como atendimento aos compromissos financeiros externos em condições diferentes das inicialmente pactuadas, era, até recentemente, apontada como absolutamente condenável. Atualmente o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) aceita a “moratória soberana” e estabelece regras para ela. A UNCTAD, em um dos seus últimos relatórios, afirma constituir a moratória um dos riscos normais no sistema capitalista, e que sua boa condução pode favorecer tanto credores quanto devedores.

O NED, após colocar a questão nesses termos, contesta o suposto aspecto “inético” da medida, largamente explorado pelos credores. Nos empréstimos feitos a países subdesenvolvidos (e, sobretudo, àqueles considerados de maior risco) são cobradas taxas de juros bastante superiores às usuais no mercado. Isso porque se acha nela embutido adicional equivalente ao prêmio cobrado por companhias de seguro. Assim sendo, como no caso dessas companhias, quando o risco se concretiza, o credor não tem direito de denunciar o prejuízo sofrido como resultado de comportamento “inético” do devedor. A moratória só seria imoral se o país lançasse mão dela para não honrar compromissos cujo atendimento se acha perfeitamente dentro de sua capacidade.

O NED assinala outro aspecto ético da moratória ao indagar se o Governo de país em dificuldade tem o direito de submeter sua população a duros sacrifícios para honrar, nas condições pactuadas, empréstimos obtidos a altos juros, e cujo pagamento se tornou inviável em função de eventos inteiramente fora de sua responsabilidade. (pg 188)

Tanto o controle de câmbio como a moratória são medidas emergenciais a serem adotadas na absoluta falta de alternativa. A aceitação, todavia, de que possam, eventualmente, ser necessárias constitui condição fundamental de qualquer política realista de desenvolvimento. O NED sublinha que, especialmente, no caso brasileiro, após 25 anos de semi-estagnação, com as graves distorções dela resultantes, dificilmente será possível criar

condições para a retomada do crescimento acelerado, sem uma fase de “economia de guerra”, em que sacrifícios e medidas do tipo acima referido talvez não possam ser evitados.

Desenvolvimento Econômico e Equilíbrios Fundamentais: o Problema Monetário

1 – No desenvolvimento brasileiro recente, o desejo de manter a elevação de preços em níveis não superiores ao registrado em países desenvolvidos, e as medidas adotadas para tanto têm sido, possivelmente, os principais responsáveis pela semi - estagnação crônica que domina o país. Esse aspecto dos chamados equilíbrios fundamentais merece, dessa forma, atenção especial.

Em termos de desequilíbrio monetário, criaram-se no Brasil, mitos que têm impedido a adoção de qualquer política sistemática de desenvolvimento econômico. O NED examina três deles, a saber, a tese de que a inflação é igual em desenvolvidos e subdesenvolvidos, a suposição de que nos subdesenvolvidos, como nos desenvolvidos, ela é estritamente negativa e a crença de que, qualquer surto inflacionário, tende, inevitavelmente, a se acelerar.

O NED mostra que, contrariamente ao primeiro mito, a inflação é diferente entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Isso porque, nestes últimos, ela gera fluxo permanente de poupança forçada monetária. Em processo inflacionário os preços sobem constantemente e custos (como os salários) são ajustados somente periodicamente. Diante disso, se elevam os lucros, grandes geradores de poupança, em detrimento dos salários que em nada contribuem para esta. Surge, em consequência, poupança suplementar designada como forçada, e de origem monetária.

Esse mecanismo existe, mas é de curto fôlego nos países desenvolvidos, em que a mão-de-obra é escassa e, portanto, fortes os sindicatos. Na persistência do surto inflacionário, aqueles impõem escala móvel de salários, eliminando o mecanismo gerador de poupança forçada monetária. Nas economias retardatárias, a mão-de-obra é abundante e os sindicatos, fracos. Pelo que, não conseguem impor escala móvel de salários. O mecanismo formador de poupança forçada torna-se permanente. Esse tipo de situação

levou os professores de PUC-RJ, criadores da teoria heterodoxa da inflação, a afirmarem que, se nos desenvolvidos a inflação resulta do excesso de moeda, nos subdesenvolvidos ela é causada pela disputa de agentes econômicos em torno do PIB. Como o somatório das suas reivindicações supera o PIB, a disputa é levada adiante em termos de elevações sucessivas de suas remunerações. As conseqüências dessa diferença se refletem nas características desejáveis dos programas de estabilização monetária em países desenvolvidos e subdesenvolvidos.(pg 130).

2 – No que se refere aos efeitos negativos da inflação sobre o desenvolvimento, o NED apresenta lista de especialistas em Economia do Desenvolvimento que, repetidamente, e manifestando não a sua opinião, mas a dominante na disciplina, sustentam que, nas economias atrasadas, inflação moderada e sob controle é favorável ao desenvolvimento. Não afirmam que o mesmo seja válido para as economias maduras. Nestas, a busca de inflação tão perto quanto possível de zero, constitui objetivo correto e desejável. Tentar o mesmo nas economias retardatárias através, por exemplo, da adoção de elevadíssimas taxas para os juros básicos) constitui erro fundamental, e com graves reflexos negativos sobre o desenvolvimento econômico. (pg 144).

O mito de que toda inflação, por menor que seja, tende a se acelerar é rejeitado, tanto pela literatura, como pela experiência histórica. Assim, o Brasil registrou, nas três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, inflação anual média de 20% (diga –se de passagem, com incremento do PIB de 7% ao ano) sem que ocorresse qualquer ameaça de explosão. Nos anos 1970, como conseqüência dos choques do petróleo, a Coréia do Sul registrou taxa anual média de inflação em torno de 20%. Na década seguinte, esta percentagem caiu para 5%, sem qualquer processo hiperinflacionário intercalar. Experiência similar foi observada em outros países do Leste da Ásia. (pg 149).

3 – A tese do NED não é de que se deva voltar à inflação do nível que nos proporcionou (ou pelo menos foi compatível com) incremento do PIB ao ritmo anual de 7%. Tanto a aceitação do papel

secundário do esforço de poupança nas políticas de desenvolvimento, como o correto equacionamento do problema do mercado (com a conseqüente retomada do desenvolvimento) determinam a elevação da poupança, tornando dispensável o recurso à inflação para o aumento da poupança.

O reconhecimento da existência da poupança forçada monetária nos subdesenvolvidos é mais importante na definição das políticas de estabilização monetária (que devem ser de tipo heterodoxo, nesses países) do que para seu uso como instrumento de política econômica. (pg 136)

A experiência dos países do Leste da Ásia atesta que taxas aceleradas de crescimento são compatíveis com inflação de 5% ao ano. Ela mostra, por outro lado, que em períodos críticos inflação de até 20% ao ano é aceitável, e não implica em maiores riscos ou prejuízos. (pg 147)

Em suma, a hiper-inflação brasileira resultou de erros básicos de política econômica: não ajustamento aos choques do petróleo, não reconhecimento da necessidade de novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, hesitação (ou falta de legitimidade) do regime militar ao impor os necessários sacrifícios para se ajustar aos maiores preços do combustível etc. A hiper-inflação foi um acidente de percurso que não justifica, de forma alguma, a adoção no Brasil de camisa de força monetária, absolutamente impeditiva da retomada do desenvolvimento.

Barreira Ideológica como Obstáculo ao Desenvolvimento

1 – Vimos anteriormente que os países desenvolvidos evoluíram de uma fase em que apoiavam firmemente as políticas de desenvolvimento, para outra em que tentam estabelecer regras do jogo econômico, cujo resultado final seria limitar a industrialização das atuais economias atrasadas ao setor de “*commodities*”. O NED aponta os instrumentos pelos quais se pretende chegar a esse resultado.

À primeira vista, o principal instrumento seria o atual processo de globalização. Ao esvaziar as soberanias nacionais, estaria retirando dos subdesenvolvidos a capacidade de defender,

adequadamente, seus interesses. O NED mostra que tal não é o caso, dado que os Governos nacionais retêm, plenamente, sua capacidade de agir sobre a economia. E o alegado comando da mesma pelas multinacionais está longe de ser confirmado pelos fatos e estatísticas disponíveis.(pg 151)

Examinando instrumentos alternativos, o NED lembra que, no passado, a imposição de regras de jogo aos subdesenvolvidos era conseguida através de pressão direta, no caso das colônias, e indireta, como na América Latina. Referindo-se especificamente ao Brasil, lembra que a Inglaterra nos impediu, durante toda a primeira metade do século XIX, de adotar tarifa protecionista. No momento atual, não existem condições para o mesmo tipo de pressão. Os resultados desejados pelas economias maduras são obtidos através de “barreira ideológica”. Esta toma a forma de análises e teorias pseudocientíficas, ou simplesmente desajustadas, da realidade das economias subdesenvolvidas. Elas convencem as elites desses países de que, agindo de determinada maneira, estão fazendo a melhor opção. O uso desse tipo de pressão é facilitado pelo fato de economias subdesenvolvidas importarem sistematicamente das avançadas, paradigmas e análises que indicam as políticas econômicas a serem seguidas.

Da mesma forma, a visão “curtoprazista” de importante segmento de economistas brasileiros, identificada em pesquisa CEPAL–IPEA, decorre da transferência (pg 170) para a análise de nosso país da visão dominante (e nesse caso, válida) nos estudos sobre países desenvolvidos. Países que não têm atraso econômico a eliminar e, portanto, em que a visão de longo prazo é pouco relevante.

A visão “curtoprazista” se manifesta, igualmente, na excessiva importância concedida ao “risco Brasil”. Esse indicador, estimado por entidades internacionais, traduz visão de política econômica desajustada da realidade de países em desenvolvimento. Ou seja, super valoriza a busca dos chamados “equilíbrios fundamentais” (cambial, fiscal e monetários), freqüentemente obtidos em prejuízo do crescimento econômico do país.

Em suma, a cartilha neoliberal que condenou a América Latina a vinte e cinco anos de semi-estagnação não foi imposta por

qualquer pressão irresistível. Ela foi aceita por estarem os países da região convencidos da sua validade.

2 – A barreira ideológica é complementada pela barreira institucional de responsabilidade, fundamentalmente, de organismos como a OMC e o FMI. A OMC, apesar de reconhecer formalmente a necessidade de levar em conta a debilidade dos subdesenvolvidos nas relações comerciais, não proporciona em negociações conduzidas no seu âmbito, tratamento preferencial a estes últimos. As vantagens obtidas por eles devem ser compensadas por concessões equivalentes. O resultado prático dessa situação é conduzir, a longo prazo, as economias subdesenvolvidas a indesejável especialização em “*commodities*”.

A alienação dos dirigentes das economias atrasadas se reflete, a par disso, no esforço que desenvolvem para obter a abertura dos mercados americano e europeu à sua produção agrícola. Oferecem, para tanto, concessões no seu setor fabril e de serviços, atividades estas de valor adicionado por trabalhador, e dinamismo bastante superiores aos do setor agrícola. Quaisquer ganhos imediatos serão, assim, compensados por perdas a prazo mais longo. Além disso, tal tipo de troca constitui o primeiro passo para aceitação de futura especialização em “*commodities*”.

O FMI, fugindo das funções para que foi criado, isto é, garantir o equilíbrio de curto prazo dos pagamentos internacionais, transformou-se em eficaz instrumento de bloqueio do desenvolvimento dos países que a ele recorrem. Baseado na falsa tese da absoluta importância da poupança estrangeira nos programas de desenvolvimento mobiliza recursos próprios e de terceiros para evitar o “*default*” dos países subdesenvolvidos em dificuldade. Justifica esse comportamento alegando que o “*default*” teria como resultado o total desaparecimento do apoio financeiro externo, inviabilizando conseqüentemente o desenvolvimento dos que a ele forem forçados a recorrer.

O problema está em que, justamente com esse apoio, o FMI impõe estratégia econômica inspirada no Consenso de Washington, cujo resultado final é a crônica estagnação dos supostos beneficiados por seus empréstimos.

O NED sustenta que a OMC e o FMI não têm, de fato, instrumentos para impor normas de comportamento e políticas econômicas. Eles apenas conseguem fazê-lo porque a barreira ideológica exagera a eficácia dos instrumentos de coerção de que dispõem. Ou seja, realmente importante é a barreira ideológica, donde a necessidade de descrever os meios e modos de contorná-la. (pg 174 a 179)

3 - O NED defende a tese de que a barreira ideológica será contornada ou eliminada através da criação de núcleos de pensamento crítico, nos países subdesenvolvidos. Núcleos que lhes permitirão gerar seus próprios paradigmas econômicos e, portanto, definir políticas que lhes sejam favoráveis. O núcleo de pensamento crítico, para atender à sua finalidade, deve apresentar três características básicas.

A primeira delas resulta do fato, reconhecido pela Filosofia das Ciências, de que uma teoria só é derrubada por outra. Assim, a atual política econômica inspirada no Consenso de Washington, diante do seu estrondoso fracasso em toda América Latina, tem recebido críticas duras e pertinentes, sem que seja abandonada, ou significativamente modificada. Isso porque tais críticas não se baseiam em esquema teórico alternativo (com seus corolários de política econômica) capaz de substituir a colocação neoliberal.

No NED se mostra, por exemplo, que as críticas feitas pela chamada teoria estruturalista da inflação à proposta de priorizar o equilíbrio monetário nos países em desenvolvimento, não tiveram sucesso porque o estruturalismo jamais chegou a formular uma verdadeira teoria do processo inflacionário nas economias retardatárias. Da mesma forma, a chamada teoria da dependência jamais teve maior repercussão, por não ter sido capaz de apresentar paradigma teórico de nível científico adequado. (pg 174-175)

Não basta, todavia, gerar teorias econômicas que, baseadas na realidade dos países subdesenvolvidos, contestem as propostas da “*mainstream economics*”. É necessário que essas teorias estejam incorporadas em “programa científico de pesquisas” (tal como descritos pela moderna Filosofia das Ciências), no âmbito do qual sejam defendidas, modificadas e aperfeiçoadas. Por não

terem atendido a este requisito, a teoria protecionista de Prebisch e a teoria heterodoxa da inflação (ambas atendendo plenamente ao requisito de constituírem verdadeiro paradigma científico) jamais foram incorporadas a “*mainstream economics*”, tendo sido abandonadas sem jamais terem sido refutadas, conforme se mostra no NED. (pg 176)

Em sentido oposto às teses do Consenso de Washington, apesar de desmentidas pelos fatos e duramente criticadas pelos seus opositores, continuam a ser mantidas. No âmbito de programa científico de pesquisa, elas foram modificadas para justificar o fracasso de suas propostas originais. Passou-se a defender o Consenso de Washington Ampliado, em que se propõe a complementação do modelo neoliberal por ajustamento das instituições econômicas, supostamente inadequadas, dos países subdesenvolvidos. O NED, sem negar a importância de instituições ajustadas às necessidades do crescimento econômico, mostra que estas não podem, de forma alguma (diferentemente do que pretende o Consenso de Washington Ampliado), ser consideradas condicionantes básicas do sucesso das políticas de desenvolvimento. (pg 110 a 121)

A terceira característica básica do núcleo de pensamento crítico é de ser ele aberto, reunindo não somente nacionais do país que o cria, mas especialistas de todo mundo capazes de contribuir para novo programa científico de pesquisa voltado para a análise objetiva da realidade dos países subdesenvolvidos. A partir deste programa será possível erodir e, finalmente, eliminar a barreira ideológica.

Religião e Cultura

Gerardo José de Pontes Saraiva¹

Introdução

O mundo em que vivemos não é mais como aquele onde viveram nossos antepassados, nossos avós, as gerações que sempre nasceram e se criaram, cercados dos símbolos, dos sinais e das afirmações da fé cristã e – mais do que isso – católica. Hoje vivemos num mundo onde a religião muitas vezes desempenha mais o papel de cultura e força civilizatória do que propriamente de credo de adesão que configura a vida. Mais ainda: vivemos num mundo plural em todos os aspectos e termos. Desejamos dizer com isso que a pluralidade advinda da globalização afeta não apenas os terrenos econômico e social, mas igualmente os políticos, culturais e também religiosos.

Em nossos dias as pessoas nascem e crescem no meio de um mundo onde se cruzam, dialogam e interagem de um lado o ateísmo, a descrença e/ou a indiferença religiosa, e de outro lado várias religiões, antigas e novas, que se entrecruzam e se interpelam reciprocamente. O Cristianismo histórico - e, portanto, também e não menos a fé e a religião em geral - encontram-se no epicentro desta interpelação e desta pluralidade.

Hoje assistimos à privatização da vida religiosa, que vai de par com a autonomia do homem moderno, diferente da religiosidade que regia o mundo teocêntrico medieval. Cada um compõe sua própria *receita* religiosa e o campo religioso passa a assemelhar-se a um grande supermercado assim como também a um *lugar de trânsito* onde se entra e se sai. A modernidade não liquidou com a religião, mas esta ressurgiu com nova força e nova forma, não mais institucionalizada como antes, mas sim plural e multiforme,

¹ Cel (Rfm) do Exército, do Quadro de Engenheiros, Mestre em Engenharia Civil e Doutor em Ciências. Coordenador da Divisão de Assuntos de Ciência e Tecnologia da Escola Superior de Guerra.

selvagem e mesmo anárquica, sem condições de voltar a sua configuração pré-moderna.

O ser humano que viveu a crise da modernidade, ou que nasceu em meio ao seu clímax, e já nada em águas pós-modernas, diferentemente do adepto da religião institucional, que adere a uma só religião e nela permanece; ou mesmo do ateu ou agnóstico, que nega a pertença e a crença em qualquer religião é como um *peregrino* que caminha por entre os meandros das diferentes propostas que compõem o campo religioso, não tendo problemas em passar de uma para outra, ou mesmo de fazer sua própria composição religiosa com elementos de uma e outra proposta simultaneamente.

A experiência religiosa hoje, portanto, é constantemente desafiada a inculturar-se incessantemente, ou seja, a entrar incessantemente e a dizer-se dentro de uma nova matriz cultural. Nessa tentativa, defronta-se hoje com uma outra face que convive lado a lado com a da secularidade moderna, geradora da suspeita e do ateísmo, onde a Transcendência está submetida à constante e incessante crítica da razão e da lógica iluminista. E esta outra face é a face da pluralidade. Face esta que, por sua vez, implicará a existência de uma interface: a das diferentes tentativas do diálogo inter-religioso, da prática plurireligiosa e da religião do outro como condição de possibilidade de viver mais profunda e radicalmente a própria fé.

1 – Religião

O que é Religião

Poderemos nos referir a *religião*, partindo de uma definição do tipo: *religião é uma organização de fiéis com uma mesma fé*. Outros, poderão dizer que *religião é uma forma de organizar a fé, a partir dos fundamentos dados por alguém especial*. Há, também, muitos que defendem a religião como sendo *uma forma de conduzir a vida segundo uma lei especial, de fundamento divino*, e não raro, muitos dizem seguir *a palavra de Deus*, e que esta *palavra*, foi expressa por um profeta, santo ou sábio. Também há os que

defendem a religião *como sendo uma posição oposta ao profano*, e onde a religião seria, então, uma maneira de delimitar aquilo que é do mundo (mundano), e aquilo que é Divino. Contudo, como bem escreve Mircea Eliade, *É quando se trata de delimitar a esfera da noção de sagrado que as dificuldades começam*. Simplesmente porque o que é sagrado para uns, pode ser profano para outros. Se a linguagem que alguém ou um grupo social utiliza para expressar o sagrado nos é estranha, e os que são estranhos morais para nós tendem a ser considerados diferentes de nós - quem sabe sejam até mesmo considerados inferiores - então eles estão fora da *nossa salvação*. E mesmo entre devotos de uma religião comum, como no exemplo da Católica, há formas diferentes de expressar a cristandade, seja num país, ou noutro. Ainda, há os que falam de religião a partir do seu provável étimo, ou significado dado na própria palavra: *religare*=religar. Apesar de a noção filogenética da palavra já estar hoje comprometida pelo uso, poderemos ver que *religião* tem um sentido de coletividade moral (os romanos falavam em *correligionários*, àqueles que pertenciam a uma mesma legião do exército). Por outro lado, ainda que a religião seja um fenômeno coletivo, ela se realiza na individualidade, no universo íntimo da pessoa, e, aqui, esta *realização* é inefável.

Vendo, portanto, que religião trata-se de um fenômeno universal, e que é a maneira como as pessoas buscam - quem sabe, encontram - uma resposta para a inefável dimensão do transcendente, podemos perceber que religião é, na realidade, uma forma de linguagem, ou modo de expressar em sinais um sentimento religioso coletivo, e do qual temos alguma *tradução*. Além do mais, poderemos falar em *metalinguagem*, quando nos referimos a algum aspecto especial e particular dentro de uma religião em especial. A compreensão da religião como linguagem, nos mostra claramente que há diferentes níveis de entendimento dentro de uma religião, quem sabe, aqui se aplique a idéia natural de hierarquia e amadurecimento religioso, configurado no tempo que alguém está engajado numa atividade religiosa, e que pratica os seus fundamentos, e onde os mais antigos na fé tendem a conhecer melhor a *linguagem* da própria religião, e, assim, são os baluartes daquela fé.

Religião e linguagem

Tomemos mais alguns exemplos que corroboram esta reflexão, partindo de uma comparação. Uma profissão, seja qual for, alia conhecimento teórico e prático na sua realização. Uma religião também. A teoria está na base do exercício da ação profissional; a teoria permanece em *ponto morto*, como que num estágio de latência, quando alguém exerce uma atividade respaldada nela. Uma religião também. Alguém não pode tão somente realizar a parte teórica de uma profissão (a não ser que atividade seja eminentemente teórica, o que será difícil de encontrar), deverá, também, realizar a parte prática, para a devida capacitação e aprimoramento da sua atividade. Numa religião, também teoria e prática devem seguir juntas.

Ainda sobre o exemplo dado, poderemos deduzir, com toda a tranqüilidade, que a parte prática foi sempre anterior à teórica em qualquer ciência (que é uma forma de linguagem, também). Tanto numa ciência empírico-formal como a Química, a Física, etc; bem como na ciência do sentimento religioso, toda a teoria nasce para explicar, de forma organizada, uma ação praticada anterior e regularmente, e que mais ou menos se repete. Assim como as ações se modificam - porque se acomodam a um princípio de economia, as teorias também e a articulação prática se modificam ao longo do tempo. Por exemplo, ao lermos alguns livros de semiótica médica, de um século atrás, veremos teorias que hoje nos são absurdas. Mas elas fizeram parte da prática médica do passado, e eram tão respeitadas como as que hoje temos como certas e seguras. Exemplificando, quando se dizia que o problema da febre era causado pelo excesso de sangue em movimento, então que se deveria tirar uma boa quantidade para melhorar o *humor* pelo controle do *fleugma*, tentava-se estabelecer uma relação de causa e efeito, tendo em vista dar uma resposta para o problema da febre, nascida por sobre uma hipótese teórica, que então queria se fazer realizar. Junto com as tentativas e teorias surgem as palavras, e elas tentam dar respostas e definições concretas para o mundo, defender e posicionar as hipóteses.

A palavra faz a coisa existir

Durante o período Nominalista clássico, principalmente na Grécia antiga, havia quem defendesse que a palavra dava existência a uma coisa. No diálogo *Crátilo*, Platão, nomeando a autoria a Sócrates, desenvolve um discurso no sentido de defender que a palavra, em si mesma, é tão concreta como a realidade da coisa. Lucrécio, por sua vez, escrevera que “*A natureza obrigou os homens a emitir os vários sons da Linguagem e a utilidade levou a dar a cada coisa o seu nome*”. O fundamento *utilitarista* da linguagem não é, de modo algum, uma idéia em desuso. Está tão ativa que pode ser percebida com muita clareza nos slogans e campanhas publicitárias dos grandes *shopings centers* das cidades. Há todo um linguajar que é jogado com o propósito de incrementar vendas. *Torpedos, clics* são palavras que têm hoje um sentido diferente do que tinham não faz muito tempo. A língua se adapta ao econômico, e este tem por fundamento o critério da *utilidade*, a ponto de Willian James, considerado o papa do funcionalismo, defender que uma coisa “... tem valor enquanto é útil”. De modo coincidente com esta idéia, a *palavra* que não mais tem utilidade num determinado tempo, cai em desuso; pelo menos com relação a um sentido e, assim, passando a ter outro. Por conseguinte, segundo esta idéia, uma coisa sequer teria existência concreta se não tivesse um nome. Outro exemplo interessante, diz respeito ao nome de uma pessoa. Durante muitos milhares de anos, que antecederam os nossos dias atuais, as pessoas que nasciam ficavam conhecidas pela atividade que seus pais exerciam, depois que elas mesmas realizavam, ou então pela zona ou região onde moravam. A exemplo, chamava-se alguém de *filho do carpinteiro, filho do pedreiro*, ou seja, nomeava-se alguém pela atividade ou ofício, e assim sua prole. Todos nós poderemos, por pressuposto, saber que *Tales de Mileto*, diz respeito a uma pessoa que vivia na cidade de Mileto, e que tinha o nome de *Tales*; havia muitos *Tales*, mas o de *Mileto* especifica melhor de quem se falava. Naquela óptica, seus nomes eram mais parecidos com *mapas* sinalizadores de referência, do que uma identificação pessoal tal como hoje temos numa *certidão de nascimento*. Com o passar dos anos, as pessoas foram se “*individualizando*”, ou seja, foram se separando

da identidade funcional do grupo ao qual pertenciam originalmente e, assim, foram ficando mais ou menos independentes. Mas o sentimento familiar, com o direito do uso do nome (direito patronímico), ainda é forte entre nós. O nome, também, pode servir de ostentação e prestigiar posição social, engajamento, etc. Veja-se que nós colocamos a palavra “individualizando” entre aspas, devido ao fato de que a expressão é derivada de *indivíduo*, palavra que tem no seu étimo o sentido de *indiviso*, ou seja, *inseparável do grupo a que pertence*. E este *grupo* trata-se daqueles iguais morais de que somos parte. Não raro, filósofos como Aristóteles, se definia o *homem* (no seu sentido genérico de humanidade) como sendo um ser político (que vive na polis). Portanto, segundo aquela visão, é da natureza do homem viver em comunidades, nas quais está mais ou menos engajado no seu mínimo ético ou num ethos (que dá legitimidade à moral local), necessário à convivência. Então, língua e sociedade se tornam partes. Com a religião não é diferente. As pessoas pensam e expressam o mundo pela sua língua, e a religião também. Por isso, é que nos foi bastante comum (e am algumas áreas ainda do é), vincular a autenticidade de uma escritura religiosa $\frac{3}{4}$ e uma religião $\frac{3}{4}$ com a língua em que foi escrita originalmente, pelo seu fundador ou fundamentador. Assim, está claramente expresso nos textos dos Judeus, que defendem o Hebraico ou o Aramaico como línguas autorizadas, a ponto de alguns judeus nem mesmo se permitirem grafar a palavra *Deus*, porque seria inefável, e, ao mesmo tempo, um sacrilégio falar no nome de Deus; isso seria um *pecado* contra o Seu nome, uma vez que alguém O grafe. Por isso, louva-se o *Seu Nome*, mas não se O expressa. Neste sentido, dizer o nome de Deus é o mesmo que ter Deus na língua, e este ato o *profanaria*, (lat. *fanare*= cortar, dividir).

Língua e linguagem

Uma diferenciação entre língua e linguagem é necessária. Poderemos dizer, resumidamente, que língua se trata de um conjunto organizado de *signos lingüísticos*”. Mas a clara distinção entre língua e linguagem nos foi dada por Ferdinand de Saussure, que disse que “Língua é um conjunto dos costumes lingüísticos

que permitem a um sujeito compreender e fazer-se compreender”, **(Saussure, 1916, pg. 114)** portanto, percebemos claramente que língua supõe uma “massa falante”, que faz parte da realidade de uma determinada sociedade. Esta realidade, por pressuposto, está contextualizada num tempo, num lugar e numa determinada circunstância. Por isso, amplia-se o conceito de língua referindo-se a ela tendo dois aspectos importantes: 1) o histórico, e 2), o artificial. No primeiro aspecto, a língua diz respeito a uma massa de falantes, numa comunidade histórica, como o italiano, o francês, o inglês, português, etc.; no segundo aspecto, temos creditado uma *competência específica*, pertencente a um grupo distinto (e que poderá estar dentro do grupo histórico), que tratam de técnicas particulares, e que às vezes são também chamadas de *linguagem*, como no caso da Matemática, da Ciência Jurídica, Biologia, Física, etc. Mas numa análise objetiva, língua é a forma como alguém expressa verbalmente o que sente, deseja e quer, numa determinada sociedade, num tempo, num lugar e numa circunstância.

Já a linguagem, se diferencia da língua até mesmo pelo fato de poder ser não verbal. Por exemplo, alguém pode se expressar pela linguagem de sinais numa determinada língua. Contudo, linguagem pode ser melhor entendida se considerarmos como sendo o uso dos sinais intersubjetivos. Isso quer dizer que se trata de sinais que nos permitem que nos comuniquemos, interagindo pensamentos e ações.

Ferdinand Saussure dizia que, *“A língua é um produto social da faculdade da Linguagem, e ao mesmo tempo, um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade junto dos indivíduos. Tomada em seu conjunto, a linguagem é multiforme e heteróclita; por cima de domínios diversos – aquele físico, aquele fisiológico e aquele psíquico $\frac{3}{4}$ ela pertence também ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em categoria alguma de fatos humanos porque não se sabe como determinar a unidade”*. Quando, contudo, tomamos a religião como uma linguagem ou forma de expressar o sentimento religioso e sua relação com o divino, nós temos uma linguagem quase tão específica como chamamos a língua no seu sentido *artificial*. Na religião, há todo um conjunto muito particular de sinais para expressar

seus valores ou um sentimento religioso. Religião é paradigma e pragmática fundamentada na axiologia da linguagem. Por exemplo, a palavra *Deus*, entre as diversas religiões, pode ser expressa de muitos modos. Mesmo dentro de uma mesma religião poderá ter nomes diferentes: Allah; Jeovah, Javeh, Vishnu, Siva, Devi, Jesus, Cristo, Senhor, Supremo, Brahman, Olorum, Tupan, etc. (provavelmente não terei citado alguns milhares de outros nomes atuais). Mas Deus teve muitos nomes que caíram em desuso, sem no entanto ter deixado de ser um fenômeno de linguagem. Nomes como Zeus, Annah, Baal, El, etc., já se tornaram mitos, e alguns se deformaram em sentido, de tal maneira a inverterem o significado, de bem, passaram a mal. Apesar disso, aqueles nomes todos são expressões diferentes para um mesmo objeto material, ou seja, Deus. Contudo, a palavra que expressa o Senhor Supremo, nas diversas religiões, carrega em si a linguagem religiosa em si mesma. A religião está carregada de sinais, e uma análise semiótica destes sinais passa por uma quase que irremediável vivência intrínseca para que se possa compreender a sua dimensão e profundidade. No mais das vezes, como meros expectadores, poderemos mais interpretar do que de fato dizer o que observamos. Isso porque, pensamos e vemos e representamos o mundo como nossa língua, e nossa língua está irremediavelmente comprometida com o ethos ou modo de ser social em que vivemos. Quando dizemos *nosso mundo*, dizemos é a forma como vivemos nossa linguagem. Xenófanes de Colofão (570-475 a.n.e²), disse certa feita que, “... se os bois, os cavalos, e os leões, tivessem mãos ou se fossem capazes como os homens de pintar obras com as mãos, os cavalos como os cavalos, os bois como os bois, pintariam o aspecto dos deuses, e fariam o corpo deles tal qual cada um deles o têm” (Fragmneto, 15). Isso porque *pintamos* (linguagem) Deus, e Suas façanhas segundo nossas próprias experiências e percepção de mundo.

Língua, Linguagem e Religião

“Quando dizemos *nosso mundo*, dizemos é a forma como vivemos nossa linguagem”.

² A. N. E. significa antes de nossa era

Veja-se que o mesmo acontece com a grande maioria das religiões, ou que durante um bom tempo em séculos, manteve-se fiel no sentido de preservar a língua original de uma religião: árabe para a religião muçulmana; sânscrito para o “hinduísmo”; latim para o cristianismo católico (paradigma rompido por Lutero); hebreu no Judaísmo; yorubá na religião Afro, e assim por diante. Como vimos, religião é linguagem; e linguagem num tempo, espaço e circunstâncias sociais. Portanto, fica-nos claro entender que entre os devotos da religião Afro, haverá todo um expressar de sentimento religioso peculiar, mesmo numa linguagem nem sempre verbal, mas que poderemos ver na vestes, na ritualística, e em todo um aparato que acompanha a parafernália religiosa Afro, realizada pelos seus seguidores. Observa-se o mesmo em qualquer religião. Cada uma das religiões terá um conjunto de sinais, e forma de expressar-se, tornando-se necessário entender toda a sua abrangência axiológica, tal qual faz um lingüista diante do estudo de uma língua, e um exegeta diante de um texto sagrado. Devemos contextualizar a religião numa determinada língua e linguagem, uma vez que aquela é uma forma de expressar sentimentos coletivos circunstancializados.

Resumindo, podemos dizer que o fenômeno religioso é peculiar à humanidade. Assim como todos precisam comer para poder se manterem vivos, a busca pelo sagrado é tão essencial como o alimento. Hegel, em *Princípios da Filosofia do Direito*, no §º 270, diz que “Religião é a relação com o Absoluto na forma do sentimento, da representação, da fé; e no seu centro, que tudo compreende, tudo está somente como algo accidental e evanescente”. Língua e linguagem são fatores tão importantes na sociedade humana, que há quem diga que o aquilo que diferencia uma pessoa humana de uma pessoa não humana é a linguagem. Não é possível expressar um sentimento religioso sem uma linguagem, ainda que esta seja não verbal. Religião é uma forma de linguagem, profundamente contextualizada num determinado tempo, lugar e circunstâncias. Ainda que os tempos passem, e o nome e a relação para com o transcendente modifique-se a cada era, a tentativa de ligação com o transcendente sempre se fez presente na história da humanidade. Religião é um fenômeno humano, puramente humano, porque

somente nós humanos somos capazes de uma linguagem que expresse nossa imanência e transcendência para com o inefável Absoluto. Se o Absoluto é inefável, d'Ele não se pode afirmar nada em Absoluto (quem sabe, então, adote-se a máxima de Heidegger: "Do que não se pode falar é melhor calar", ou "o ser se diz de muitas maneiras, mas nenhuma maneira diz o ser"), sem que caiamos numa contradição performativa . Portanto, entender o fenômeno *religião* como linguagem nos torna mais aptos a compreender os estranhos morais, e como eles vêem e expressam o transcendente, e vivenciam a sua religião.

A incrível Religião do Individualismo

Vivemos numa sociedade competitiva, de mercado, periférica ao capitalismo central, subdesenvolvida econômica e espiritualmente que só consegue encontrar *saídas*^{3/4} raras, raríssimas ^{3/4} para indivíduos. E o indivíduo que consegue libertar-se, não raro desonestamente, de toda a opressão imposta, tende a reificá-la transformando-se em opressor também. E esta secular e perversa estrutura individualista se reproduz como um câncer, obliterando a razão, as emoções e os sentimentos das pessoas. Quer-se, acima de tudo, o *bem* para si próprio - seja lá o que for que isto signifique dentro de um contexto humano! Raramente se pensa ou se trabalha em prol da coletividade, e isso mesmo dentro do meio político, com situacionistas e oposicionistas acusando-se mutuamente de utilização privada do espaço público!

Como regra geral as pessoas buscam individualmente uma saída qualquer para a escravidão, a miséria, a loucura em que o século XX se enfiou. Em sua luta individual pela libertação, o homem se esquece de fatores fundamentais, como o fato de haver mais gente em igual situação e a ação coletiva tenderia a ser muito mais eficaz que a busca solitária.

Ou há liberdade para todos ou ela não existe de todo!

As poucas liberdades individuais conseguidas em raríssimas ocasiões são aquelas em que o *prego* passa a ser martelo mas a

pancadaria continua. Que *liberdade* é essa, afinal?

Além desta loucura institucionalizada, há mais, talvez até em decorrência disto: clientelismo, analfabetismo, desemprego, frustrações, ignorância, prostituição, violência, miséria... Para onde se volte o olhar, vemos o mesmo quadro. Estamos devastando o mundo, agredimos a natureza e agredimos a nós mesmos ao agredirmos outras formas de expressão da natureza além da sociedade humana.

A sociedade industrial encontra-se aparatada para estraçalhar a vida, que, apesar de tudo, segue subversivamente existindo, vivendo, amando. O tremendo e quiçá inconsciente suicídio coletivo que a sociedade humana está em vias de cometer e foge à percepção da maioria é de tal modo absurdo que mal dá para acreditar! Desta maneira, encontrar uma forma de inserção social no mundo que agrida o menos possível o que de mais inocente e nobre existe em cada um é difícilimo, mas fundamental.

O homem, já nos aponta José Carlos Mariátegui em *O Homem e o Mito* é um *animal metafísico*: não se vive fecundamente sem uma concepção metafísica de vida. Estou convencido de que a forma de inserção no mundo que todos temos, como pulsão básica a reger nossas vidas, como uma alternativa ou probabilidade de saída da loucura, é a religião em seu sentido mais sublime.

Há a religião cristã, a muçulmana, a judaica, a hindu, a budista... Há também a *Incrível Religião do Individualismo* que, hoje, conglomerava o maior número de seguidores jamais imaginado como possível! Enfim, quando os homens defendem seus pontos de vista frente a outros homens, freqüentemente utilizam-se do artifício de *disfarçar* o nome da proposta para não assustar seu ouvinte. Com a proliferação das seitas pseudocristãs, do tipo *tempo é dinheiro*, há aqueles que pregam coisas como: *Não é religião, é Cristo!* Os defensores da incrível religião individualista apresentam-se, de fato, em seus discursos anti-humanistas como *defensores da livre-iniciativa*. No ritualismo demente da Incrível Religião do Individualismo, o burguês médio acende uma vela para si mesmo e outra para Mammon.

Aquele que, contra a natureza, correu sozinho até a liberdade, agrediu tanto a sua própria alma que hoje precisa de um *médico de almas*. E a religião individualista apresenta orgulhosa seus novos

sacerdotes: é o psicólogo, o psicanalista, o psiquiatra, psi... E o poder individual, o *Führerprinzip* da sociedade moderna encontra plenas justificativas aqui nestas novíssimas ciências. Ainda assim há o homem. O ser humano natural, sepultado debaixo de grossas camadas de hipocrisia com que se protege do seu próprio medo e do ódio dos demais. Por trás disso tudo não há mais que uma criança inocente, boa, alegre mas muito assustada. O homem natural busca satisfações naturais a seus anseios naturais.

A cultura, saber coletivo, é tão natural para o homem quanto sua herança genético-biológica. O desvio da cultura (saber coletivo) *para dentro* é tão incrivelmente despropositado quanto as guerras. Já temos tantos problemas na domesticação da natureza, na humanização das forças naturais que o desvio das considerações intelectuais humanas na direção da destruição tecnológica de outros seres humanos é, evidentemente, um despropósito!

A criação ou o surgimento de uma cultura individualista é uma fantástica contradição, só crível porque existente. Pior: hegemônica!

Urge superar a violência da sincrética religião burguesa/individualista e criar um mito novo, fundado no Amor, na livre imaginação, nos sonhos e na Verdade. Isto só pode fazer sentido, claro, numa atuação coletiva em busca de uma nova forma de convivência social que liberte os seres humanos do medo e do ódio, fundando novas formas de relacionamento que abalarão até os fundamentos de uma sociedade assim absurda!

Na sociedade do futuro, fraternidade, liberdade, igualdade serão mais do que meras bandeiras levantadas por escassos idealistas ou mesmo por intelectuais que sequer conseguem sair da academia para a rua em busca de unir-se ao povo em suas justas reivindicações. Na sociedade do futuro, o bem-estar físico e mental de todos os seres humanos do planeta estará erguido à posição prática coletiva daquilo que se pode chamar, com licença da Teologia da Libertação, de *Construção do Reino de Deus na Terra*.

Religião e Ideologia

Os recentes acontecimentos que abalaram os Estados Unidos e o mundo têm dado ocasião para as mais variadas opiniões,

sendo algumas delas totalmente desprovidas de equilíbrio e bom senso. Os sentimentos vão do pavor ao regozijo. A espécie humana perdeu a razão? Às vezes parece que a resposta seria afirmativa. Porém, ainda que os enlouquecidos sejam da raça humana, não é a raça humana que enlouqueceu. Refletindo com calma, não penso que esses atentados abomináveis sejam fruto da luta entre o bem e o mal ou entre oprimidos e opressores, como muitos simploriamente pensam. É a luta entre duas maneiras de ver o mundo e o homem no mundo. É o confronto entre duas culturas diferentes e que a globalização nada mais faz do que deixar ainda maiores as diferenças.

Na tentativa de compreender, e não justificar, é preciso lembrar o significado de filosofia, ideologia e religião. Três sistemas de conhecimento que, muitas vezes, se misturam, se confundem e criam conflitos desastrosos para o mundo.

A filosofia se apresenta como uma maneira de ver o mundo e as coisas com base num conjunto de idéias que estão sempre abertas em busca da verdade, aceitando questionamentos. Uma boa filosofia não envelhece, não se impõe, mas propõe. Já a ideologia, que se apresenta como um sistema de representações para ver o mundo, se apresenta como um sistema que não admite questionamentos. Ela, só ela, se dá o direito de questionar e impor seus conceitos, sem discussão. É um sistema fechado. Os líderes comandam, os militantes obedecem. Se na filosofia há uma tendência em se moldar na busca da verdade, na ideologia há uma tentativa de moldar as coisas e os humanos a seus princípios, num total desrespeito pelos outros.

As raízes da religião se encontram na razão humana simplesmente. Ela faz apelo às outras fontes. Oriunda do verbo latino religare, que significa atar, unir, a palavra religião significa o ato de religar o mundo visível com o mundo invisível, onde estão forças poderosas e misteriosas cujas boas graças é preciso assegurar. A religião pode também ligar os seres humanos entre si, num grupo, propondo-lhes leis e valores comuns, dando-lhes um modo de crer e de agir.

Quando a religião ocupa o lugar da filosofia e se torna ideologia, a partir desse momento as convicções, que deveriam ter

fundamentação sustentável, na verdade, passam a ser pontos de vista puramente subjetivos. Está aqui o terreno fértil para o nascimento do fundamentalismo que incrementa fanatismos. Determinados pontos de uma religião são tomados isoladamente. Todas as religiões se apresentam como verdadeiras. Mas em nenhuma delas está escrito que devem ser impostas à força. Ser muçulmano não é ser violento, intolerante e terrorista. O Islã é uma religião muito simples. Não abriga liturgias complicadas. Não é intelectualizada. Ela toca muito de perto os sentimentos e o coração. É uma filosofia de vida muito prática.

A origem disso está no milenar antagonismo entre a cultura oriental e a cultura ocidental. A cultura oriental é muito mais antiga e sempre esteve muito ligada à religião. Já a cultura ocidental, mais nova, está muito mais ligada aos valores materiais. É uma cultura para os olhos e para o tato e não para o espírito. Os orientais procuram encaixar o mundo dentro de suas convicções religiosas. Os ocidentais procuram encaixar as coisas do espírito dentro da realidade material. Ora, os fanatismos nada mais fazem senão aumentar essas diferenças. Acrescente-se a isso tudo uma dose de falta de sensibilidade diplomática, prepotência, arrogância de poder e teremos os ingredientes que podem causar desgraças do porte daquele dia 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

Como cristão, não posso me conformar com a violência e nem com a vingança. O ódio jamais serviu para construir o que quer que seja. Ódio, orgulho e prepotência são agentes de morte e dor. É preciso cultivar o respeito e o diálogo, despedindo-se de ideologias ou crenças fanáticas e procurar, a partir de então, rumos de entendimento em que o ser humano seja realmente respeitado em si mesmo para quem não crê e como imagem e semelhança de Deus para aquele que crê.

2- Cultura

É mister partir de uma definição prévia de *cultura*. Não se entende aqui por cultura uma espécie de decoração do espírito por um conjunto de conhecimentos literários, artísticos, científicos, a qual podem permitir-se os que têm acesso a certos níveis de

educação e que os transforma nos chamados *homens cultos*. A palavra cultura tem hoje um significado bem mais amplo. Designa o conjunto das normas de conduta vigentes em determinado grupo, relativo ao fazer, viver e ao conviver.

*Uma cultura é a configuração da conduta aprendida e dos resultados desta conduta, cujos elementos são partilhados e transmitidos pelos membros de uma sociedade.*³

Fazem parte desta configuração a cultura material, que se exprime nos objetos que fabricam e utilizam os membros de um grupo, bem como os modos de fabricá-los. A cultura compreende também as atitudes, o saber e os sistemas de valores que se observam no grupo. Esta é uma dimensão espiritual. Ambos os elementos estão em relação íntima:

“As obras da cultura material expressam sempre uma *espiritualização da matéria*, uma submissão do elemento material às forças espirituais do homem...Por outra parte, as obras da cultura espiritual manifestam de forma específica uma *materilização do espírito*, uma encarnação do que é espiritual. Parece que nas obras culturais esta dupla característica é igualmente primordial e permanente. João Paulo II, *Discurso à UNESCO*, 8, 2/6/1980).

Toda cultura implica uma criação a nível familiar, econômico e político, bem como uma expressão simbólica. Procriar filhos, produzir artefatos, criar instituições, não são atividades puramente biológicas ou técnicas. Todas têm um sentido que se transmite pela atividade didática, artística, criativa e religiosa.

Por este motivo, a destinação de toda cultura é levar à liberdade, entendendo por liberdade a capacidade específica do homem de superar-se a si mesmo infinitamente e de entregar-se ao outro na reciprocidade; quer dizer, abertura ao invisível e abertura ao outro.

³ BOTTOMORE, T. B., Introdução à Sociologia, 1967.

A fé não faz parte da cultura. Não pertence a nenhuma cultura. Porém, só pode exprimir-se dentro de uma cultura, através de uma inserção que significa *a constante renovação e transformação evangélica da cultura*. (Puebla, 395).

Ameaças às Culturas

Uma primeira ameaça provém da multiplicação das relações e de seus efeitos, por ocasião do encontro de culturas. Quando as maiores distâncias são vencidas em algumas horas de viagem, quando centenas de milhões de homens contemplam a mesma imagem, no mesmo momento, através da televisão, as culturas se interpenetram e se modificam progressivamente. É cada vez menor o número de espaços culturais isolados.

Isso não significa uma inevitável tendência à uniformização das culturas. Diante do mesmo espetáculo, os homens de cada cultura reagem de forma diversa. É desejável a conservação de uma múltipla e rica pluralidade de culturas.

A principal ameaça contra as culturas não provém do entrelaço das mesmas, o qual pode significar um enriquecimento mútuo, mas da dominação de uma cultura sobre as outras. Provém sobretudo da irresistível atração de uma cultura tecnológica que significa mais um processo de desculturação do que um desenvolvimento cultural.

Deve-se, portanto, distinguir duas agressões distintas:

1ª) – A ameaça contra as culturas indígenas

Esta ameaça provém do impacto exercido sobre elas pela força ou pelo prestígio de outras culturas. Na América Latina, este fenômeno teve lugar na época da conquista. Espanhóis e portugueses muitas vezes eram levados a destruir as culturas dos povos indígenas por eles chamados de bárbaros. Trataram de impor sua língua, sua arte, sua religião. Não há diferença essencial entre as obras culturais da colônia e as dos países de origem dos conquistadores.

Entretanto, a destruição não foi completa. Subsistem ainda, especialmente no México, Guatemala, Equador, Peru e Bolívia, populações inteiras que conservam seus idiomas, seus costumes, seus artefatos, seus trajes típicos, suas festas, seu artesanato, que constituem elementos de criação artística.

Em outras regiões, observa-se uma certa miscigenação cultural, vale dizer, um certo sincretismo. Dentro de uma cultura dominante, que é a dos conquistadores, observam-se traços da cultura dominada, certos costumes que permanecem mais ou menos clandestinamente. Na fé cristã, professada por todos, introduzem-se crenças, práticas e ritos, que configuram uma genuína religiosidade popular. Importaria assim distinguir entre esta religiosidade popular, resultado de um sincretismo, e a religiosidade popular observada em algumas regiões, como no Chile e na Argentina, onde houve pouca fusão cultural e onde a religiosidade popular, que melhor seria chamada de catolicismo popular, se assemelha à observada também na Espanha ou em Portugal.

Hoje, as culturas indígenas estão submetidas ainda à pressão das culturas dominantes, não obstante o interesse crescente que se manifesta por seus valores e as tentativas empreendidas para protegê-los. Porém, a ameaça principal surge de outro horizonte totalmente distinto.

2ª) – A ameaça à cultura em si mesma

O advento da cultura *urbano-industrial* constitui não apenas uma agrsão às culturas indígenas, mas a toda cultura. Ocorre assim a indagação de saber se se trata de uma verdadeira cultura e se sua imposição não constitui antes um processo de desculturação. A palavra não seria aceita por um sociólogo, porque todo o grupo tem normas de viver e de conviver observáveis empiricamente. O termo desculturação implica assim uma inevitável conotação valorativa.

Como é possível que desde algum tempo o homem tenha encontrado, em todo esse gigantesco progresso, uma fonte de ameaça para si mesmo?

De que modo e por que caminho chegamos ao ponto em que, no coração mesmo da ciência e da técnica moderna, haja aparecido a possibilidade da gigantesca autodestruição do homem comprovada pelo emprego contra o homem daquilo que devia estar a seu serviço. (João Paulo II, Discurso em Le Bourget, 1º de junho de 1980).

O termo desculturação pretende assim designar o desconcerto cultural de uma sociedade dominada pelo afã de fazer e possuir sempre mais, sociedade na qual a acumulação de bens torna-se a meta suprema da existência. Quando a maioria dos membros da sociedade não sabe discernir o bem e o mal, quando inclusive não sabe se existe o bem e o mal, que resta a partilhar e transmitir pelos membros do grupo além de sua própria diferença pelos valores?

Este materialismo invade a cultura em todos os seus níveis. Destrói a relação do homem com Deus. Altera as relações dos homens entre si e suas relações com a natureza. A harmonia da existência social está perturbada. A ruptura entre as gerações no seio da família, a perversão da economia dominada pela tecnologia politicamente irresponsável, a anomia na sociedade política, na qual o direito da força substitui a força do direito, são todos efeitos implícitos ou subprodutos desta inversão que submete o espírito à carne e prejudica a harmoniosa integração da carne e do espírito na unidade substancial do ser humano.

A renovação da Cultura e a Centesimus Annus

“O indivíduo é hoje muitas vezes sufocado entre dois pólos: o Estado e o mercado. Às vezes dá a impressão de que ele existe apenas como produtor e consumidor de mercadorias ou como objeto da administração do Estado (...)” (CA §º 49). Nessas palavras da carta encíclica *Centesimus Annus*¹, o papa João Paulo II apresenta o problema fundamental que pretendo comentar neste trabalho.

A sociedade ocidental, a partir do século XX, tem flutuado entre os dois extremos mencionados pelo Santo Padre. Parece-nos estar presos entre a sedução do *estado de bem-estar social* e a do

capitalismo libertário. A primeira forma, constantemente buscada, nos leva à *fazenda dos animais* do socialismo estatal; a outra, à selva anárquica do Darwinismo social.

Para transcender ao dilema é necessário reconhecer que a politização e a comercialização não são as únicas alternativas. Num discurso recente, Mary Ann Glendon salientou a necessidade de ir além da dicotomia mercado/Estado.

Há um reconhecimento crescente de que os seres humanos não florescem caso as condições sob as quais trabalham e criam suas famílias estejam inteiramente sujeitas ao jogo das forças do mercado ou à vontade de burocratas distantes. A busca deve ser por alternativas práticas para, por um lado, os liberais de coração duro, e por outro, para a regulação desastrada e de cima para baixo.

O primeiro passo nessa busca, sugiro, é reconhecer que além das ordens política e econômica há uma terceira, mais fundamental do que essas duas. O sistema moral-cultural é, como tem insistido Michael Novak, o pressuposto tanto do sistema político quanto do econômico. Caso seja negligenciado, põe em risco o bom estado da sociedade. De fato, como diz Novak num outro lugar, “*o debate central de nosso tempo mudou de modo crescente da Política e da Economia para a Cultura.*”

A Cultura quase desafia sua própria definição, pois é uma atmosfera pervasiva em vez de um sistema articulado. É uma força social que cerca os indivíduos e os une em comunidades. Ela dá forma a preconceitos, idéias, valores, hábitos, atitudes, gostos e prioridades. O Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no Mundo Moderno, lida com Cultura, Economia e Política em três capítulos sucessivos, dando certa prioridade (ao menos de ordem) à Cultura sobre as outras duas. Desde o Concílio, Karol Wojtyła, antes e depois de sua eleição como papa, tem constantemente enfatizado a importância indispensável da Cultura. Em muitos de seus escritos, até mesmo na *Centesimus Annus*, ele ressalta que a Cultura é mais facilmente entendida do que a Economia ou a Política porque lida com as questões mais profundas da vida. Enquanto a Política e a Economia estão preocupadas com bens próximos e limitados, a Cultura tem relação com o significado da existência humana como um todo.

Ela examina o que somos como seres humanos e o que é a realidade nas mais amplas dimensões. Tocando, como o faz, no transcendente, a Cultura não pode fugir do mistério, até mesmo do mistério mais profundo de todos, que chamamos pelo nome de Deus. “No centro de cada cultura”, lemos na *Centesimus Annus*, “está o comportamento que o homem assume diante do mistério maior: o mistério de Deus” (CA §º 24).

A cultura, portanto, é inseparável da religião. João Paulo II provavelmente concordaria com o teólogo luterano Paul Tillich, que escreveu: “(...) religião é a substância da cultura e cultura a forma da religião (...) a religião não pode expressar-se mesmo num silêncio cheio de significado sem a cultura, da qual toma todas as formas de expressão significativas. E devemos reafirmar que a cultura perde sua profundidade e inesgotabilidade sem a supremacia do Supremo.”

É possível, certamente, para a Cultura negligenciar a questão de Deus e confinar seus horizontes ao temporal e ao visível. Mas, ao fazer isso se vulgariza ou erige falsos ídolos ao absolutizar algo menor que o Supremo. Essas formas superficiais e distorcidas de cultura não podem ser desmascaradas ou corrigidas exceto por uma forma de cultura mais elevada ou mais sólida. Negligenciar a formação da Cultura é, portanto, irresponsável.

Sob o Nacional Socialismo ou o Comunismo Leninista, foram feitos esforços para abolir a religião como uma força independente e para redefinir o humano em categorias exclusivamente desse mundo, particularmente em termos políticos e econômicos. Esses dois sistemas opostos eram parecidos, ao subjugar o econômico, o político e o cultural ao poder do Estado totalitário. Ambos os experimentos foram fracassos econômicos e políticos. No entanto, a falha mais fundamental era de natureza cultural. Ao introduzir o vazio espiritual da existência no centro desses sistemas, como expõe a *Centesimus Annus*, lançaram o coração do homem num turbilhão (CA §º 24). Ao fazer isso lançaram as sementes da própria destruição.

O gigantesco mal do Nacional Socialismo, com um recorde horripilante de violência e opressão, foi derrubado pela Segunda Guerra Mundial. O Comunismo Marxista, depois de tentar dominar

a metade oriental da Europa pela força bruta, entrou em colapso pelo próprio peso em 1989. Mas, o que tomará o lugar desses sistemas? Será que a Europa em especial, onde esses dois sistemas existiram bem caracterizados, redescobrirá suas raízes espirituais e religiosas ou irá cair em novas formas de materialismo e ateísmo prático? O presente cenário não é encorajador. Parafraseando o pensamento de João Paulo II, George Weigel nos traz as seguintes questões:

Será que as novas democracias poderão desenvolver sociedades preparadas para o livre exercício da criatividade humana no local de trabalho, na política e nos muitos campos da cultura sem se tornar libertina na vida moral pública? Será que o *consumismo* $\frac{3}{4}$ ou seja, o consumo como ideologia $\frac{3}{4}$ irá tomar o lugar do Marxismo-Leninismo como uma nova forma de servidão ao leste do Rio Elba? Será que isso já ocorreu no ocidente? Caso não tenha ocorrido, como podemos evitar seu triunfo? Se ocorreu, como podemos consertar o estrago e colocar a sociedade livre numa base moral mais sólida?

Essas perguntas chamam atenção para a importância vital dos fundamentos moral e cultural para um sistema político ou econômico satisfatório.

Principalmente nos Estados Unidos, há um sistema de capitalismo democrático de relativo sucesso apoiado por uma cultura que dá um forte tom moral e religioso ao tecido da sociedade como um todo. Michael Novak, numa série de excelentes livros, nos ensina a relação íntima entre governo democrático, uma economia capitalista e uma cultura definida pela religião. *“Capitalismo democrático”*, escreve, *“não é um sistema de livre empresa apenas. Ele não pode ser posto à margem da cultura moral que alimenta as virtudes e valores sobre os quais repousa sua existência”*. Noutro lugar, o mesmo autor ressalta que os encantos da sociedade livre, sem a direção da fé religiosa e da moral, estão levando a sérias disfunções comportamentais tais como drogas, crimes, divórcio, aborto, gravidez adolescente, dentre outros. A perda disseminada da virtude moral na sociedade americana, diz ele, gera, de um lado, um número cada vez maior de indivíduos hedonistas incivilizados, e, de outro, clientes esperando ser amparados pela sociedade.

“Quando um grande número de cidadãos não pode mais governar suas próprias paixões e sentimentos, é uma quimera imaginar que eles possam manter uma república autogovernada”.

Nas falas e cartas das recentes décadas, o papa João Paulo II fez muitas observações como essas. Na *Centesimus Annus*, comenta os perigos do consumismo, que arma ciladas para as pessoas numa rede de falsas e superficiais satisfações em vez de ajudá-las a experimentar suas próprias personalidades de forma autêntica (CA §º 41). Nos últimos parágrafos, fala da necessidade de reconhecer a verdade transcendente para uma sólida base racional para os direitos da pessoa humana e para resguardar do ressurgimento do totalitarismo (CA §§ºs 44-46). Os Direitos Humanos não podem ser invioláveis a menos que sejam objetivamente fundamentados em Deus como fonte.

Em outros escritos, o papa assevera que o Ocidente tem sofrido um declínio de influência cultural por conta de uma séria crise de Verdade. Essa é em essência uma crise metafísica. *“A visão objetiva da Verdade”,* escreve, *“muitas vezes vê-se substituída por uma posição subjetiva mais ou menos espontânea. A moral objetiva cede o lugar a uma ética individual, em que cada um parece propor-se a si mesmo como norma de ação, e querer que se lhe exija unicamente ser fiel a essa norma”.* Em algum outro lugar, o Santo Padre chama a atenção para o surgimento de uma *“anticultura, que se revela, entre outras formas, na violência crescente, nos conflitos sanguínários, na exploração de instintos e dos interesses egoístas”.*

A principal mensagem da *Centesimus Annus*, como a entendo, diz respeito não propriamente à Política e à Economia, mas, em vez disso, diz respeito à Cultura como sustentáculo de ambas. João Paulo II clama, acima de tudo, por uma restauração da ordem na Cultura, com horizontes transcendentais e a preocupação desinteressada pela Verdade, pelo Belo e pelo Bom (CA §º 36). Somente quando temos cidadãos preocupados com esses valores transcendentais é que podemos superar a tendência de priorizar os lucros em detrimento das pessoas e a autoindulgência acima do serviço responsável. Um relacionamento vívido com o transcendente pode fomentar o autocontrole, o espírito de serviço e sacrifício que

são requisitos para uma sociedade livre viável e uma correspondente Economia de Mercado. Sem tais comportamentos culturais não pode haver cultura de paz, não há civilização do amor (CA §º 51).

Recuperar o terreno cultural perdido não será fácil. Autores tais como Michael Novak e George Weigel ressaltam, de modo correto, os sintomas do declínio moral. O próprio papa fala em termos parecidos, mas é cuidadoso, como eles também o são, para não reduzir Cultura à Moral. A Moral, para sustentar-se, requer uma visão mais ampla. Ela não sobrevive como um mero conjunto de mandamentos e proibições.

A Cultura, digo mais uma vez, está orientada para o verdadeiro, o belo e o bom, pois isso tem lugar no coração e na razão humanas e não pode ser totalmente institucionalizado. Ela pode, no entanto, ter expressões institucionais sem as quais não poderia ser promovida ou transmitida com sucesso. A Verdade é tratada por instituições educacionais, de estudo e pesquisa; o Belo é promovido por museus, pela literatura e pelas artes, bem como pelos parques, jardins e similares. O Bem, na medida em que pode ser institucionalizado, é promovido pelas igrejas e grupos religiosos. Religião e Moral sempre foram íntimas aliadas.

As instituições de Cultura, tais como igrejas, escolas, editoras e teatros raramente podem se sustentar em nossa sociedade sem o apoio e a dependência tanto do Estado quanto do setor privado da Economia. Ambas as formas de patrocínio têm seus riscos. O governo, quando detém o controle, tende a excluir a Religião e a Moral para não se envolver em assuntos nos quais não tem competência. Seria inconstitucional para o governo do Brasil dar apoio direto a qualquer instituição religiosa. Quando o governo subsidia a educação, a pesquisa e as artes, logo tende a desviar de questões sobre a verdade e o valor últimos, que são precisamente as questões que mais merecem atenção. Projetos de cunho religioso estão em constante desvantagem na competição por assistência pública.

O apoio do setor privado, que parece ser a única alternativa viável ao financiamento do governo, tem seus próprios riscos. Quando os homens de negócio patrocinam a atividade cultural, eles tendem a transformá-la numa espécie de entretenimento, visando

auferir lucros. Em vez de elevar o espírito humano, a cultura popular dos meios de comunicação tende a rebaixar esse espírito ao explorar com insistência os apetites humanos por prazer e excitação. A Educação, as Artes, a Música e a Dramaturgia são deformadas quando usadas a serviço da propaganda ou convertidas em negócio. Até mesmo a religião pode se tornar um grande negócio, como é evidente no caso de algumas seitas evangélicas na televisão. Levada por interesses comerciais, a cultura dominante reforça o consumismo banal em vez de dar as devidas correções. Até um certo ponto, as doações de caridade privada e de fundações compensam essa deficiência. Nossas igrejas, universidades, museus e outras instituições culturais são generosamente mantidos por ricos benfeitores, mas não no grau que necessitamos para reorientar nossa cultura como um todo.

Nunca deveria ser esquecido que a Verdade, o Belo e o Bom, os transcendentais que servem para definir os objetivos da Cultura, não são totalmente separáveis uns dos outros. Em Deus, esses três transcendentais coincidem e, no mundo, eles surgem e decaem juntos. Se a religião promove a excelência moral e espiritual, ela o faz porque contém a Verdade. A Verdade mais elevada, de fato, é comunicada pela religião revelada, a religião do Bem absoluto que somente é Deus. A verdade de Deus brilhando adiante das glórias da natureza e da graça é também a suprema Beleza $\frac{3}{4}$ aquela Beleza, sempre antiga e sempre nova, que Santo Agostinho amou tão apaixonadamente e celebrou em palavras imortais nas *Confissões*. Os platônicos de outrora definiram de forma perspicaz a beleza como o esplendor da Verdade (*splendor veri*). A Carta aos Hebreus descreveu o Filho eterno como resplendor da glória do Pai (*Hb 1,3*). O mesmo resplendor, refletido nas feições humanas de Jesus e nos santos que o testemunharam, inspirou a grande arte e a arquitetura, a música e a poesia das épocas de fé.

Esses exemplos do passado parecem confirmar a validade do ponto de vista defendido por João Paulo II na *Centesimus Annus* de que a Igreja pode dar uma contribuição específica e decisiva para a autêntica Cultura (CA §º 51). Como “coluna e sustentáculo da verdade” (1 *Tm 3,15*), a Igreja pode ensinar o sentido da existência humana à luz da revelação de Deus. Ela mesma administra os

meios estipulados de graça e salvação sem os quais os seres humanos não podem erguer-se à sua verdadeira estatura. Uma Cultura sem base na religião revelada seria incapaz de ir ao encontro das necessidades reais dos indivíduos e das sociedades em nossa época ou, de fato, em qualquer época. A palavra de Deus em Jesus Cristo, no entanto, pode extrair a generosidade, o auto-sacrifício, a paciência e a esperança necessários para construir uma sociedade de paz, uma civilização do amor.

Nesses breves comentários, tentei expressar meu apreço por duas teses que creio centrais na *Centesimus Annus*: primeiro, de que tanto a Política quanto a Economia têm suas matrizes na Cultura e, segundo, de que a Cultura é incompleta sem religião. As ordens política e econômica não podem prosperar sem o apoio da ordem da Cultura, que fornece as convicções e valores sob os quais são afirmados o Estado e a Economia. O mundo da Cultura, ademais, toca de perto o da religião. Se tentarmos suprimir a dimensão do mistério último, ela se empobrecerá. A Cultura só tem a ganhar se abrir suas portas para Deus.

A religião, por sua vez, não precisa recair num pietismo tacanho, no dogmatismo ou no moralismo. Ela fomenta o Bem ao promover os empreendimentos intelectuais e artísticos, identificando-se assim com o verdadeiro e o belo. A Igreja se torna mais atraente, mais crível e mais influente na medida em que abraça o vasto mundo da Cultura, aceitando, purificando e elevando os mais finos frutos da criatividade humana. Até mesmo na Terra, a Igreja é chamada a assemelhar-se a Jerusalém celeste, descrita na Sagrada Escritura como uma bela esposa, brilhante como jóia, reluzindo ao esplendor de Deus (*Ap 21,2,10-11*).

Conclusão

Ao longo deste trabalho, puderam os leitores perceber que religião e cultura se interpenetram, e que não é possível dissociá-las, pois são elas inerentes ao Homem.

A religião tem sido posta de lado e, mesmo, passou a ser considerada como inexistente, já tendo sido até anunciada a morte de Deus, e a cultura tecnológica criou problemas e engendrou

contradições internas que a encurralaram em um impasse. É importante ter consciência clara dessas contradições e problemas. Nunca se falou tanto em paz e nunca foram feitos tão espantosos investimentos para a guerra. Nunca houve uma consciência tão clara da insuficiência de recursos para atender às necessidades mínimas da humanidade, e nunca houve uma corrida tão desvairada ao consumo crescente e conspícuo, exacerbado pela verdadeira manipulação publicitária da propaganda. Nunca se falou tanto em descolonização e nunca existiram formas tão sutis e tão poderosas de imperialismo. Nunca se sentiu tão dramaticamente a devastação causada pelas paixões desencadeadas e nunca houve tanta complacência com a permissividade. Nunca se falou tanto em meio ambiente e nunca se estimulou uma utilização tão predatória da natureza.

O aferro a altos padrões de consumo e a um sentido reduzido à busca do ter mais, a concepção do desenvolvimento entendido como meta meramente quantitativa, são dificuldades extremamente perniciosas que precisam ser corrigidas. E isso só poderá ser conseguido quando as exigências éticas deixarem de ser postergadas, e os valores religiosos e culturais se encontrem dentro de um benéfico pluralismo universal.

Bibliografia

BIGO, Pierre s.j.ÁVILA, Fernando Bastos de s.j. *Fé Cristã e Compromisso social*. Edições Paulinas, 3ª Ed., Rio de Janeiro, 1986.

CALLOIS, Roger. *O Homem e o Sagrado*. Lisboa: Ed. 70, 1988.
CANCLINI, Nestor Garcia. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DURKHEIM, Emile. *As Formas elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

GLENDON, Mary Ann. "Beyond the Simple Market-State Dichotomy". In: *Origins*, 26 (May 9, 1999): 797.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

JOÃO PAULO II, Papa. “Convite às novas gerações a constituírem uma cultura da paz”. [Discurso ao Pontifício Conselho para a Cultura, em 16 de janeiro de 1984]. In: *L'Osservatore Romano*, Edição Semanal em Português, Ano XV, Número 5 (739), 29 de janeiro de 1984, 1(45) & 3(47). §8.

JOÃO PAULO II, Papa. *Encíclica Centesimus Annus*.

MONTOYA, Pedro Córdoba. Religiosidade Popular: Arqueología de una Noción Polêmica. IN: Santajó. C. Alvares e Outros, 1989: 70 - 81.

NOVAK, Michael. *O espírito do Capitalismo Democrático*. [Tradução de Hélio Pólvora]. Rio de Janeiro: Nórdica, 1985. p. 216.

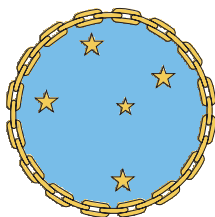
SATRIANI, Luigi M. Lombardi. El Hambre como derrota de Dios. In: SANTAJO, C. Alvares e Outros, 1989: 55-69.

TILLICH, Paul. *Systematic Theology – Volume 3*. Chicago: University of Chicago Press, 1963. pp. 248-249.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WEIGEL, George. *Soul of the World: Notes on the Future of Public Catholicism*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Company, 1996. p. 141.

Este documento foi impresso na gráfica da
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
Fortaleza de São João
Av. João Luís Alves, s/n - Urca - Rio de Janeiro - RJ
CEP 22291-090 - www.esg.br



ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

O Centro de Estudos Estratégicos (CEE) atua como entidade permanente de estudos que permite pesquisar, formular e criar idéias pertinentes ao pensamento político estratégico brasileiro. Com isso, o CEE oferece oportunidade para debates e discussões com a sociedade e a produção de trabalhos a serem publicados pela Escola. As atividades do CEE voltam-se para o contínuo aperfeiçoamento da cultura e do pensamento político e estratégico brasileiro.

Os estudos, pesquisas e eventos promovidos pelo Centro de Estudos visam, principalmente, a discussão de questões político-estratégicas de interesse nacional. Se propõem também a estimular a criação de novos conhecimentos, que venham possibilitar o desenvolvimento de novos trabalhos teóricos.

Para o exercício de suas atividades, o Centro conta com a participação do corpo de professores da Escola, de convidados do meio intelectual, acadêmico, empresarial e integrantes da administração pública do país. A participação se desenvolve por meio de conferências, análise de temas em pauta, comentários sobre comunicações apresentadas, debates e com estudos sobre assuntos de interesse do Centro.

As atividades do CEE, mantendo-se fiel a tradição de mais de meio século de existência da Escola Superior de Guerra, têm como característica o completo afastamento de questões ideológicas e político-partidárias. Apenas questões de caráter nacional e internacional, de todas as áreas de pensamento, são objeto de discussão no Centro de Estudos.

O Centro de Estudos está aberto a relacionamentos com instituições acadêmicas, centros de estudos, com a sociedade em geral, e com todos aqueles que tenham a proposta de participar de atividades conjuntas.

ISSN 1808-947X



9 771 808 1947 002

www.esg.br/cee

cee@esg.br